ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

SUMÁRIO

ATLÂNTICO
REVISTA LUSO-BRASILEIRA
DIRECTORES:
ANTÓNIO VIEIRA DE MELO
ANTÓNIO FERRO
SECRETÁRIO DA REDACÇÃO:
JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA
REDACTOR:
ORLANDO VITORINO
EDIÇÃO DO S. N. I. E DA A. N.
LISBOA — RIO DE JANEIRO
NOVA SERIE
NÚMERO 7

PLANOS DA PSICOLOGIA NACIONAL

UMA CARTA APÓS OUTRA

MEU caro José Osório — Com adesão à ideia, que tão sugestivamente defende, de estudarmos a psicologia nacional, dirigi-lhe a carta que teve a honra de ser reimpressa no seu *Exame da Vida Portuguesa*. Alenta-me a prosseguir o bom acolhimento interpretado como um princípio de êxito devido apenas ao facto de se referir a um grupo simpatizante de algumas singularidades das gentes do Douro e da Padrela. Apontando dois planos da vida nacional que só se podem compreender quando as consciências em um deles evoluam ou no outro se concentrem em estudo, pretendia fortalecer a constância dos adeptos. Aos intelectuais, todos situados em um mesmo plano e nele concentrando quase exclusiva atenção, passaria hoje a inculcar uma tendência que se revela no outro plano, obscuramente, mas de modo a tornar-se-me cada dia mais perceptível. Ontem, entre alterosas vagas de granito que parecem absorver os pensamentos, meditava na história de um santuário — um capitão de navio mandara erigir uma capela à Senhora da Peneda — e talvez invertendo-lhe o significado: «uma aspiração que parte da Montanha para o Mar». Hoje, à beira do nosso cais, medito na história da Companhia Braçal do Bacalhau.

Os homens que constituem a Companhia Braçal são 30 — 6 do Alto Minho e 24 de Barroso —, que gozam do exclusivo na condução, selecção e enfardamento do bacalhau descarregado. São os sucessores de outros que, em tempos imemoriais — corre na tradição que haverá quatro séculos —, vieram do Alto Minho — não do cais de Viana, mas das companhas da pesca de Cerveira ou talvez desse estranho rincão da serra da Boalhosa — e das faldas do Larouco conseguir esse privilégio, hoje em dia cerceado, no tocante à descarga dos navios, pela organização sindical. Aí estão maravilhosamente situados na plano da acção histórica — as caravelas dos nossos argonautas da terra nova dos bacalhaus, o bacalhau de Viana e o actual e sucessivo aumento da nossa frota bacalhoeira —

esses homens da Montanha que é uma realidade tão distante situada no outro plano.

O maior título de glória da sociedade consiste na conservação secular independentemente de estatutos ou outro qualquer compromisso escrito. Isso tem pelo menos a vantagem de convencer os sócios de que o compromisso existe apenas fundado na «lealdade e sinceridade» de todos, presentes e passados, que, apesar de tudo, lá têm os seus nomes inscritos. Digo apesar de tudo, porque não trocariam a honra pela glória de saber escrever. É verdade que há entre eles um escriturário e se acaso este para quem Meixedo ainda é Meixendo, como antanho, e o Regabão ou Rabagão das cartas o Rio Grande, for, com outros mais analfabetos, nenhum, creio eu, seria menos apologista das vantagens da instrução para a gente da Montanha do que o padre António Gonçalves Calado que, em 1755, do Rio de Janeiro, erigindo a capela de Santa Rufina de Gralhas — terra da maioria dos sócios da Companhia Braçal —, impunha como uma das obrigações aos administradores do vínculo, instituído com a sua legítima, ter escola pública para ensinar a ler, escrever e contar. Não é renegar o passado pedir uma escola, melhoramento inocente que os não obrigaria a renunciar aos seus vícios e virtudes sociais. Se a firmeza de carácter vacilasse desde que se possui o alfabeto para salvaguarda da palavra dada, seria realmente pena. Mas tal não acontece. Segundo a *Viagem filosófica ao Gerez em 1782*, os anciãos dos 7 tribunais do povo (ditosa república em que de menos de cem vizinhos, havia, entre anciãos e homens de fala, 49 simultâneamente eleitos para servirem a justiça!) tinham livros de papelão com as decisões dos seus maiores. Apesar de tanta jurisprudência, as promessas dos homens *eram invioláveis*. Os sete livros de papelão não foram, como se poderia imaginar, origem de um progresso capaz de abalar as próprias instituições que por eles se regiam. O que resta do direito genesiano é o *Livro da Vereira das Vacas de Vilar da Veiga, reformado na forma do antigo*, em 1882, que Tude M. de Sousa publicou.

Tudo o que disse na primeira carta se reduzia à distinção entre o nacional e o regional, distinção elementaríssima, que não traduzia senão uma parcela do intento com que me tirei dos meus cuidados para escrever. Viria mais ao caso tentar uma classificação dos factos com que contribui, pela sua importância imediata, como documentos psicológicos. Não é empenho fácil. Convém, no entanto, recordar que o critério a que chegássemos não seria inteiramente coincidente com o que prefira o nacional como mais compreensivo ou o regional como mais puro. O compromisso dos homens de Gralha que com facilidade irresistível projectámos

no plano nacional — nem lhe falta a simpática nota cristã do auxílio —. parece-nos bem mais significativo que a árida jurisprudência pastoril. Quem sabe, porém, se não serão duas faces da mesma realidade? Quando tivermos feito inventário de tudo quanto nos vem da Montanha, talvez encontremos dentro de certas profissões um número de montanheses bastantemente representativo de algumas das nossas mais preciosas qualidades sociais. Não me refiro, evidentemente, aos padeiros de Soajo ou aos salchicheiros de Titões, mas à classe dos magistrados que bem poderia verificar a suposição, se toda a Montanha se achasse nela representada em número proporcional ao dos barrosões que entram nessa carreira não raro para sobremodo se distinguirem.

Não será a vocação de juiz consequência de uma superior conformidade com a ordem social, para os filhos da Montanha uma espécie de herança étnica das minúsculas repúblicas comunitárias que são os povoados agro-pastoris? Eu pensei muito simplesmente que a experiência da advocacia em Montalegre seria o motivo por que os bacharéis do Barroso abandonam ao fim de pouco tempo pela magistratura a profissão em que está o ideal de quase todos os rapazes saídos da Faculdade. Depois que assim pensei, ou para melhor dizer, me palpitou que assim fosse, conheci um depoimento importante pela autoridade que o firma que me parece de molde a justificar a função que ao foro montalegrense atribuí. Para prevenir a expectativa dos leitores, é o juiz Pedreira de Moura quem, no antelóquio da *Jurisprudência Civil, Comercial e Fiscal* se desculpa da *fraqueza* da sua formação jurídica com a alegação de ter entrado tarde na magistratura passando da advocacia em «remotas e sertanejas comarcas do país, onde é muito restrita a vida jurídica e social». Se de uma *deficiência* igual à que se demonstra nas sentenças do juiz Moura, coligidas em instâncias de um dos mais abalizados lentes de Coimbra, não há notório exemplo, é, porém, certo que o caso se repete em bacharéis da terra de Barros e Sá votados à magistratura depois de terem exercido a advocacia na comarca natal com uma persistência que em outras comarcas talvez fosse garantia de fixação. O caso repete-se, mas não o bastante para constituir regra. À influência do estágio em Montalegre não se pode dar sentido pejorativo. O mesmo magistrado que, mais ressabiado da azáfama de uma comarca importante que desprendido da sua terra lhe reconhecia estreiteza de horizontes jurídicos e sociais, na prefação da *Jurisprudência Administrativa* registou gratíssimas recordações dos vinte anos de advocacia.

É uma aventura intelectual sedutora a de procurar nas pequenas sociedades da Montanha e nos pequenos núcleos piscatórios da beira-mar

a parte cordata do carácter nacional, o resultado parece-me tão seguro como a outros a afirmação de que a família é a base da moral social. O antagonismo que se pode pretender existente entre família e sociedade desaparece, quando em vez dos dois extremos que queiramos adoptar para campo de experiências essas famílias sociais que Deus permite vivam ainda neste país, seja à beira das alvas espumas seja perto dos cumes nevados, quase no mesmo isolamento. Se nas famílias sociais assim isoladas não encontrarmos o que procuramos, ao menos não corremos grande risco de nos extraviarmos. O que me dá cuidado é o processo de integração das nossas miúdas observações em verdades nacionais. Com as minhas disquisições sobre a jurisprudência serrana deixo aqui um bom exemplo no que se pode conseguir quando nos contentamos com o nosso pouco saber e a nossa boa vontade de acertar no alvo.

Só por lamentável esquecimento se deixariam de fazer os mesmos reparos às sínteses que nos apresenta a história nacional. As primeiras tentativas de índole filosófica deram-nos um quadro da acção portuguesa tirado do conceito que os seus autores faziam dos portugueses. Tal história, que nada podia dar à psicologia, porque de princípio se colocava na atitude de lhe pedir, não encontra hoje grande favor do público, que procura o novo, ávido de trabalhos históricos que lho possam oferecer. E os que não querem servir vão-lhe desvendando um panorama cada vez mais vasto, acima do horizonte cerrado pelos destroços das catástrofes nacionais, das ruínas que nos vales da história apontam ao transeunte ávido uma correspondência inflexível entre os golpes do destino e os vícios e as asneiras dos homens. Quanto mais se desdobra a história, tanto melhor se vê que, a despeito de todas as borrascas e todas as decadências, alguma coisa persiste e evolui, que é o cerne da nacionalidade. É essa, justamente, a verdade que procuramos. Continuemos, pois, a desdobrar a história.

Mas por esse processo iremos cair na mesma preocupação das coisas miúdas que vem daquilo que eu designei por segundo plano. Então, por que motivo disse eu na primeira carta que convinha começar pelo estudo da «psicologia da vida portuguesa que andou por estrada real»? Qual a razão dessa preferência dada à história? Não seria talvez uma preferência, mas o que era já lhe não posso explicar nesta carta, que vai longa. Escrever-lhe-ei terceira, quando voltar do Barroso, para onde vou por estes dias.

Lisboa, Março 1946.

ÚLTIMA CARTA

Meu caro Amigo — Tendo demorado além do que eu previa, os preparativos da minha excursão a Barroso, aproveito uns momentos destes dias de expectativa para escrever a última carta ou, melhor, terminar esta carta tríplice em que me propus responder ao seu velho apelo. Depois de ter divagado num à vontade epistolar mais inclinado à confidência que levantado à magnitude do assunto, sinto-me na necessidade de correr atrás do pensamento vadio para aqui lho deixar acorrentado nos períodos da última lauda, sob pena de não se aproveitar sequer a intenção do meu aplauso.

Ponhamos, pois, as frouxas afirmações que atrás ficam, à prova de um ataque cerrado à nossa originalidade psicológica de nação. Aí está uma opinião estrangeira capaz de nos fazer sentir a importância do combate que temos de travar, se a tomarmos a sério... E porque não? O autor de *La Dama del Mar,* muito enganado na propensão que nos atribui para fazer um conceito menos lisonjeiro da sua pátria, disse o que não transcrevo por não ter à mão o volume e que não teria perdurado na impressão do público por parecer pequena demonstração de um observador tão qualificado: em suma, que nós, os portugueses, dizemos «os espanhóis são isto e aquilo» e, quanto a nós, que somos? — Nada. Que resposta se daria a isto? É certo que não nos inibe de a dar a consciência de nunca termos perscrutado a nossa psicologia... Não vamos ao ponto de ignorar que algumas qualidades e defeitos possuímos, que alguma coisa somos. Mas será isso o bastante para responder com vantagem?

Qualidades, defeitos, são mais características humanas que nacionais. Aqui da estante ao lado, o nosso Amadeu Cunha me recorda característica essencial de um povo amoroso ao extremo de morrer de amor — o ciúme. A que excessos chegámos com a demonstração dos nossos zelos — nacional e imperialmente — dizem-no muitos dos estrangeiros que apontaram os nossos costumes no passado e sobretudo quantos viajaram no Brasil e os que ainda hoje lhe perlustram os sertões. É natural que a nação e toda a sua descendência continuem a produzir mais Otelos que Desdémonas e mesmo — por felicidade das Desdémonas de maridos parvos — que Iagos. Mas a ciumeira extensiva a todos os membros de uma comunidade, de uma nação, de um império, é necessidade ligada a certos particulares de organização social removidos os quais desaparecem como necessidade para não ficar mais do que uma superstição que as leis tolhem e a educação destrói. As últimas páginas de *Sertões e Fronteiras do*

Brasil evocam, em jocundo estilo, a comédia da transformação do Rio de Janeiro em corte, quando «por força de uma ordenação, as rótulas voaram» e com elas todo o aparato da «odaliscação» de *sinhá*, passando logo a carioca a tornar-se «glória da paisagem». Mas há melhor. Aqueles homens do Gerez eram tão «ciumentos» que, bastava o acaso conduzir um estranho a lugar onde pudesse ver uma mulher da terra para — com receio talvez de que a profanasse ou a comesse com os olhos — a aldeia inteira arremeter com paus e pedras ao desprevenido viandante. Houve, porém, um abade que os admoestou e o abandono de tão bárbaro costume vigorou desde logo no rol das suas *invioláveis* promessas.

Se fosse caso de responder a Pio Baroja, eu não lhe diria que possuímos tais e tais qualidades. Evito os predicativos, porque raros serão os que possam transpor fronteiras étnicas ou políticas sem alteração no conteúdo étnico ou pragmático. Os povos que assaltam os estrangeiros em viagem ou despojam os náufragos, serão também povos *honrados*. Se a civilização não admite essa honra, muitos povos civilizados não poderão negar que já a tiveram.

Contudo, o sentimento da honra e a sua função no equilíbrio social não se alteram de modo que não saibamos bem distingui-los passando de povo para povo. A palavra *honra*, pode, pois, e deve figurar na nomenclatura dos psicólogos e dos etnólogos. Nota, aliás, Álvaro Ribeiro: «A nomenclatura e os métodos correntes na psicologia, mais adequados aos povos que os estabeleceram, não cingem correctamente a realidade portuguesa». Eu, que não sou muito versado no assunto, iria mais longe (porque a ignorância é atrevida) na esperança de um formulário internacional. Os predicativos apareceriam afectados de sinais e coeficientes segundo uma álgebra psicológica ainda nem sonhada. As jornadas da psicologia — do estudo, da alma abstracta ao das almas por mil modos condicionadas; do da alma individual ao da alma colectiva — prenunciam bem as agruras da ascensão a uma psicologia não apenas colectiva, mas nacional. A muitos dos responsáveis pela trajectória percorrida parecerá ainda «insubsistente a teoria de nacionalidade» em geral e não só quanto a nós — a nacionalidade bem entendido, como *sujet* psicológico. Na imprevisão das fases por que a mera psicologia há-de atingir tão altos desígnios, pensei nas reacções da consciência nacional que seria conveniente estimular e dirigir para a aproximar do objectivo.

Eu, como qualquer português, entenderia ser esta a melhor resposta a Pio Baroja: «Não seremos nada, mas *fomos* nós que dobrámos o Bojador e o Cabo da Boa Esperança, que insuflámos na Europa as ambições coloniais, etc.». Receamo-nos, é claro — e receamo-nos dema-

siadamente — de que nos sublinhem o passado do verbo — *fostes* — porque não temos a coragem de afirmar a continuidade histórica nas actividades do presente. Estamos assim tão minguados? Na verdade, não. Será vício congénito? Outrora, a proximidade de grandes feitos dispensava-nos da dolorosa tarefa introspectiva e uma palavra só resumia o que hoje não cabe na plangente retórica do saudosismo nacional. E era um estranho, embora peninsular, quem afirmava por nós, numa síntese de psicologia das duas nações da Península:

española, temeraria,
portuguesa, ejecutiva...

No último século, conquistámos em África territórios sobre os quais o passado nos legara apenas direitos históricos, e com eles arredondámos um Império. Mas fomos em grande parte logrados pela ambição alheia e até pela nossa. Os nossos políticos fizeram algumas asneiras. Um século de estéreis lutas políticas responde pelo histerismo que alastrou no escol da nossa sociedade. Será por isso, só por isso, que um romancista espanhol pôde surpreender-nos na desalentada confidência de que «não somos nada»? De qualquer maneira, há uma causa que deprime a consciência nacional, a que teremos de sobrepor métodos de historiografia que lhe corrijam os efeitos. Mas torna-se necessário também combater a causa.

Somos um povo antigo, um pouco cansado dos fingimentos que lhe impõe a vida moderna que não inventou, que verdadeiramente nunca chegou a aceitar, e saudoso de uma actividade sua, que ainda reconhece viável e que decerto o é, porque repousa no aproveitamento de recursos quase intactos — um palmo de terra, o bastante para terminar nova semente de Portugal que se multiplicará nos campos de Além-Mar —, no esforço de braços contentes de abraçar a terra úbere, enfim, mãe carinhosa depois de tantos séculos madrasta de gerações de emigrantes... Este será o milagre de Barroso. De Barroso, sim, senhor. Sabe o que tem sido Barroso?

Mas então a psicologia de Portugal vem de Barroso? perguntará... Perdão, eu não lhe prometi a psicologia de Portugal. Vai para dois anos, «ao rumor do seu (ao tempo) último livro», prometi-lhe para o efeito a minha leal cooperação e a da minha gente da Montanha. E mais por ela que por mim. A psicologia é acção; a acção é história; aqui estão portugueses que não têm história; é necessário apetrechá-los para a acção — dizia eu, com maior candura que originalidade (isto mesmo dizem eles, em termos menos precisos, mas muito mais enérgicos).

A oferta não era muito de aceitar. A minha gente era, há dois anos,

o Alvão e a Padrela. Ainda não conhecia Barroso. Contemplava-o do Marão e desconfiava de tantas serranias. Via ironia na quadra que no Alvão cantam as raparigas:

Hei-de casar em Barroso
que é terra de muito pão
vão os ratos à galheira (1)
chegam co(m) o rabo ao chão...

A minha oferta, repito, não era de tentar. Era humilde e *obscura*. Esperava que ela esquecesse no tumulto das adesões. Só agora, passados quase dois anos sem que nada se produzisse além do programa de Álvaro Ribeiro (com o qual, regionalismo à parte, estas cartas se parecem tanto como um plágio com o original), é que me empenho em esclarecê-la, para que conste. Entretanto conheci Barroso, a desdenhada «terra fria» (porque o é), de uma fertilidade conhecida há mais de dois séculos. E, além da fertilidade, encontrei que me haviam precedido os rapazes da Junta da Colonização Interna: estudos, planos, esperanças...

Se a garantia da psicologia de Portugal estivesse na agricultura, confesso que lhe não poderia prometer em todo o Portugal o «jardim» do poeta e até pouco mais lhe poderia prometer da Montanha. Mas esta é o símbolo dos componentes nacionais que não reagem na História, das aspirações que não vivem — suficientemente, direi para não ser injusto — na alma dos escritores, dos elementos brutos que, parecendo estranhos ao nosso drama, são talvez a «rocha viva da nacionalidade». Não é só a Montanha. A «psicologia de Portugal» será um grande melhoramento que pressupõe outros melhoramentos. Todo o bem que fizermos, cada homem que educarmos, que ligarmos à terra, será um passo dado para a solução do nosso enigma psicológico, cada homem que arrancarmos ao destino da emigração em corpo ou em espírito, contribuirá para o equilíbrio desta Nau, compensando o peso dos que se debruçam sobre as vagas inconstantes.

A nossa geração contribuirá para fixar a psicologia de Portugal.

Lisboa, Abril de 1946.

E D M U N D O   C O R R E I A   L O P E S †

---

(1) Tábua pendente com alguns paus espetados formando prateleira, onde se coloca o pão.

BARATA FEYO — «*Garrett*»

SETE POEMAS LÍRICOS

I

CANÇÃO PERDIDA

Se me encontrasses cantando,
Ai amor,
Se me encontrasses cantando,
Cantarias.

Se me encontrasses chorando,
Ai amor,
Se me encontrasses chorando,
Chorarias.

Se me encontrasses pensando,
Ai amor,
Se me encontrasses pensando,
Em que é que pensarias?...

II

POEMA DE CERTA MENINA

Menina de branco,
Naquele automóvel
De branco vestida;

Seus lábios vermelhos,
Da cor desse cravo
Que tinha no peito;

As unhas vermelhas,
Papoilas sòzinhas,
No branco vestido;

Seus punhos doirados;
Cabelos de cobre
Às ondas sem praia...

Menina de branco,
Dos olhos brilhantes,
Dá-me o teu sorriso.

Guardarei na mão
Teu sorriso rubro
Da cor desse cravo.

Depois quem dirá
Se tenho, vermelhos,
Na palma da mão,
Teus lábios sorrindo
Ou teu coração?!...

III

QUADRO

A CECÍLIA MEIRELES

Sou diante da paisagem
Um menino que vê
Uma estampa, que o prende
Sem saber bem porquê.

Deixou por sobre o bibe
Uma das mãos aberta...
Que lírica surpresa
O seu olhar desperta?

Tenho, como ele tem,
O meu bibe vestido;
Tudo agora me enleva,
Ganha um outro sentido.

Manhã de mocidade,
Rumo da vida incerta...
Achei uma saudade
Na minha mão aberta.

IV

MARIA

Minha Maria Mar'quinhas,
Meu corpinho delicado,
Minha pomba de alvas penas.

Meu botãozinho de rosa
Pendurado na roseira...

O tempo que dura um beijo!

É como a luz do relâmpago
Rasgando a treva da noite:
Vê-se a grandeza da vida
Aberta de lés a lés...
Depois fica tudo escuro,
Escuro e nada se vê.

Meu botãozinho de rosa,
Deixa-te estar na roseira.

V

RETRATO

Meu corpo é água.
Onda que vai e que vem,
Abraça, foge, não pára...
No fundo, mágoa.

Meus olhos, água.
Fundura do mar salgado,
Quem sabe onde tem seu fim?
No fundo, mágoa.

Minh'alma é água,
Que canta, que chora e fala:
Doce cantiga, das fontes,
Brando choro das ribeiras,
Marulho eterno das vagas...
No fundo, mágoa.

VI

TABUADA

A HENRIQUETA LISBOA

Menino vai à escola,
Anda agora a aprender;
Leva a cartilha já rota
De tantas vezes a ler;
Leva a ardósia no saco,
Com as contas por fazer.

Conta certa? Conta errada?
Ninguém o pode saber.

As contas que a gente faz
Certas no nosso querer,
Vem o tempo e põe errado,
Quanto era de prever.

Antes levar pela vida
Sempre as contas por fazer.

VII

SÚPLICA

A M. C.

Dá-me as tuas mãos,
Que tremem, frágeis, no pavor da vida,
Eu as acalmarei.

Dá-me os teus olhos,
Magoados de lágrimas secretas,
Eu os alegrarei.

Dá-me os teus cabelos
Para cobrir a nudez da tua alma,
Eu os desprenderei.

Dá-me o teu coração,
Regelado do frio do abandono,
Eu o aquecerei.

Ilha de S. Miguel dos Açores.

ARMANDO CÔRTES-RODRIGUES

RITINHA

CASEI por combinações comerciais entre meu pai e o pai dela. Meu pai era sócio do pai dela. Tinham ambos uma loja. Depois do primeiro exame fui para a loja ajudar a aviar os fregueses. Por uma intuição que maravilhou o sócio de meu pai e encheu meu pai de orgulho, eu, quando pesava, carregava sempre com um dedo no prato dos géneros. O sócio de meu pai dizia: — «Temos homem!». E começou a gostar de mim.

Eu fui crescendo ao mesmo tempo que cresciam os negócios. A Ritinha — a filha do sócio do meu pai — andava no liceu e dava lições

de piano em casa. Mas a Ritinha era fraca do peito e só de vez em quando ia ao liceu. E tinha as mãos tão leves e transparentes que, às vezes, quando batia com os dedos nas teclas, o piano não tocava.

Quando a Ritinha aparecia na loja, olhava para mim com os seus olhos doces e eu ficava todo enjoado. O pai dela perguntava-lhe se gostava de mim e a Ritinha baixava os olhos e ficava-se a olhar o chão. Ela não me interessava nada, e eu, ìntimamente, chamava-lhe «lombriga».

Quando fiz dezanove anos, o sócio de meu pai ofereceu-me um lenço com o meu monograma bordado pela Ritinha. Foi depois desse lenço que o meu pai começou a falar-me em casamento.

Eu protestava, dizia que não queria casar, e, apesar de ser já um homem, o meu pai puxava-me as orelhas. E num dia de Inverno em que eu já tinha as orelhas feridas do cieiro, meu pai tornou a falar-me em casamento. Eu não protestei e ficou assente que me havia de casar nesse mesmo ano.

A Ritinha começou logo a fazer o enxoval, e o meu pai mandou-me ao alfaiate tirar medidas para um casaco preto e umas calças de fantasia. Depois, na loja, os fregueses perguntavam quando era o casamento, e o meu pai, enternecido, não roubava no peso.

Quando casei, a mãe da Ritinha fartou-se de chorar. O pai mexeu o bairro todo com o nosso casamento, convidou os fregueses mais antigos, e a sociedade recreativa de que era presidente deu nessa noite um baile.

Eu embriaguei-me. Ia sendo uma tragédia, pois dei em confessar àquela gente toda que carregava com um dedo no prato dos géneros. Ninguém me acreditou e disseram que eu tinha muita graça.

A mãe da Ritinha, toda chorosa, não a largava e fartava-se de cochichar com ela.

A Ritinha, naquela noite, pareceu-me mais frágil e transparente. E quando a apertei nos braços, no nosso quarto de noivado, tive a impressão de lhe ter partido uma costela. Ouvi um estalido e a Ritinha começou a tremer toda. Fiquei apavorado mas lembrei-me de que ela era minha e de que podia partir o que quisesse.

De manhã, na loja, o meu sogro, enternecido, tratou-me por «filho». A loja encheu-se de fregueses, e meu pai, todo orgulhoso, era o primeiro a apertar a mão dos que vinham felicitar-me. A alegria do meu pai e do meu sogro e as manifestações dos fregueses comoveram-me tanto que, confesso, fiquei sem saber se havia de carregar com o dedo no prato dos géneros ou no prato dos pesos. Depois, a minha sogra apareceu toda afogueada e a dizer que a Ritinha estava doente.

Quando cheguei a casa para almoçar encontrei a Ritinha deitada. Perguntei-lhe se estava melhor e ela olhou para mim com um olhar tão meigo que fiquei comovido. Beijei-a na testa e passei-lhe vagarosamente a mão pelos cabelos loiros. E, quando retirei a mão, veio agarrada aos meus dedos uma grande madeixa. Pensei que a Ritinha usasse postiços, e, para não a vexar, escondi a madeixa numa algibeira do guarda-pó. Minha sogra, que andava numa roda-viva entre a casa dela e a minha, apareceu naquele momento e disse que o culpado era eu. Não percebi nada porque era que a culpa era minha, ouvi a Ritinha gemer e saí de casa sem almoçar.

Na manhã seguinte, a Ritinha levantou-se antes de mim. Quando me sentei na cama, senti qualquer coisa pequenina e dura magoar-me o pé. Julguei que fosse um botão de colarinho e levantei a roupa. A princípio fiquei confundido, pois não podia acreditar no que via: era um dente. Meti um dedo na boca e toquei com ele nos meus dentes todos. Não me faltava nenhum. Era da Ritinha, com certeza. Atirei o dente pela janela fora, vesti-me e fui para a sala de jantar. A minha sogra apareceu com um copo de geleia para a Ritinha, olhou para mim com severidade e não me falou.

Apareci na loja cheio de tristeza. Meu pai reparou na minha tristeza e perguntou-me se não era feliz. Eu esbocei um sorriso que não tinha nada com o meu pensamento e não lhe disse nada.

Agora, quando a loja fechava, eu sentia um grande receio de voltar para casa. Tinha sempre medo de encontrar bocadinhos da Ritinha espalhados pelo chão.

A minha sogra deixou de ir a minha casa e mandava recados à Ritinha pela criada. O meu sogro resmungava com meu pai e chamava-me «azelha». Eu, para me vingar, carregava na balança com um dedo no prato dos pesos.

Uma tarde encontrei uma unha inteira no tapete do quarto. Fiquei tão impressionado que comecei a embriagar-me e a voltar tarde para casa. Dava-me com os embarcadiços que moravam no bairro, e, no meu pensamento, principiou a nascer a ideia de fugir num barco, de correr mundo.

Num sábado levantei-me mais cedo, pois, nesse dia, havia muito que fazer na loja. E quando estava a vestir-me encontrei um osso aos pés da cama. Calculei que fosse o cão que o tivesse levado para o quarto e atirei-o fora. Mas, quando tomava o café, vi a Ritinha tão tombada para um lado e com uma expressão tão sofredora que tremi de pavor. Pensei logo que o osso devia pertencer-lhe e senti uma pena infinita de

andar a atirar bocados da Ritinha pela janela fora. Comecei a ruminar naquilo e julguei endoidecer. Decidi não ir à loja. Agarrei no dinheiro todo que tinha em casa e fui para o cais. Nessa noite andei pelas tabernas com os embarcadiços, apareci embriagado no bairro, fiz namoro a uma mulher casada e levei uma tremenda tareia do marido.

Na manhã seguinte, como era Domingo, havia arrumação na loja e aviavam-se fregueses às escondidas da polícia. A Ritinha desfazia-se em lágrimas, pois fora avisada pela mãe do grande escândalo que eu havia dado. Eu deixei-a chorar à vontade e fui para a loja a gemer de dores.

Quando cheguei à loja, o meu pai e o meu sogro não me falaram. Meu sogro, sobretudo, estava tão inchado e vermelho que parecia ir rebentar de um momento para o outro. Passei a manhã toda a recear a cada instante uma explosão, pois meu sogro estava furioso comigo e com meu pai, e meu pai estava furioso comigo e com meu sogro. Era como se eu fosse um fumador de cachimbo fumando entre duas velhas barricas de pólvora.

Contudo, o que mais me indignou foi, no dia seguinte, a forma como os fregueses procederam para comigo: não me davam o bom-dia, olhavam-me com severidade e resmungavam censuras. O bairro condenava-me. Eu, então, voltei a carregar com o dedo no prato dos géneros.

Nessa noite deitei-me com o pensamento amargurado e com o corpo ainda mais cheio de dores. A Ritinha não se deitou e andava a soluçar de quarto para quarto.

De madrugada acendi a luz. Sentei-me na cama e pus-me a olhar como parvo a porta do quarto. A Ritinha, nesse momento, abrira a porta de mansinho. Era uma sombra. Era uma sombra que soluçava e se desfazia em lágrimas. Se não tivesse acendido a luz, tê-la-ia confundido com um fantasma.

Eu estava abismado. Queria falar, queria chamar pela Ritinha e não podia. Depois, a sombra — que era a Ritinha — foi-se atenuando, foi-se tornando transparente. Ao mesmo tempo chegava até mim uma música estranha que ficou a zunir-me aos ouvidos até que a Ritinha desapareceu.

Não sei o tempo que isto durou. Sei que, de repente, ouvi passos na rua, o sino da Sé, e, logo a seguir, o bater das horas no relógio da sala de jantar.

Foi nesta altura que despertei do espanto em que estava. Pulei da cama e pus-me a correr por todos os quartos a chamar pela Ritinha.

A criada, com uma cafeteira na mão, olhou estùpidamente para mim quando passei pela cozinha a gritar.

Saí de casa como um louco e corri à loja tão alucinado que o meu sogro, cheio de pavor, fugiu para o meio da rua. O meu pai agarrou-me e eu disse-lhe que a Ritinha desaparecera. Depois deixei-me cair sobre uma saca e pus-me a soluçar. Sentia-me no meio duma grande confusão, tudo se baralhava no meu pensamento. Ouvia a voz do meu pai sem compreender o que ele me dizia, sem compreender o que ele me perguntava.

Apenas me acalmei quando entrou a polícia. Meu pai, que já tinha aviado os primeiros fregueses, assustou-se. Eu calculei que a polícia me fosse prender por ter atravessado a rua em camisa de dormir desde a minha casa até à loja. À porta juntou-se muita gente que se pôs a espreitar e a chamar-me «malandro».

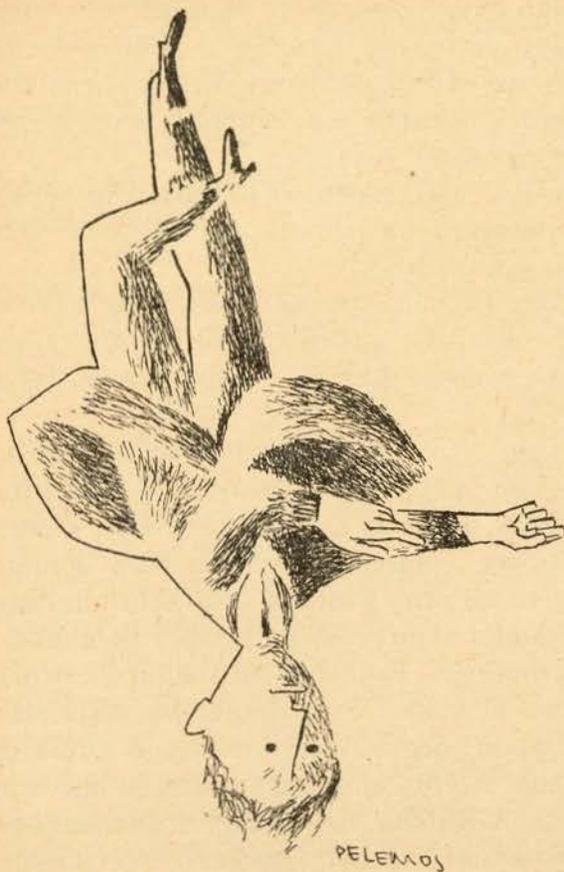
Um dos polícias disse qualquer coisa a meu pai. Meu pai pegou-me num braço e saímos todos. Ao atravessarmos a rua levei uma pedrada e um polícia deu um tiro para o ar.

Levaram-me a casa. Ao chegarmos, a minha sogra revolvia tudo à procura de qualquer coisa. Soluçava o nome da filha, e o meu sogro conversava com um senhor qualquer, que olhava para mim com muito interesse. Depois, o senhor que conversava com o meu sogro começou a interrogar-me. Era um agente da polícia. Perguntou-me, com modos muito delicados, onde era que eu a tinha escondido. Eu não sabia ao que ele se referia e fiz uma cara muito espantada. Quando soube que a minha sogra me acusava de ter matado a filha, empalideci, comecei a tremer, e o agente, que passara da delicadeza para a brutalidade, voltou da brutalidade para a delicadeza.

A minha sogra procurava o cadáver da filha. Desfez as camas, abriu o guarda-fato, e, na ânsia de a encontrar, chegou a abrir e a cheirar um frasco de conservas que estava sobre o aparador.

Eu dizia: — Desapareceu, desapareceu, desapareceu. E quanto mais queria explicar como desaparecera a Ritinha, menos me compreendiam. Nem o meu pai me compreendia. — Nem o meu pai, de quem sou a continuidade em carne, em sangue e em espírito—dissera eu num soluço.

A polícia ficara espantada com esta minha frase — confesso que até eu próprio fiquei — e chegou a uma conclusão definitiva: a Ritinha abandonara-me porque eu não regulava bem.

Quis protestar, mas nem sequer tive coragem para abrir os olhos. Sentia-me exausto, e aos meus ouvidos chegava um *bruaá* confuso de vozes. De repente, tive a sensação do homem que vem ao cimo da água depois de ter mergulhado. Abri os olhos. Estava só!

Depois, ouvi que me chamavam como que em segredo. Reconheci a voz da Ritinha. Levantei--me num pulo.

A música estranha voltou a zunir-me aos ouvidos e, ao mesmo tempo, senti que me puxavam. Era a Ritinha que me atraía.

E depois... Depois, senti-me leve como uma pluma. A Ritinha continuava a atrair-me, a levar-me para ela. Eu já andava com a cabeça acima do mostrador do relógio e podia, se levantasse um braço, chegar com um dedo ao tecto. Tinha a impressão de que um pé de vento me podia levar pelos ares, como se fora uma folha seca.

No meio da aflição toda, pensava: — Deve ser assim na hora da morte. Mas eu não morri, eu não morri!

Fazia esforços desesperados para encontrar o chão. E, quando consegui encontrar-me no chão, agarrei-me com toda a força ao aparador. Tremia tanto que as peças de loiça telintavam umas de encontro às outras.

E assim estive numa luta constante: eu agarrado ao aparador, a este mundo, e a Ritinha a puxar-me, a atrair-me para ela, para o outro mundo.

Por fim, a Ritinha deixou de atrair-me. Dei uma corrida para a janela. Queria ver a luz do sol, queria ver a rua e as casas, queria ver a vida. Apalpava-me, beliscava-me, na ânsia de me encontrar a mim próprio.

Quando veio a noite, e com ela as trevas, escapuli-me de casa como

um ladrão. A Ritinha, agora, não dava sinais de si. Meti-me pelas ruas estreitas do bairro, junto ao cais, entrei nas tabernas e bebi copos de vinho, uns atrás dos outros, para me embriagar depressa. Numa rua sem iluminação, tornei a ouvir a música estranha e a Ritinha voltou a chamar-me com a sua voz triste e a puxar-me para ela.

Eu, no ar, a dois palmos do chão, esperneei furioso. Um sujeito que atravessava a rua, ao ver-me assim a espernear, deu um pulo para uma porta. Confundira-me com um ciclista.

Seria ridículo andar a noite toda a espernear no ar, ouvindo os queixumes tristes da Ritinha. Se ela fosse «físico», dava-lhe um murro ou um encontrão. Mas a Ritinha era como a briza, e a sua voz era como um eco.

Para lhe resistir, agarrei-me com quanta força tinha ao batente duma porta. Ela, então, começou a puxar-me pelos pés. Primeiro, fiquei em posição horizontal, depois, fiquei de cabeça para baixo. Com a força que a Ritinha fazia a atrair-me, comecei a sentir as mãos doridas. Larguei o batente da porta, que bateu uma pancada seca. Abriram uma janela da varanda do primeiro andar. Uma voz de mulher perguntou: — Quem é? Logo a seguir ouvi um grito. Eu continuei a subir de pernas para cima e de cabeça para baixo. E pensei: Se a Ritinha me abandona, bato com a cabeça no chão. Quando cheguei com a cabeça à altura da varanda vi uma mulher desmaiada. Ao fundo da casa apareceu um vulto de homem. Agarrei-me à varanda. A Ritinha, de repente, abandonara-me e eu fiquei pendurado. Larguei a varanda e saltei. Depois comecei a correr pela rua abaixo. Quando cheguei à esquina ouvi gritos dum homem pedindo socorro. Continuei a correr. Vi um polícia no meio dum largo. Pensei: Se continuo a correr e o polícia me vê, persegue-me. Não há nada mais perigoso do que uma pessoa correr depois de um grito de socorro. Até os cães nos perseguem.

Tive então uma ideia: continuei a correr em direcção ao polícia. E gritei-lhe: — Estão a pedir socorro. O polícia ficou ainda uns momentos indeciso. Eu apontei-lhe para a rua, e ele, então, largou a correr.

Quando o polícia desapareceu na esquina, voltei as costas àquele sarilho que a Ritinha armara e desci, a passos apressados, uma rua estreita que ia dar ao cais. E entre as sombras das casas, escurecendo ainda mais a sombra da noite, eu bramava contra a Ritinha, protestava contra aquela cobardia de me obrigar a lutar contra o desconhecido, contra o mundo que os nossos olhos não podem ver e a nossa imaginação não alcança.

Mas arrependi-me logo de ter sido brusco para com a Ritinha. Não

porque fosse delicado a esse ponto, mas porque tive medo, um medo horrível, exactamente como se entrasse num quarto escuro e ouvisse a respiração de alguém escondido a um canto. Supliquei-lhe que me deixasse. Expliquei-lhe que o que estava acontecendo não estava certo, pois eu ainda era vivo e não podia assim transformar o físico em qualquer coisa como o carvão das fornalhas que se transforma em fumo e desaparece no céu.

Apenas me respondeu um débil lamento. Convenci-me de que a Ritinha se convencera com os meus argumentos e me deixaria em paz até ao último dia em que o corpo fica e a alma se liberta. Mas a Ritinha voltou.

O que me admirava, apesar dos meus esforços para me tornar pesado, era a facilidade com que a Ritinha me atraía. Eu precisava de um peso maior sobre o corpo, que vencesse o poder de atracção da Ritinha. Foi por isso que me lembrei de ir trabalhar para a descarga dos navios. A princípio, os meus camaradas admiravam-se da facilidade com que eu levantava e transportava grandes fardos. Era apenas a Ritinha que me dava uma ajuda.

Por fim a Ritinha, talvez cansada de tantos esforços para me levar para ela, deixou de atrair-me. Mas eu sei que um dia voltará. E então, quando eu deixar este corpo que se vai curvando cada vez mais, irei ter com ela e, de mãos dadas, entraremos os dois nesse mundo misterioso, por entre as estrelas e as nuvens, até ao dia em que voltarmos a outro corpo, para sofrer outra vez as dores deste mundo.

J O S É D E L E M O S

TENTAME DE PROGNÓSTICO

E a nossa grande Raça partirá em busca de uma Índia nova, que não existe no espaço...

FERNANDO PESSOA

O curto prazo que nos separa do ano de 1950, ainda que muito contenha de imprevisto, não poderá alterar o juízo que o historiador haja de exarar sobre a primeira metade do século XX. Se é lícito, portanto, enunciar algumas das características do período histórico decorrido nos últimos cinquenta anos, e mais do que lícito, útil, para ver claro no panorama do futuro, importa desde já verificar que entre muitas outras notas avulta o desenvolvimento do nacionalismo português.

Nos acontecimentos políticos, vimos sucessivamente dominar as doutrinas que mais bem argumentaram a favor da progressiva nacionalização das instituições. A propaganda republicana, por exemplo, assentou grandemente na acusação de falta de patriotismo imputada às instituições dinásticas e tradicionais. Não podemos, portanto, deixar de reflectir sobre a oculta debilidade e o destino inglório das ideologias internacionalistas, construções que de longe se nos afiguram magníficas, mas que não encontram, entre nós, terreno propício em que se fundamentem. A verdade derrama uma luz que obriga a um movimento de inteligência, e ao estudioso menos interessa negar o que lhe é adverso do que compreender inteiramente as diferenças.

Abandonando, porém, os factos políticos, e transitando a outra ordem de valores, entramos no domínio da penumbra onde pouco a pouco se dilui a evidência. A afirmação do nacionalismo literário e, digamos também, do nacionalismo cultural, ou não foi ainda consolidada, ou carece de aparatosa demonstração. Permanece a dúvida sobre se queremos, ou não, continuar a sofrer o peso das culturas estrangeiras.

A observação é difícil porque exige virtudes tão raras quão pouco apreciadas. A observação não se compadece com o encurtamento do tempo que a experimentação permite, e o vulgo a ela prefere a declamação imediata sobre inferências apressadas; a vulgarização distende, por isso, a lição do passado, enquanto que a observação silente se abeira com timidez do limiar do futuro. Observando, pois, alguns dos aspectos da lenta e secreta transformação que se opera longe dos círculos das instituições oficiais, entre os mais novos escritores, afigura-se assaz nítida a tendência para o rompimento com o sistema de noções que ainda há bem poucos anos tàcitamente prevalecia. Dizer que as velhas certezas se transformaram em novos problemas equivale, filosòficamente, a anunciar uma metamorfose que em política adquire o nome de revolução. A dificuldade está apenas em prever o desenlace contingente de uma evolução normal e necessária.

Meio século de equipamento técnico, cada vez mais progressivo, cada vez mais acelerado, cada vez mais indispensável, não poderia deixar de imprimir na fisionomia da comunidade portuguesa vincados traços de desnacionalização. E, com efeito, a habilitação dos nossos técnicos está sendo exercida num ambiente escolar onde a continuidade da tradição portuguesa parece ignorada ou esquecida, onde o patriotismo figura

como disciplina adjectiva, quer dizer, postiça. Até mesmo nas instituições que se diziam incumbidas da defesa e da demonstração do «génio nacional», — segundo a fórmula adoptada por João de Castro Osório na sua pertinente *Introdução à História da Literatura Portuguesa* — resulta diminuída e humilhada a originalidade portuguesa perante a superioridade técnica da cultura estrangeira. Referimo-nos, é claro, às Faculdades de Letras, e documentaríamos a nossa afirmação, se indispensável fosse, pela análise das publicações derivadas desses estabelecimentos de ensino.

Assistimos, enfim, ao declínio do positivismo. Mas para observar este acontecimento com a lucidez conveniente, importa antes de mais reparar em que o positivismo nunca teve, no nosso país, perfeita aceitação como sistema filosófico, mas difundiu-se de tal maneira que conseguiu impregnar o ensino oficial e, com ele, as mais variadas formas de cultura e de divulgação. Breve foi o período prestigioso dos positivistas conscientes e coerentes, que não conseguiram formar escola nem templo, apesar de todos os esforços do Curso Superior de Letras, de Lisboa. Raros, porém, foram os escritores que não acolheram uma ou outra tese essencial do positivismo, embora proclamassem mais ou menos nítida discordância do pensamento sistemático de Augusto Comte, de Herbert Spencer ou de Littré. Em política, a difusão do positivismo contribuiu para a dissolução do idealismo monárquico, como contribuiu, depois, para a dissolução do idealismo republicano. O positivismo foi, em Portugal, um grande movimento, não de ciência ou de filosofia, mas apenas *de opinião*. Eis o que explica a sua persistência e, também, a sua caducidade.

Não podemos, portanto, dizer que o declínio do positivismo seja resultado de um renascimento da metafísica e da teologia, apreensível sòmente pelos espíritos de escol. Está resultando apenas da crítica materialista que constitui parte integrante da doutrinação socialista, cujo progresso descontínuo se verifica nas suas manifestações mais variadas e discordantes. Ao observador imparcial não poderá passar despercebida a vivacidade da polémica entre positivistas e materialistas, como fenómeno significativo de luta pela posse do futuro. Nem sempre a discussão se desenvolve com aquela clareza de nomenclatura filosófica que seria de desejar nesta espécie de combates, mas as cifras encontram-se, felizmente, ao alcance de quem esteja atento às frequentes substituições de vocabulário...

Outro aspecto, que merece ser relacionado com o precedente, é a actual crise da literatura. Ao positivismo, — primado da *letra* sobre o *espírito*, — estava ligada a teoria da literatura que dominou entre nós, durante várias gerações. Teófilo Braga conseguiu, neste domínio, estabelecer escola que não chegou a ser inteiramente renegada pelos discípulos mais irreverentes. A sua teoria dos valores, dos géneros e dos períodos literários nunca foi sèriamente refutada e eficazmente substituída; as críticas que incidiram sobre a obra de Teófilo Braga, não tendiam para um sistema que superasse o positivismo, porque se detinham de preferência na discussão dos métodos filológicos e das conclusões políticas que caracterizaram os trabalhos do admirável investigador.

Privada do amparo do positivismo, a literatura encontra-se em crise, não só porque a sua finalidade permanece indeterminada, na ameaça de subordinação ao sectarismo político, mas sobretudo porque, à míngua de um conceito adequado, se demonstrou impossível a respectiva definição. O ridículo

que recaiu sobre o literato, cultivador das letras, teria de ser seguido pela seriedade que comprova a contingência da literatura. A palavra «literatura» perdeu toda a valia expressiva, e começa a ser, em muitos textos, substituída pela palavra «cultura».

Novo aspecto se desenvolve na presença do observador. A verdade é que a palavra «cultura», para além da sua tonalidade pedante, que a torna antipática e menos utilizável, não corresponde a um conceito digno de transposição. Cultivar equivale a explorar, a extrair rendimento de um solo mais ou menos fecundo. Estamos, portanto, na presença de uma dualidade: a terra nossa e a técnica estrangeira. E neste caso, talvez interesse menos a técnica agrícola do que a qualidade agrológica.

Não é lícita a analogia da técnica na zona ôntica da liberdade espiritual. Mas ainda que fosse lícito falar de «cultura portuguesa», — como prática de uma teoria, como técnica de uma ciência, — nunca o termo poderia assumir o lugar primordial numa classificação hierárquica, nem servir a noção englobante da arte, da ciência e da religião.

Anunciando o desprestígio da palavra «cultura», agora em começo mas a prosseguir no decurso da reflexão, podem já considerar-se derrubados os principais obstáculos à restauração do primado da filosofia sobre as letras e as ciências, e, portanto, do desenvolvimento da filosofia portuguesa.

A afirmação do nacionalismo, no domínio da política interna, tem de ser consolidada noutros domínios para que o nacionalismo venha a ser integral. A existência do «génio nacional» garante e possibilita ao nosso futuro uma influência civilizadora análoga à de séculos passados. São os portugueses dotados de espírito inventivo, incomensurável pelas coordenadas europeias, mas afirmado na projecção atlântica. Carecem, apenas, de espiritual habilitação para transformarem as possibilidades em realidades.

....

Á L V A R O   R I B E I R O

LEOPOLDO DE ALMEIDA — «*Herculano*»

SEGREDO

Quando a acharam boiando à flor das águas,
deram-lhe um nome e uma idade,
mas nada era verdadeiro.
Retiraram depois o corpo inteiro,
com cheiro de santidade.

Tinha um olhar estranho.
(Ninguém pôde cerrar-lhe as pálpebras macias).
E o sorriso remordido,
na boca rasgada em lanho,
insinuava coisas proibidas e sombrias...

Os pobres da freguesia
foram beijar-lhe os dedos pálidos de morta,
a fronte plácida e fria...

Que os pobres da freguesia
não batiam em vão à sua porta.

Era virgem. Vestiram-na de branco,
meteram-lhe uma rosa em cada pé,
uma cruz entre as mãos cruzadas sobre o peito
e lançaram no esquife longo e estreito,
palmitos de S. José.

Como no velho conto,
o estrangeiro chegou, à voz dos sinos...
Chegou vencido e cansado.

Com gestos de sonâmbulo e de tonto,
prendeu um cravo encarnado
nos dedos frios e finos.

Levaram-na a enterrar em pranto bravo.
Mas não mais se pensou em a canonizar.
Talvez alguém lembrasse aquele cravo,
o sorriso,
e o olhar...

MARIA MANUELA COUTO VIANA

AS TRÊS TOUCAS BRANCAS

ESCREVENDO uns artigos, talvez minha situação melhorasse, deixasse de empenhar objectos, mas quando tento escrever qualquer coisa, sinto uma inibição nos dedos, na vontade, no cérebro.

Deixo a mesa cheia de tiras de papel, procuro o alpendre e para que escrever se o vento deixa as roseiras sussurrando, roça como asas nas toalhas estendidas no arame, deixando nos caniços sons de flautas?

Minha vida se estraga numa poesia vulgar — como a de agora comparando os caniços a flautas — mas, hoje, tenho sòmente vontade de fechar os olhos, de ficar ouvindo o catavento.

O rosto de Virgínia está queimado, mas, apesar do sol da praia, vê-se que uma palidez se esconde, oculta-se debaixo da pele.

Ainda não lhe disse nada, porém, creio que ela até irá sorrir.

Nem sei como principiar. Dizer tudo de uma vez? Fazer arrodeios ou convencê-la imediatamente? Imagino desde já o rosto de Virgínia abatido pela vergonha, sem querer me olhar, ver ninguém, fitando um ponto, perdendo-se no vácuo.

— Mas, Virgínia é a coisa mais pura deste mundo!

Diria isso me traindo, porque também deveria estar no mundo de Virgínia, encontrando naquela pureza um princípio de perversão, de desterro. Ela baixaria a cabeça, seus longos cabelos cairiam com o corpo e por trás daquele véu de fios escuros se ocultaria a vergonha, estaria um sentimento ferido a esconder-se.

Depois ela me abraçaria, diria baixinho, como se tivesse medo de se ouvir:

— Está bem, Sigismundo, farei o que você me pede.

Passa pela minha cabeça toda essa cena, chego a pensar que tal coisa suceda e sinto um pavor do meu próprio pensamento, de imaginar sòmente coisas ruins.

Vejo Virgínia remendando um par de meias e quando seu rosto se levanta para se encontrar com o meu, disfarço, largo um riso tolo e fico sem ver nada, absolutamente nada, como se um estado de suspensão me fizesse viajar.

Aquilo sucedera no último domingo.

A manhã quebrava ondas enormes e quem fosse à praia veria o

oceano raivoso, espumas desenhar areias, aquelas areias onde se podia esquecer, dormir. Parecia que o sol transmitia a Virgínia outra vida, anulando todos os seus recalques, indo ninar um coração esmorecido, cheio de dor. Como seria bom se Virgínia passasse outras manhãs na areia, ouvindo o mar, sentindo o sol? Enterrar as mãos no corpo fofo da areia, bocejar?

E foi na volta, quando já estávamos longe, que ouvi o que agora não ouso dizer a Virgínia.

A voz daquele pintor saía mansa, pedia e ao mesmo tempo se desculpava. A princípio não entendi bem, o meu rosto devera ter se fechado porque o pintor ainda mais suavizava as palavras.

Virgínia me chamava da esquina, acenando um lenço vermelho, riscado de âncoras azuis. Chamava-me, avisando que era tarde, e mesmo de óculos escuros podia-se descobrir que os seus olhos estavam alegres.

Há quinze dias que aquilo aconteceu e sempre fico a adiar a resposta, querendo me esquecer, sentindo uma insatisfação me invadir quando penso naquilo. E nem sequer exigi desculpas... Se minha vida fosse a de antes, certamente teria me revoltado, levantando a voz. Mas ouvi tudo como não teria ouvido se fosse o homem de meses antes, a força que se perdera em inúteis conquistas.

— Sim — respondi — daria resposta à noite. Primeiro falaria com minha mulher, precisaria ouvir Virgínia.

Sinto-me arruinado, todas as minhas forças perdidas. Constantemente a voz do telefone é a do pintor, e quantos bilhetes, quantas cartas, quantos recados!... A última fala sobre uma oferta absurda. Transcreve trechos de livros de arte, denuncia-se ansioso. Sòmente um artista poderia fazer isso.

Chega-me a vontade de chamar Virgínia, explicar-lhe que o velho da praia é um pintor, mas um pintor que está doido por desenhar-lhe os seios. Mostrar-lhe-ia os bilhetes, as cartas; até mesmo mostrar-lhe-ia a última, que salienta uma oferta incomum. Mas, parece que uma força misteriosa me obriga a engolir minhas próprias palavras.

Num canto da sala, dentro desta sala pesada de silêncio, as mãos de Virgínia cosem.

E nem por sonho deverá chegar à cabeça de Virgínia que os seus seios chamaram a atenção de um pintor, ela seria uma mulher de seios iluminados, demasiadamente artísticos, puros. E se Virgínia consentisse?

Vejo que se tal coisa acontecesse a culpa seria minha. Afasto a

ideia, mas logo depois ela volve, aproxima-se e termina me prendendo. Como seria bom receber duzentos cruzeiros por uma hora que Virgínia deixasse seus seios numa tela, talvez pintados tão diferentes que de nada sugerissem comparação com os verdadeiros!

Imagino-a defronte de um cavalete, longe de sentir o cheiro oleoso das tintas, amargurada, numa posição completamente imóvel.

Vejo-me acendendo um charuto, fumando como um estranho, sentindo um desejo de também possuir aqueles seios que estavam sendo pintados, de beijar ternamente suas auréolas, as mesmas auréolas que enchiam o fundo de uma tela com a opulência do seu róseo. As janelas cerradas, tubos abertos coalhando cores esquisitas, o calor como se estivesse forçando os sorrisos que pendiam dos retratos.

E havia um retrato melancólico, fazendo uma criança chorar numas tintas escuras, como se aquele choro fosse de fome e de sede.

E eu visitando um *atelier,* frio como um capitalista, indagando de preços, fumando um enorme charuto, vendo Virgínia com os peitos de fora como uma estranha prostituta que sòmente gostasse de prostituir os peitos. E eu continuaria fumando, caminhando a passos largos, mãos nos bolsos, olhando com desprezo aquelas carnes. Mas, porque não responder que seria impossível, ir pessoalmente esclarecer que Virgínia não seria modelo, que ela me pertencia! Desculpasse-me. Fosse outra vez à praia, certamente descobriria outros seios semelhantes aos de minha mulher. Então não haveria tantas sósias no mundo? Sósias de nariz, de lábios, de voz? E porque não existiriam sósias de seios? Encaro Virgínia (não sei se é impressão) mas não tenho força de continuar a fazê-lo porque sua atitude é de quem está pousando, de quem se deixa pintar. Sòmente os seios estão defendidos pela blusa de cambraia, os dedos rebolando, mas se rebolando a coser tão de leve que mais parecem rezar.

Sinto um suor frio, tamanha é a vergonha que me chega, e abandono todos os sentidos, todos os membros. Fico como se estivesse num lugar que me apagasse todas as memórias, os braços, o rosto desgovernado num inútil e repentino riso. Podia recorrer a amigos, explicar a minha situação. Mas, meu sangue circula como antigamente e a minha atitude de agora deve ser também a mesma que abatia as esperanças de meus antepassados.

A energia de Virgínia extinguiu-se. Se Virgínia não se sentisse debilitada estaria, agora, a me fazer carícias.

Quantas vezes Virgínia não fora mais forte do que eu? Quantas madrugadas ela assistira, animando-me, trazendo-me uma toalha umedecida para afugentar o sono. O concurso aproximava-se e com ele vinha

a incerteza, o desequilíbrio. Por fim Virgínia sabia tanto quanto eu, podia até fazer o concurso por mim.

Aquele concurso já é um passado, e pareço ainda ver todas as manhãs Virgínia procurar no *Diário Oficial* a lista dos aprovados, procurar com os dedos trémulos, os olhos aflitos. E como seu rosto ficou amarelo, as mãos puladas de veias azuis que desciam dos braços quando ela me disse:

— Você foi aprovado, Sigismundo, mas foi preterido na nomeação.

Por várias vezes Virgínia tentou transmitir-me a sua resistência, mas tudo está positivamente perdido e nevoado.

E foi na tarde de hoje, o vento agonizando as hélices, fazendo o catavento chorar — foi na tarde de hoje que tudo se consumou, terminou de ruir.

A história dos seios de Virgínia faz de mim um visionário. Sempre vivi no mundo das visões.

Mesmo no tempo em que desembargador Olavo me aconselhava, escrevendo-me enormes cartas, eu continuava naquele mundo, nesse mundo que me habituou a viver dentro dele. Hoje, esse mundo não existe mais para mim; porém, aquele hábito perdura.

Às vezes Virgínia segura a minha mão e engasta no dedo o anel de formatura. Todas essas vezes sinto a sensação de estar colando grau.

É um ânimo que Virgínia tenta me transmitir, mas os hospitais estão longe, Virgínia, bem longe, bem longe de mim eles estão!

— Sinto muito, Virgínia, mesmo que quisesse voltar a clinicar não poderia.

O desembargador Olavo falava assim, quando me via dactilografando capítulos, escrevendo contos:

— Literatura só traz contrariedades, menino — dizia numa voz pausada, grave. — Literatura é tão inimiga e traiçoeira como a política. Largue tudo isso, menino, vá se aperfeiçoar na sua medicina.

E uma noite, como eu falasse que iria praticar num laboratório, desembargador Olavo respondeu-me pausadamente:

— Porque não descobre um micróbio?

Mesmo depois de tanto tempo ainda pareço escutar o desembargador:

— «Porque não descobre um micróbio?» — Hoje, sòmente hoje, sinto verdadeira falta do desembargador Olavo. Sua morte levou conselhos que ninguém me repete, a sua ausência faz-me lembrá-lo, soerguê-lo da terra numa profunda evocação. E soerguê-lo para pedir per-

dão, estender-lhe os braços numa súplica de filho pródigo. «Tudo pode acontecer, menino, e você poderá descobrir um micróbio».

Ouvira histórias fabulosas e o Rio parecia sòmente esperar a minha chegada. Chegaria desconhecido, depois seria tratado como um príncipe. Trazia comigo todas aquelas lendas que em Recife me contavam:

«Olhe, lá no Rio você não precisa se atirar. As mulheres se oferecem, chamam você, dão-lhe tudo».

Quando o navio atracou o meu coração pulsava. Naveguei os olhos para ver se descobria a mulher que iria ser a minha amante. Uma semana, um mês, e perto de um ano foi que encontrei Virgínia. Não descobri nenhum micróbio, não sei porque me entregaram diploma de médico se mal conheço meu corpo.

A verdade é que todas as semanas desfaço-me de objectos. Não tive escrúpulos. Penhorei tudo, pus tudo no «prego». Fiz Virgínia abandonar o emprego de telefonista, não encontrei nenhuma dessas mulheres que sustentam a vida dos amantes, mas Virgínia me dá mais que todas elas.

Empenhei uma caixa de música por uma ninharia e não demorará que chegue o «gringo» e leve todos os móveis. Se o desembargador Olavo estivesse vivo bastaria um simples telegrama:

— «Mande tanto»...

O fiador do apartamento, um gordo poeta, está emagrecendo as amabilidades. Antes, ele não encontrava defeitos de técnica nos meus contos, nem citava contistas europeus me influenciando.

Tudo isso de nada significaria se não fosse a história do pintor. Seria um motivo para esbofeteá-lo? «Isso é uma safadeza». Minha voz rasga estas palavras que me afligiam ìntimamente. Virgínia levanta-se, e antes de chegar junto de mim, pergunta:

— Está sentindo alguma coisa, Sigismundo?

— É que... — e a frase se anula.

A minha vergonha cortara as minhas palavras que já estavam na língua.

Virgínia senta-se no chão e mais docemente torna a insistir:

— Fale, meu filho, diga-me o que lhe aborrece.

Quero que as minhas mãos encham as de Virgínia, chego a estender os braços; porém, eles ficam como duas forças em meio do caminho.

Nas agulhas compridas de *croché* um novelo de lã toma a forma de uma touca. Assusto-me, e uma ideia repentina me esclarece tudo.

— Será possível, Virgínia? Será possível que você esteja grávida?

Virgínia envergonha-se com esta minha pergunta. Esconde o rosto, fitando o chão e, roucamente, fala numa voz medrosa:

— Não foi você quem quis, Sigismundo?

E depois que se passou um minuto, tornei a ouvir Virgínia dizer:

— Só fiz uma touca, Sigismundo, mas ainda faltam duas.

Quis levantar-me, mas meus olhos estavam gostando de olhar a primeira touca...

B R E N O   A C C I O L Y

À ESPOSA-MÃE

Quando me vou de ti para viver
meu duro fado, minha soledade,
é quanto mais de ti quero saber
porque não sei matar tanta saudade.

Mas se para ti vou, num cativeiro
maior logo me sinto, por desgraça!
Por ser então demais prisioneiro
de amor e por amor da tua graça.

Senhora! se és a fonte sibilina,
serena e doce luz da minha vida
que a dor matou p'ra renascer meu bem,

e se és também como eu te queria:
meu novo berço do meu novo dia,
chama-me filho, ó minha Esposa-Mãe!

Lisboa, 12/1/1948.

VASCO DA GAMA RODRIGUES

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

«É um poeta de imagens imensas» — diz um crítico brasileiro acerca deste moço que ainda não chegou aos trinta anos e cuja poesia venceu já muitos horizontes. Porque é corajoso, nem sequer se detém à beira dos abismos mas, ansioso, interroga a morte, a face indecifrável dos mistérios que os seus mil ouvidos apreendem no ar e nas coisas. Filho de Alphonsus de Guimaraens, um poeta que viveu toda a sua vida numa cidade fechada entre montanhas: Mariana, — uma cidade que «é como um grande soluço» — , e que na poesia do filho entorna, como se no sangue lhos transmitisse, a altura do lamento que não teve, do grito que não deu, da lágrima que não chorou.

Talvez a poesia se comece a aprender na infância, quando a vida é ainda pequena para os olhos ingénuos, mas cuja grandeza os sensíveis logo começam a adivinhar; quando as mortes dos seres e das coisas fazem a sua aparição e há, junto ao leito da criança que desperta em cada segundo, um ente fadado pelo destino para lhe falar com a linguagem usada no reino da poesia.

É Cecília Meireles quem diz:

A minha Avó cantava e cosia.
Cantava canções de mar e de arvoredo
em língua antiga ;
e eu sempre acreditei que havia música
em seus dedos
e palavras de amor em minha roupa
escritas.

É Fernanda de Castro que escreve:

Quando a tia Emiliana a obrigava a embainhar os panos de cozinha, ia sentar-se tristonha a seus pés. Mostrava--lhe a estopa, a agulha e o dedal e lamentava-se :

— Olhe, Avó... mais de um metro de bainha !

— Não é uma bainha é uma estrada... Vais correr mundo, Maria da Lua !

Não quero dizer que sem uma infância poética não possa haver poetas. Mas de qualquer modo me apeteceu prestar justiça àqueles que porventura ajudaram a formar o mundo dos poetas.

Começa assim, um soneto de Alphonsus de Guimaraens Filho:

Conténs (eu sinto) a estranha substância
Que propicia o sonho. És, distraída,
Como a menina que ignora a infância
E a infância é tudo o que restou da vida.

Na infância todas as emoções são novas. É por isso que essa época aparece sempre ao poeta como a melhor parcela de sonho ofertada pela vida, mesmo que à sua volta existam lágrimas. A saudade dessa sensação — misto de novidade e espanto — nunca mais o poeta a poderá esquecer. Para mim, ninguém o disse, até hoje, com melhor forma e expressão que este brasileiro cuja voz parece estar tocada a cada passo do recalcado desânimo de seu pai, de uma dor de além-mundo — confissão que não chegou talvez a ter tempo de fazer.

Há na sua poesia uma estranha bruma de segredo. Como já disse, Alphonsus de Guimaraens Filho não é um poeta cuja imaginação caminhe para lá da morte, ou melhor: caminhe dentro de uma outra vida. No alto de uma falésia, estaca e não procura romper a impenetrável névoa que o cerca. No entanto, uma voz imperceptível, uma voz que vem de longe, de queixa melancólica — voz de prisioneiro distante e solitário —, se faz ouvir muitas vezes quando ele canta. É uma fala que não pode asfixiar, uma cantiga lenta e soluçante que a sua boca profere, um martírio abafado muitos anos, a ganhar voz na sua voz...

Ninguém sabe em que dia concebeu seu tormento.
Velhos suspiros, velhos muros, e na cidade colonial de placidez doentia
O cemitério na colina, a igrejinha plantada entre um renque de árvores
Desesperadas.
Por onde vou, ai de mim, cuido sempre conduzir um silêncio de louco,
Ou a dor que se faz nostalgia cinzenta,
Chuva em tarde de Outubro,
Madrugada a sorrir sobre velas acesas.
Não me encontro. E só vejo entre os mundos banais que entediam a retina,
Essa angústia de quem não se sente nas coisas
Mas se vê isolado e distante, num mundo
Muito longe da terra,
Muito longe do céu!

A par deste desânimo que tem muitos anos já, que lhe vem da infância, do sonho, de uma estranha existência, Alphonsus de Guimaraens Filho aparece senhor de uma poesia quase violenta, adoçada a cada passo pela saudade do passado, pelo mistério da morte e das sombras. Alphonsus é um poeta pleno de paisagens largas e caminha sempre a grandes alturas. Muitas vezes aparece impregnado de uma nostálgica poesia a que chama tão bem *Nostalgia dos Anjos* e que para longe da terra o leva em suspensa jornada.

Na varanda havia
Uma estrela dormindo.
Desaparecia
Ia-se sumindo...

Para quem da vida
Já colheu mil sortes
De desejos tais,
Em uma ferida
Que pensava as mortes
Pelos hospitais.

Para quem sonhasse
A estrela seria
Uma sombra fria
Consolando a face...

Um talvez sorrisse
Ou nenhum chorasse...

Poderíamos mesmo afirmar que Alphonsus tem por seu um mundo enorme; não aquilo a que todos chamamos o *nosso mundo*, mas um mundo imenso, de paisagens imensas, um mundo em que as coisas têm alma e os seres não concebem a vida senão banhados de infinito.

Ah, que tudo que em nós se passa é tão sòmente
Um frémito de asa...

Ou então:

Eu diria sorrindo que sou neste momento uma criança,
Ou então que sou alguma rua, que sou alguma casa, algum quintal com frio.

É cheia de música a sua voz em canção. É também cheia de um perturba-

do desencanto, como se houvesse a acompanhá-lo a constante sensação de uma esperança perdida:

Estou sòzinho na praia,
Estou sòzinho e não sei.
Que luz adormece a face
Se em gritos já me afoguei?

Estou dançando na praia?
Estou dançando? Não sei.
Eu colho com as mãos da ausência
A rosa que não beijei.

Que luz chega do outro lado,
Do outro rio, do outro mar?
Estou sòzinho na praia...
Ó mundo, vamos dançar!

Lembra-me de ter escrito um dia que os grandes poetas, que são também marinheiros de bruma, gostam de ir nascer nos países que se debruçam no mar, gostam de largas baías, de largos horizontes. Sem que o queira, imagino que o cérebro de Alphonsus é transparente e que lá dentro existe uma imagem completa do mundo, com serranias, mares, ilhas, vales férteis ou desolados, dias azuis e noites infindas de gritos e tempestades. Um autêntico mundo, igual a este em que habitamos.

A boca da inocência fala muitas vezes nele. Fala na sua boca quando lhe faz pedir ao «vento leve que o leve para as praias além do mar, o deite em praias macias, lhe dê as bocas macias dos namorados do mar».

E do dualismo que existe na sua poesia sem indecisões — está de um lado o poeta isolado, o poeta que a cada momento sonha o Céu, o poeta sem esperanças; do outro o homem forte, aquele que a um simples fechar de olhos recolhe o mundo todo, aquele que sabe como ninguém que o seu destino é ser poeta, que não teme a morte e para quem a morte é poesia — desse dualismo, como já disse, ressalta a distância às estrelas. E nunca Alphonsus poderá sair vencedor na jornada que é feita da sua ansiedade, da sua luta, daquele hábito de eterno que há na sua poesia e que só morrerá com o mundo.

Na estrada do Acaba-Mundo,
Sòmente a estrela-polar.
Vi a morte: fui ao fundo.
Na estrada do Acaba-Mundo,
Nenhum mar.

Nenhum mar? Nenhum deserto.
Nenhum sopro, nem luar.
Longe os anjos. Muito perto
O mundo a meus pés aberto.
Nenhum mar.

Volta e meia a estrela ria
De mim? De ti? Do luar?
O luar não existia.
Eu morrera. E a noite fria...
Sòmente a estrela polar.

NATÉRCIA FREIRE

ANTÓNIO DUARTE — «*Camilo*»

DA POESIA PARA A FILOSOFIA

TENHO que o processo filosófico de busca do desconhecido e de integração unitária, principia, as mais das vezes, numa prospecção de ordem afectiva. Ou melhor, assim principia para ser fecundo.

Prospecção subconsciente ou, se consciente, nascida nas profundezas do temperamento, da reflexão sobre as transparências interiores, quando transparências, no relâmpago de um impulso que, por segundos, torna claras as espessuras, coerentes os fragmentos de uma realidade apreendida por parcelas.

Posto que a Filosofia vá na vanguarda do conhecimento, à cabeça do cortejo de que as ciências em suas formaturas ordenadas e rigorosas são o corpo, — as ciências e não a Ciência, que a autêntica ciência, una e sem compartimentos, é a Filosofia mesma, — ela é precedida em regra de elementos afectivos tais, que formam com frequência o que pode dizer-se uma prospecção poética.

Não foi por acaso que alguns dos primeiros filósofos escreveram as suas obras em verso — ; a forma corrente da Poesia, que parte dos primeiros poemas são filosofemas e vice-versa, de tal forma que o primeiro grande esforço de interpretação do mundo e da vida, situa-se numa nebulosa poético-filosófica, em que se confundem, indestrinçáveis, o processo poético e o processo filosófico, a ponto de se não distinguir a *filosofia poetizada* da *poesia filosofada,* expressões de análise genética psíquica, por meio das quais é nossa intenção fugir às de *poesia filosófica* e *filosofia poética,* assentes numa precedência formal de restrito valor crítico.

Esses poemas-filosofemas, primícias da necessidade humana de interpretar em globo a problemática fundamental do Universo e as *ideias* das colectividades nascentes, num esforço de compreensão obscuro, não desprendido dos mitos, mas já fora da submissão teogónica, talvez expliquem a fecundidade da filosofia helénica, tão vizinha deles ou mesmo entrelaçada. Atenda-se a Hesíodo, procurando na flora fantástica dos mitos matéria de conhecimento; do fundo e forma poética dos escritos de Xenófanes, Empédocles, Parménides e outros.

Este Parménides, a figura culminante do génio eleata, e um dos primeiros formuladores de problemas eternos da filosofia, fê-lo, como é sabido num poema: as filhas do Sol conduzem-no, de carro, à decisiva encruzilhada de onde dimanam as estradas da verdade e do erro; aí uma deusa o leva para regiões luminosas, onde pôde ver claro a unidade redonda do Ser e possibilitar-lhe uma das mais antigas críticas do conhecimento.

Poeta é esse ardente e obscuro Heráclito («falo por inspiração, como as sibilas...») a quem se deve uma das ideias mestras que têm atravessado a metafísica.

Atenda-se ao carácter místico da especulação pitagórica, isso que levou os esotéricos ás secretas harmonias do Universo, e à apercepção dos seus valores quantitativos, fazendo-os pene-

trar no âmago da música e das matemáticas.

Note-se a intensa inspiração poética da obra de Platão, alando-se gradualmente para a clarividência das *ideias*, até à identificação da realidade com o Bem. Eis o imperativo da consciência moral enformando o cosmos. O intelectualismo que em tal obra se manifesta não anula o fundo e a grandeza da sua concepção poética.

Dessa galopante cumiada do génio grego, brotada do *demónio* de Sócrates já é possível pressentir, nalguns aspectos, as altitudes insuperáveis do Cristianismo. É certo que a Razão permite atingir grandes verdades; mais atingir que desvendá-las. Mas como vai lá, sem o impulso de grandes asas que sejam o desdobramento de toda a humana profundeza, de todo o seu potencial de inquietação — que todo não é demais?

Seria curioso estudar a correlação que porventura exista, além da Grécia, entre poesia e filosofia. O que significaria também ver a propulsão filosófica das mitologias, do maravilhoso em geral, do maravilhoso que se enreda nos densos fluxos emotivos, celta, escandinavo, germânico, cristão medieval — e a proximidade da criação filosófica em relação a tais fenómenos, ou a sua filiação.

Fernando Pessoa, nos seus ensaios acerca da «Nova poesia portuguesa», em rápida visão retrospectiva, relaciona os dois extremos da cadeia — poesia... sociologia — tirando inferências argutas e conclusões de correlatividade que só a distância desses extremos compromete. A sua intuição de adivinho leva-o a prever, em presença do movimento literário português de então (a Renascença Portuguesa), não só a proximidade de um super-Camões, como ainda uma euforia colectiva única.

É certo que os referidos ensaios atiram cortantemente à floresta de fenómenos sociais complexos o instrumento incisivo de uma conclusão lógica do espírito do autor. A verificação histórica não é inteiramente satisfatória, o que não invalida a tese, pois talvez tenha explicação e a reforce aquilo que parece contrariá-la. Também o que é profecia tirada de premissas contestáveis, por imbuídas da natural parcialidade de que os juízos contemporâneos enfermam, tem de ser posto de remissa.

Mas a argumentação impressiona e convence quando trata da precedência da literatura, e em especial da poesia, no fermento das renovações sociais profundas. As tendências obscuras prestes a alterar a visão da vida e as relações entre os homens, no campo afectivo, poético se revelam.

A verificarem-se casos de coincidência e até consequência dos movimentos literários relativamente aos sociais, pode levar à desorientação. Mas o carácter da literatura, dado em especial pelos seus elementos novos ou originais no sentido de criadores e o exame das modificações sociais, é susceptível de esclarecer o assunto.

A literatura-consequência é, regra geral, falha de originalidade, decadente ou sem vida, e nada prepara. Com frequência enxameia de numerosos cultores, mas sem culminâncias.

Almada Negreiros, no seu estudo «Mito-Alegoria-Símbolo», serve no caso grego, tão paradigmático no que respeita à criação humana, esta argumentação. «Das alegorias de Homero aos símbolos de Pitágoras vão cinco séculos gregos. Alegoria é anterior a símbolo. E regista-se o facto de atribuir-se a Pitágoras a palavra filosofia».

Não que a poesia se transforme em filosofia (ainda que possa conseguir visão filosófica). Mas esta última ali vai aprofundar o misterioso da vida que a

atrai, como se lê na citação inserta, naquele trabalho, da «Ciência Nova», de Vico: «Esta sabedoria poética, pelas fábulas que criou, deu ocasião aos filósofos de elevar-se à meditação de verdades muito profundas que eles aperceberam...»

Prosseguindo neste rumo das relações da poesia com a filosofia, julgo indispensável trazer aqui algumas observações de Santayana: «Buscam os poetas, no fundo, uma filosofia? Ou é a filosofia, em última instância, só poesia?»

Há um ponto em que filosofia e poesia se tocam: os raciocínios e investigações da primeira «culminam na intuição ou naquilo que, no mais nobre sentido da palavra pode chamar-se *Teoria*, quer dizer, uma firme contemplação de todas as coisas segundo a sua ordem e valor. Tal contemplação é de tipo imaginativo». O filósofo que aí chega é, «no momento, um poeta».

Em contrapartida, o poeta que «dirige a sua apaixonada imaginação para a ordem de todas as coisas ou para o que se refere ao conjunto é, no momento, um filósofo».

Como prova, o citado autor estuda os poetas Lucrécio, Dante e Goethe, *(Três poetas filósofos)* concluindo que são a «mais adequada expressão, e porventura a mais perdurável» de três grandes correntes filosóficas: naturalismo, sobre-naturalismo e romanticismo.

Considerados em relação ao curso de ideias exposto, estes poetas apresentam significado bem diverso. Lucrécio é um poeta *a posteriori*, subsequente. As suas ideias estão em Demócrito e Epicuro. São-lhe anteriores. Exprime adequadamente uma corrente filosófica *já feita*. Dante é a floração poética da Idade Média cristã, expressão afectiva de uma disciplina mental existente, e de uma disciplina super-nacional ideal, em perigo. É o poeta da concepção medieval da unidade europeia sob a égide de uma «águia de duas cabeças» (Imperador e Papa). Pessimista em relação à sua época, de incontestável germinação criadora, ele faz no entanto parte dessa germinação, como precursor do Renascimento literário.

Em Goethe há nìtidamente o poeta virado ao futuro, a libertação das intuições sobre o mistério das profundezas da alma humana e de uma natureza «omnivivente». Genial intérprete do momento espiritual que então sacudia a Alemanha, a sua obra surge todavia rica de vivências criadoras projectadas não apenas sobre os campos literário e filosófico, mas também científico.

Se o processo filosófico (contendo aqui a investigação científica) precisa de atingir por momentos a emoção poética, para que a vasta visão de um relâmpago ilumine (visão global, hipótese) o que até aí se apresenta desconexo ainda, ou obscuro, explicando-o, — isso demonstra a virtude criadora do elemento poético.

Mas o valor do processo poético não está só aí. Ele antecede, mais ou menos próximo, o processo filosófico, dando-lhe os próprios temas, os móveis da especulação, atraindo às raizes da existência, às suas profundidades e contrastes, a tendência para a compreensão, inata no homem.

«A poesia, no seu mais alto sentido, (diz Dilthey) consiste na criação de um mundo novo na fantasia, no qual se descobre o sentido do mundo real, ao transfigurá-lo por meio de um estilo; isto explica a verosimilhança deste mundo, formado relativamente a leis que afundam raízes na natureza humana: edificação do mundo partindo das categorias existentes dentro de nós». Este conceito diz o bastante.

O Cristianismo, mercê da supremacia atribuída aos valores morais, e da dignificação do homem, representa a

mais profunda e definitiva descoberta da alma, e portanto, uma valoração da poesia. Esta tendência que já era a do Velho Testamento, o embebeu, a despeito da variedade dos autores e épocas dos seus escritos, num filtro de emotividade estranha, de que ressaltam imorredoiros poemas, bem como narrativas de poética feição, quais o «Cântico dos Cânticos», o «Livro de Ruth» e algumas profecias, — a par de marcada preocupação pensante.

Após a revelação de Cristo — a Mensagem por excelência, porque dirigida ao homem em toda a sua integridade — o evangelista S. João, conduz ao paroxismo, no «Apocalipse», o complexo poético super-racional que vinha de Moisés.

No mundo romano, coincide em Santo Agostinho a mais eloquente expressão da inquietação humana com o mais fecundo filósofo.

Nesse mesmo mundo romano, na fase ante-cristã, estivera nos versos da «De natura rerum» de Lucrécio, o maior esforço filosófico.

Na última decadência dele, Boécio entremeia poesia e prosa, nesse parêntesis lunar de fim de civilização que o leva a procurar abrigo na filosofia.

Os poemas do Poverello (sinceros como a sua vida) e a «Imitação de Cristo», por exemplo, são poesia, da melhor.

***

Claro que temos de apartar a corrente estrictamente racionalista da Filosofia. Não nos parece que fosse a mais frutuosa, essa que foi a menos poética.

Não foi com o método de Descartes que se fizeram as descobertas científicas. O formulário resultou de descobertas já feitas, a modos de uma gramática sobre os estudos da língua viva. De investigações de Galileu e outros, do próprio Descartes como a que o levou à geometria analítica.

O cartesianismo consistiu em chamar a atenção para os *ovos de Colombo* da ciência, em compendiá-los, mas não os produziu; na redução a regras de algumas operações que haviam dado êxito.

O próprio Descartes, criador do moderno racionalismo, confessou algures: «Encontram-se afirmações importantes nas obras dos poetas — mais ainda que nas dos filósofos». O que me lembra, reforçando-a, uma opinião de Unamuno pela qual a filosofia se encosta mais à poesia do que às ciências.

Mas Descartes, que apareceu na história da filosofia munido de um elixir que tornava a razão humana tão penetrante como a que S. Tomás pusera nos anjos, assentou afinal todo esse edifício, já de si miraculoso, do método, num dogma — o da infalibilidade da evidência.

Os seus sucessores tomaram o plano, a obra, mas não lhe discutiram suficientemente o fundamento; meteram-se na comodidade estreita do racional, calcorriaram-no com jactância, esquecendo a petição de princípio da base não-racional, em contradição com o sistema.

É curioso observar que todos os filósofos avessos a aceitar o dogma, o supra-racional ou, de maneira geral o não-racional, impõem-nos de entrada a admissão de um princípio dessa natureza. Isso acontece com os cépticos e os racionalistas.

Seria melhor que, num acto de superior inteligência e inteira humanidade, admitissem de boa fé a resultante cognescente do homem integral, e a participação de luz que em tudo, por mais obscuro, existe, — a confluência, embora longínqua, de todas as arestas da Criação, num vértice que seja o fecho das linhas aparentemente discordantes desta pirâmide truncada.

O intelecto apenas dá uma parte do conhecimento humano. É, quando muito, uma das arestas da pirâmide. Mas onde situar o vértice, sem o recurso, ao menos, de outra aresta que intercepte aquela, qual a da sensibilidade que, para mais, segundo Claude Bernard é «a faceta fundamental do homem»?

Também, no dizer de Bergson, cuja crítica do conhecimento rasgou novos rumos, «jamais a razão, raciocinando sobre as suas possibilidades conseguirá alargá-las». É preciso «violentar» as coisas e, por um acto de vontade, atirar a inteligência para fora de si mesma».

O intelecto e os dados objectivos que formam a experiência, não são tudo. É preciso «retroceder às fontes vivas da intuição» conforme o manifesto fenomenologista.

A crítica do cientismo está feita, e é condição do homem nunca haver verdade que lhe baste e ter de refazer constantemente a interpretação da experiência, os dados positivos de que tanto se gloriaram sábios delirantes e filósofos contra a filosofia.

William James introduzindo a noção prática, *yankee*, da verdade, prestou, contra o que muitos julgam, notório serviço ao espiritualismo. Ele próprio se revolta, logo na primeira contradita às críticas, contra a confusão do pragmatismo com positivismo.

Existe uma verdade de crença, fixa, capaz de ser bastante para quem crê. Mas, do ponto de vista humano, prático, até para os que crêem, se o fazem ardentemente, subsiste a ansiedade, mesmo na *identificação* do misticismo.

A tortura pela verdade, o sentimento de que a verdade possuída nunca é total, de que é sempre possível maior aproximação, também está contida certamente, no *pão de cada dia* que tem de ser ganho com o suor do rosto, que, segundo o «Génesis» exprime a condição dramática do homem sobre a terra. O pão de cada dia, mais angustioso ainda na ordem espiritual que na material. Que dia a dia, época a época, também tem de ser ganho.

Sustentar a inutilidade da Metafísica, resvés ao Absoluto, é deslocar a questão, ociosamente: equivale a dizer que uma refeição é inútil pelo facto de não alimentar para sempre.

Esta insuficiência do espiritual é justamente uma das maravilhas da Criação; nela reside a fonte de valor do homem. A metafísica, sua dolorosa construção, irmã tão próxima da poesia, *vai-o alimentando* espiritualmente, mas precisa de constante renovo.

Max Scheller, ao afirmar que há um campo só captável emocionalmente, após as críticas ao racionalismo e ao cientismo, conduz a pôr na ordem do dia o valor da poesia como filosofia. Nada de trair a primeira com as preocupações sistemáticas e globais, da segunda; ela é, por natureza, desinteressada expressão de sentimentos.

Em si mesma tem a poesia a sua verdade profunda «nascida das essências desprovidas de significado pensável», uma verdade íntima feita de introspecção. Ouçamos dizê-lo S. João da Cruz, em maravilhosos versos:

> «*Este saber no sabiendo*
> *es de tan alto poder*
> *que los sabios arguyendo*
> *jamás le pueden vencer;*
> que no llega su saber
> a no entender entendiendo
> toda ciencia transcendiendo...»

Naquele desinteresse está boa parte da força criadora da poesia, do seu alto poder.

Em nossos dias temos podido verificar a importância da contribuição poé-

tica para a atitude filosófica do existencialismo. Nos poemas de Rilke, especialmente no «Requiem», nas «Elegias a Duino», e nalguns sonetos, desenvolvem-se afectivamente as ideias da fragilidade da existência, da morte, da superação da vida, pela existência autêntica, e a fecundidade espiritual que delas resulta, frente aos relativismos contemporâneos, no sentido de uma fé.

Mas não se limita a Rilke o contributo que da poesia tem recebido o existencialismo. Há muita substância poética em Kierkegaard, e não foi indiferente a atitude agreste, mas impregnada de poesia, tomada por Unamuno em relação à vida de D. Quixote e Sancho.

Restringimos os tópicos aqui deixados a um dos aspectos criadores do «alto poder» da poesia. É certo que poucos poetas são precursores de novas concepções da vida e sistemas de ideias. Nem todos adivinham ou interpretam estados colectivos, ou dinamizam os povos, ou certos homens, para *grandes feitos*. Ou ensinam a sentir diferentemente, ou a «fugir para Pasárgada». Não modelam por igual as almas, nem perturbam os acontecimentos.

A maior parte são meros reflexos emotivos do meio em que vivem, traduzem circunstâncias, graças à sua receptividade superior à comum ou estranhamente diferenciada. Mas já isso, — essa predisposição de sentir e receber tudo, de compreender por meio de todas as capacidades do homem, com precedência das mais profundas, inscreve-os no curso que incessantemente renova a existência humana e a história. A dolorosa, e tantas vezes precoce, experiência dos poetas não é inútil. Essa experiência pela intimidade é puro humanismo, fermento sem fim de verdadeira civilização.

CUNHA LEÃO

QUATRO POESIAS

IRMÃ

Não te cheguei a conhecer.
Mas vive sempre em mim
A saudade das horas em que não brincámos
Correndo juntos no jardim.

Tenho o sabor dos beijos que jamais me deste.
Guardo o calor da tua mão, que não senti.
E conservo no ouvido a tua voz pueril
Que nunca ouvi.

Toda a tua ternura de criança
Me acompanha na vida. E, se te choro assim,
É de uma dor que por não ter principiado,
Não poderá ter fim.

A NUVEM

Eram apenas pálidos farrapos
Num céu de pérola... Depois
Veio o vento e juntou-os,
Veio a sombra e toldou-os
E o silêncio da noite trespassou-os.

E o vento e a sombra e o silêncio unidos
Construíram a nuvem tenebrosa,
Suspensa, imensa e calma,
Que, sendo leve como pétalas de rosa,
Como um peso de chumbo cai na minha alma.

PAISAGEM

Pelos ramos das árvores os pássaros
De júbilo cantavam.
Ria-se a aragem sussurrante.
E ao vento as ondas, uma a uma,
Alegres atiravam
Bolhas sonoras de festiva espuma.

Eu para o céu erguia o meu olhar radiante.

É tudo o mesmo ainda. É tudo igual. Entanto
Que diverso também! Soa de luto o canto
Das aves na ramagem.
Lembra um gemido lúgubre
O cicio da aragem.
A voz das ondas não é voz, mas um soluço.

Ao céu não olho. Para a terra me debruço.

DEIXAI FICAR

Deixai ficar o máximo tormento
No coração.
Mas transformar a dor em pensamento,
Não.

Ali pulsando, a alma não no sente —
E já se cala.
Mas na memória, ininterruptamente,
Fala.

Deixai ficar a dor em cada fibra,
Pairando embora.
Ali dormita e, enquanto se não libra,
Chora.

O pranto afoga o máximo tormento,
Cria a ilusão.
Mas transformar a dor em pensamento,
Não.

CABRAL DO NASCIMENTO

BARATA FEYO — «*Antero*»

SANTA OLAIA

(MEMÓRIAS)

1

PANORAMA E FEIÇÃO

Ao cabo de algum tempo achava-me saturado de românico e de arqueologia. Às minhas insuficiências de conhecimento, amigo Sabino, incipiente arqueólogo e genealogista, perfeito estudante de Latinidade, já tudo, para que eu pudera admirar, havia inculcado a respeito de pórticos, tímpanos, colunelos, modilhões de igrejas a que de costume se levam forasteiros; da prosápia de habitações de altissonantes pedras-de-armas e solarengas famílias, cujas árvores de costado por vezes parecia sacudir aos meus olhos. Eram falados os êxitos de Sabino no liceu, que se preparava para deixar, e pessoas conspícuas o apontavam como exemplo de porte grave a par duma séria aplicação ao estudo. Nenhum de seus íntimos até ali lhe percebera cuidados de enamorado. Foi durante uma dessas digressões a revelar-me as partes nobres de Santa Olaia, que eu, — prescindindo de chão firme para arrazoar, a despeito de Sabino, seco e magro, me afligir com o peso da sua erudição, senão por isso, — afectei dúvidas sobre o valor afirmativo duma genealogia exalçada a ciência. História—história, dizendo à Garrett, não pudera ser... Histórias apenas, sim... E minha intuição infamava de interpolações e hiatos, a generalidade dos códices e outros fólios de tombo. A essa ciência parecia-me preferível, mais simpática, a mera tradição local. Da singeleza e espontaneidade das pobres ervas, nunca isenta de sentido poético, (folclore, no caso, se Sabino quisesse) ela, contando a seu modo as coisas, fazia-o ao menos quase sempre para melhor, aviventando-as de patético ou de malícia quando não de humorismo, consoante. Devo ter, por virtude disto, desairado, porque o meu guia daí a pouco, deixava de me procurar, voltando a aplicar às suas predilecções por nobiliários e pedras e às secretas belezas da língua morta, o tempo que teria perdido comigo.

O que em Santa Olaia havia acabado por me interessar mais, fora

o que era episódico, fugaz, ocasião, o remanso das ruas na brevidade dum perímetro que se estendia, de meãs casas claras, desde a estaçãozinha do caminho de ferro, a atá-la como os fios do telégrafo, a longes do país e do mundo, até ao pequeno e pouco menos que despovoado porto ribeirinho. Por cima da paisagem chã da cidade, pincelada de arvoredo de quintas, linguajavam, nítidas, as sineiras duma dezena de freguesias, — viva falácia que entrava os ouvidos com agrado, sobretudo em manhãs cristalinas. Ia-se por começos do Verão. Um pouco por toda a parte se dava ainda com capas-e-batinas negras do liceu. Ajeitara-se este aos carunchosos pavimentos dum profanado cenóbio franciscano. Um jardineiro tratava dos buxos e canteiros do claustro, dantes desnudo, onde nada, nem cor, nem murmúrio, distraía de sua leitura meditada os religiosos, movendo-se como sombras. Enquanto nas repartições se redigiam e copiavam ofícios ou cobravam receitas, Santa Olaia parecia adormecida, a ponto que os passos de qualquer transeunte percutiam bruscamente e a voz declamatória do meu companheiro Rui de Bouro, despertava ecos. Era este Rui de Bouro um moço poeta, de curta juba, sob as abas largas do chapéu, andaina modesta, de linha esbelta. Toda a cidade conhecia seus versos e sua boémia. A sujeição dos chefes-de-família a seus empregos, propiciava, donde a onde, um duo de namorados, entre um peitoril, que a graça dum busto floria, e o passeio em baixo, onde o amador se plantava. Com efeito, terminado o expediente no Governo Civil, na Câmara, no Tribunal, na Fazenda, na pequena Alfândega, Santa Olaia recobrava para o resto da tarde, até o anoitecer, a animação dos dias anteriores, às mesmas horas. Então, na praça da Rainha, de pelourinho ao meio, junto aos umbrais da *Havaneza,* pelas sacadas da *Assembleia,* abandeava a gente grada, — titulares e fidalgos mais ou menos góticos, conselheiros, o *smart,* oficiais da guarnição. Politicava-se naturalmente, e, nessas cavaqueiras, jamais as mulheres deixavam de competir em interesse com a política. Qualquer delas passando, no seu andar moroso, sombrinha aberta, bebé pela mão, — se calhava ser uma jovem mamã, — espevitava a curiosidade dos mirones, que em geral se descobriam, salvando. Toda a boa roda se conhecia. Dessa passagem ficavam às vezes reticências, um rasto de perfume que aliciava a imaginação a íntimas devassas, quando não era, a propósito, um rumor de escândalo, — delicioso como a frescura da brisa... Entretanto, as senhoras saíam pouco, as próprias exigências da sociabilidade não bastavam a que, à maneira de usanças da capital, elas se fizessem assíduas à rua, pretextando «voltas» a dar. De resto, Santa Olaia carecia de grandes estabelecimentos de modas e de modistas francesas. Ia-se, por isso, ao Porto em

começos de estação. Para pouco mais, afinal, do que a missa do meio-dia aos domingos, que a piedade delas elegantizava. Porque ùnicamente donas e donzelas da pequena burguesia, eram rentes ao Jardim Público, passeando ou ocupando os bancos pintados de verde, à sombra dos plátanos, enquanto no coreto tocava a banda regimental. Oh! mas os bailes da *Assembleia*, que andavam à roda de meia dúzia por ano, contavam entre os sucessos mais notáveis e buliçosos da cidade, cada qual precedido sempre, nas casas principais, duma alvoroçante expectativa. Rui de Bouro era para o *Noticioso*, provecto trissemanário, o cronista dessas esplêndidas festas, em que ele assomava de casaca, dum palor romântico, a vidraça na órbita, a acentuar uma ingénua altivez condescendente... Certos grupinhos de senhoras e meninas mais desenvoltas tratavam-no de perto, ouviam-lhe os versos. Quase todas lhe deviam uma ebriativa adjectivação, que levava algumas delas a suspeitarem-se musas de certos de seus carmes... Isso lisongeava e não tinha consequências... Santa Olaia ainda não proporcionara ao poeta, que muito lia Balzac, a ternura duma iniciadora, como a Rubempré se deparara no ducado de Saint Germain... Contudo, Rui de Bouro era uma pequenina glória local, alimentada principalmente por elas...

2

INTELECTUAIS

O *Noticioso* tinha nascido numa esquina da Rua da Vinha, em um pequeno prédio de sacadas de pau, janelando também para a Travessa de Pero Pais, que vinha a ser a graça dum rico-homem, donatário de extensas terras por aquelas redondezas, afamado por seus golpes contra o sarraceno e o castelhano, na feitura e sustentação do reino. O jornal nunca mudara. Não foram os Pimentéis assolarengados mais a baixo, e caber-lhe-ia, entre os vizinhos, a honra da antiguidade.

Nas lojas, compunham os tipógrafos e uma Marinoni fazia a tiragem. No sobrado, entre a rua, a travessa e as traseiras sobre quintalinhos enramados, repartiam-se o cochicho do director, a saleta de redacção, as dependências do guarda-livros e do administrador; no outro piso, em cima, vivia com a consorte o Sr. Sarzedas, proprietário da gazeta, em que, animosamente, fundira o pecúlio amealhado no Brasil. Apesar da dureza com que sempre tangera os brasileiros de torna-viagem como ele, Camilo tivera, durante algum tempo, à sua conta, o roda-pé do jornal, havia sido um dos seus raros colaboradores retribuídos. Nunca ao *Noticioso* haviam

faltado redactores graciosos. Fazia-se aprendizado nas suas colunas, em que tinham começado a ganhar voga certas siglas de todo o Entre Douro e Minho incipiente na república das Letras. O Sr. Sarzedas acabara por poder dispensar-se completamente da tarefa de redigir noticiário. Ao próprio impressor, o Cândido, seu compadre, havia confiado o cuidado da paginação. Era um homem feliz, que conseguira enraizar nos hábitos de concidadãos a leitura do jornal. Independente em política, propendia entretanto aos progressistas. Uma situação do partido havia-o feito comendador. Contudo, quando o conheci, o *Noticioso* parecia voz, principalmente, dum cenáculo. O Sr. Sarzedas deixava à vontade seus jovens e úteis amigos. Simbolistas, neo-parnasianos, decadistas, crédulos dos serões de Médan — a todos estes facciosismos e estéticas, que justavam com ardor, prevalecia, porém, entre todos, uma benigna afectividade, mais efusa em ceias baratas, noite alta. Quebrando lanças pelo Simbolismo, Rui de Bouro encarecia o sentido renovador da escola. A Poesia, que é asa e carece de espaço para ascender, criara novos ritmos. Musicou-se o verso, e até a prosa veio a musicar-se... E lembrava a propósito o ditame de Verlaine, com finuras de velha tenção: *De la musique avant toute chose*... A verdade é que o *Noticioso* interessava mesmo fora de Santa Olaia. No Porto, a outros dessa geração, de lábio apenas ensombrado pelo buço.

Gazetilhava Manuel Rosas. Era no jornal, um tipo das ruas e dos pequenos cafés, com veleidades de rapaz não obstante haver ultrapassado a casa dos sessenta. Tuteava a todos. Guardava, quase desde menino amanuense da Câmara, — um mínimo de deferências e de acatamento das circunstâncias. Materialista sem escola, que apenas o era por natureza, contavam-se dele episódios faunescos, que divertiam, de que Rosas era o primeiro a rir, ouvindo-os... Entrando, cachimbo ao canto da boca, grosso e inofensivo bengalão nodoso, depois de algumas facécias, sentava-se à mesa comum, tirava da algibeira do colete a luneta de dobrar, tomava uma folha da capital ou do Porto, e ficava assim, algum tempo, à espera de ouvir os guizos da musa chocarreira, da sua inspiração... Corriam sempre animadas as vésperas da saída do trissemanário. O gás flamejava à noite até tarde. O Dr. Silvares, que dirigia, privava-se por algumas horas do seu *bridge*, na *Assembleia*, e, escrito o «fundo», naquela elocutória que, de toga, usava nas suas arengas forenses, aparceirava, enquanto não lhe traziam provas, com os três ou quatro amadores de redacção, fazedores constantes do resto do jornal. À medida que o tempo passava, na saleta espessava-se uma névoa de fumo, pelo que a certa altura se tornava indispensável abrir ao ar novo as janelas. Inventavam-se telegramas

do estrangeiro sobre o *Faro de Vigo* e o *Heraldo,* de Madrid, preenchiam-se as tiras azuis da fita de Morse, único serviço telegráfico autêntico, expedido de Lisboa, quase à última hora, para dar ao *Noticioso* frescor de actualidade. Ainda no papel húmido da oficina, Rui de Bouro dizia versos que sairiam. Ouvindo-o, o Sr. Sarzedas recordava, de si para si, melancòlicamente, os tempos na Baía em que, sendo também moço, recitava com fôlego e estro, no grémio caixeiral, que era o seu, a *Judia.* Uma vez por outra, Sabino metia à escada estreita para rever artigos da sua especialidade. Júlio Mendo retocava um conto bucólico acomodado a folhetim.

Havia em Santa Olaia uma poetisa, Laura de Sá. Através da antologia do *Noticioso* fora-me dado, mesmo de longe, ouvi-la entoar seus gorgeios de filomela... Pude, apresentado por Rui de Bouro, conhecê-la uma noite no teatro, em récita de amadores. À boca de um camarote, toda de branco, com seus cabelos dum brilhante castanho claro, lembrava uma ossiânica aparição. Sinto ainda hoje o calor de sua mão, de dedos longos e pálidos, pobres de jóias, e o langor de seus olhos garços, que arroubavam... «Eu que prefiro a religião dos olhos pretos, que nela nasci e nela espero morrer...» — pudera eu no aso repetir Garrett, retratando-me, como ele, de perjúrio... Havia cordas de violino na voz dela... Daí a pouco ser-me-ia forçoso deixar Santa Olaia... Fora particularmente animada a última noite que seroei no *Noticioso,* menos para mim. Para o número em fabrico, escrevera eu uma «impressão» de certos olhos, — os seus —, cogitada uma madrugada, poucas horas depois do espectáculo... Rui pareceu estranhar-me e, no entanto, sem malícia, observara: «Deixas o coração em Santa Olaia!...» Que admirava! Santa Olaia pequenina, clara, íntima, tranquila, era de molde, na verdade, a entristecer despedidas de forasteiro... Daí a um pedaço o poeta começava a leitura do artigo que acabava de redigir, exultatório das próximas récitas de Rosas & Brasão. A conversa circungirou, depois, largo tempo, sobre este empolgante tema. A cidade ia entrar numa fase de alta tensão de elegâncias.

A M A D E U C U N H A

POETA NEGRO

À MEMÓRIA DE CRUZ E SOUSA

«Ficou gemendo, mas ficou sonhando!»

CRUZ E SOUSA

Poeta Negro — bronze d'alma clara,
Humana treva de esplendor divino;
Profundo sentimento, em desatino,
Subindo, pela dor, à Pedra d'Ara!

Fora o teu verbo fogo e incendiara
— Prodigioso, redentor destino! —
Tudo que ao teu olhar de peregrino
Em matéria servil se escravizara!

Gemeste, mas sonhaste! Dia a dia,
Rompendo preconceitos, maldições,
A tua noite em Deus amanhecia!

Humana treva a despedir clarões,
Nos teus soluços fundos de agonia
Pulsa a vida imortal dos corações!

(Do livro: FOGUEIRA ETERNA — Lisboa, 1926)

ANTÓNIO ALVES MARTINS †

O Poeta Negro Cruz e Sousa

PARECE que em nenhum outro país deveria haver tanto interesse pela poesia dos negros como em Portugal, sendo nós o povo que tem mais longo e mais íntimo contacto com a África. E no entanto, só há poucos anos, e por devoção de um simples amador de folclore, se organizou em Portugal uma colectânea de Literatura Africana. *Na Espanha, que não tem com a África Negra ligações tão vastas e tão profundas, parece ser maior do que entre nós o interesse dos intelectuais pelo génio poético dos negros, manifestado na América. É o que se deduz da edição de obras como* Constelación Negra (Antologia de la Literatura Negroamericana), *traduzida do inglês, e da* Antologia de Poesia Negra Hispano-Americana, *organizada pelo cubano de raça branca Emílio Ballagas, na qual figuram poetas brancos, negros ou mestiços, de Cuba, da Argentina, de Puerto Rico, do Uruguay, todos cantores dos negros ou vozes poéticas da raça africana transplantada para a América Espanhola. Até um espanhol: Federico García Lorca, juntou o seu canto à música dos «sons» cubanos.*

Quem procedeu, em Portugal, ao estudo crítico da sensibilidade poética do «negro gentil» que foi Costa Alegre, nativo de São Tomé? Quantos se interessam pela poesia crioula de Cabo Verde? Quem cuidou de saber se haveria, nas Colónias, algum poeta de cor digno de atenção, ao menos por constituir um caso, como o angolano Geraldo Bessa Vítor, autor de Ao Som das Marimbas? *Quem se lembrou de encarar pelo lado das heranças africanas aquele admirável poeta brasileiro que entre nós viveu: Gonçalves Crespo? Foi o que fez, no Brasil, um professor francês: Roger Bastide, no livro:* A Poesia Afro-Brasileira. *E quem conhece, entre nós, essa poesia afro-brasileira, que deu à língua de Camões mais um grande poeta: Cruz e Sousa?*

Podemos dizer, de um artista como Gonçalves Crespo, que foi admirável; de Cruz e Sousa devemos dizer que foi grande, pois que na sua poesia há gritos e soluços que ultrapassam a Arte e se juntam ao clamor universal das almas. Agora que um artista português vai fazer reviver na tela a figura de Castro Alves, «Poeta dos Escravos», mais injusta se torna, a meus olhos, a sombra em que vive, mesmo no Brasil, a obra desse negro, filho de escravos, que foi grande poeta também pela Arte, mas, sobretudo, pelo profundo sentimento humano. O que em Castro Alves era generosa intenção de ideólogo e se exprimia pela eloquência, era

em Cruz e Sousa drama humano vivido, e tão sofrido que até as palavras lhe faltaram para o traduzir. O poema Crianças Negras, *tendo sido Cruz e Sousa uma dessas «tenebrosas flores», e pertencendo seus filhos à «chorosa falange cor do luto», não é das mais altas manifestações do seu génio. A sua imensa amargura não se exprimia directamente, mas pela obsessão da cor branca — martírio do homem, agravado pela aspiração do artista. Como diz o grande poeta Manuel Bandeira: «Dos sofrimentos físicos e morais de sua vida, do seu penoso esforço de ascensão na escala social, do seu sonho místico de uma arte que seria uma «eucarística espiritualização», do fundo indómito do seu ser de «emparedado» dentro da raça desprezada tirou Cruz e Sousa os acentos patéticos que, a despeito das suas deficiências de artista, garantem a perpetuidade da sua obra na literatura brasileira. Não há nesta gritos mais dilacerantes, suspiros mais profundos do que os seus. Esse negro tinha a obsessão da cor branca: branco é o adjectivo que dá sempre ao seu Sonho; e se eram negros os braços da esposa, sentia*

Todo o sonho castamente branco
Da volúpia celeste desses braços.»

Todas as dores foram suas. A esposa esteve louca, e o que teria sido o sofrimento do homem podemos avaliá-lo pelo cântico de Ressurreição *que o poeta lançou aos Espaços quando ela voltou curada:*

«Alma! Que tu não chores e não gemas,
Teu amor voltou agora.
Ei-lo que chega das mansões extremas,
Lá onde a loucura mora!

Veio mesmo mais belo e estranho, acaso,
Desses lívidos países.
Mágica flor a rebentar de um vaso
Com prodigiosas raízes.
....»

O crítico Tasso da Silveira não hesitou em estabelecer um paralelo entre Antero e Cruz e Sousa, tão notáveis, pelo pensamento, são os Últimos Sonetos *do poeta negro, figura central, com Alphonsus de Guimaraens, do Simbolismo no Brasil, mas não, apenas, poeta de imagens e de ritmos musicais, como quase todos os simbolistas. No poder criador de*

imagens ouso eu compará-lo ao extraordinário poeta que foi Gomes Leal. Monja Negra, *esse magnífico cântico à Noite, podia ter sido escrito pelo poeta das* Claridades do Sul *e de* A Mulher de Luto:

«..
Ó negra Monja triste, ó grande Soberana,
Tentadora Visão que me seduzes tanto,
Abençoa meu ser no teu doce Nirvana,
No teu Sepulcro ideal de desolado encanto!

Hóstia negra e feral da comunhão dos mortos,
Noite criadora, mãe dos gnomos, dos vampiros,
Passageira senil dos encantados portos,
Ó cego sem bordão da torre dos suspiros...

Abençoa meu ser, unge-o dos óleos castos,
Enche-o de turbilhões de sonâmbulas aves,
Para eu me difundir nos teus Sacrários vastos,
Para me consolar com os teus Silêncios graves.»

Mas se nos livros Broquéis *e* Faróis, *como, também, nos volumes de prosas:* Missal *e* Evocações, *Cruz e Sousa é um notável poeta, só nos* Últimos Sonetos *atingiu toda a grandeza de que era capaz. Agora que, por motivos que talvez não sejam exclusivamente estéticos, tanto se fala de um poeta negro da América do Norte: Langston Hughes, devia atentar-se um pouco mais no afro-brasileiro Cruz e Sousa e por duas razões: a primeira é que talvez a raça negra não tenha ainda produzido, nem nos Estados Unidos, nem em Cuba (onde existe um Nicolás Guillén), poeta nenhum tão alto; a segunda é que esse negro, filho de escravos, muito embora libertos pela generosidade dos senhores, pela cultura recebida dos brancos superou a sua condição, conquistando para a sua raça a maior das vitórias: a de conseguir ser individualmente genial.*

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

CINCO SONETOS DE CRUZ E SOUSA

CÁRCERE DAS ALMAS

Ah! Toda a alma num cárcere anda presa,
Soluçando nas trevas, entre as grades
Do calabouço olhando imensidades,
Mares, estrelas, tardes, natureza.

Tudo se veste de uma igual grandeza
Quando a alma entre grilhões as liberdades
Sonha e sonhando, as imortalidades
Rasga no etéreo Espaço da Pureza.

Ó almas presas, mudas e fechadas
Nas prisões colossais e abandonadas,
Da Dor no calabouço, atroz, funéreo!...

Nesses silêncios solitários, graves,
Que chaveiro do Céu possui as chaves
Para abrir-vos as portas do Mistério?!

BENDITAS CADEIAS!

Quando vou pela Luz arrebatado,
Escravo dos mais puros sentimentos,
Levo secretos estremecimentos
Como quem entra em mágico Noivado.

Cerca-me o mundo mais transfigurado
Nesses sutis e cândidos momentos...
Meus olhos, minha boca vão sedentos,
Fico feliz, meu ser iluminado.

Fico feliz por me sentir escravo
De um Encanto maior entre os Encantos,
Livre, na culpa, do mais leve travo,

De ver minh'alma com tais sonhos, tantos,
E que por fim me purifico e lavo
Na água do mais consolador dos prantos!

ALMA FATIGADA

Nem dormir nem morrer na fria Eternidade!
Mas repousar um pouco e repousar um tanto,
Os olhos enxugar das convulsões do pranto,
Enxugar e sentir a ideal serenidade.

A graça do consolo e da tranquilidade
De um céu de carinhoso e perfumado encanto,
Mas sem nenhum carnal e mórbido quebranto,
Sem o tédio senil da vã perpetuidade.

Um sonho lirial d'estrelas desoladas,
Onde as almas febris, exaustas, fatigadas
Possam se recordar e repousar tranquilas!

Um descanso de Amor, de celestes miragens,
Onde eu goze outra luz de místicas paisagens
E nunca mais pressinta o remexer de argilas!

ALMA MATER

Alma da Dor, do Amor e da Bondade,
Alma purificada do Infinito,
Perdão, Santo, de tudo o que é maldito,
Harpa consoladora da Saudade!

Das estrelas serena virgindade,
Caminho dos rosais do Azul bendito,
Alma sem um soluço e sem um grito,
Da alta Resignação, da alta Piedade!

Tu, que as profundas lágrimas estancas
E sabes levantar Imagens brancas
No silêncio e na sombra mais velada...

Derrama os lírios, os teus lírios castos,
Em jordões imortais, vastos e vastos,
No fundo da minh'alma lacerada!

ASSIM SEJA

Fecha os olhos e morre calmamente!
Morre sereno do Dever cumprido!
Nem o mais leve, nem um só gemido
Traia, siquer, o teu sentir latente.

Morre com a alma leal, clarividente,
Da crença errando no Vergel florido
E o Pensamento pelos céus brandido
Como um gládio soberbo e refulgente.

Vai abrindo sacrário por sacrário,
Do teu Sonho no templo imaginário,
Na hora glacial da negra Morte imensa...

Morre com o teu Dever! Na alta confiança
De quem triunfou e sabe que descansa,
Desdenhando de toda a Recompensa!

LEOPOLDO DE ALMEIDA — *«Oliveira Martins»*

A NOÇÃO DE "EXISTÊNCIA RELIGADA" EM ZUBIRI

I

A tentativa de uma interpretação espiritualista e teísta do existencialismo não é de hoje. Data de há muito.

O que nos parece mais próprio de agora é uma transmutação desta filosofia num sentido pretendido, nìtidamente espiritualista nuns casos, nìtidamente materialista noutros.

Em Kierkegaard nota-se profunda religiosidade, uma religiosidade talvez exaltada e desarticulada em demasia, no entanto, sentimento religioso autêntico.

As dúvidas começaram a surgir quando se tratou da interpretação do pensamento de Heidegger. Neste, com efeito, observa-se uma tergiversação e uma subtileza sentimental cujo último significado se torna de difícil apreensão.

Em Jaspers coloca-se a religião ao lado da filosofia, concedendo-se-lhe uma parte importante na economia das tendências e aspirações humanas.

Ao se tornar necessário tirar as consequências claras e decisivas deste indeciso pensamento germânico, então surgiram as divergências e estalaram as disputas.

Em França se formaram duas escolas: a espiritualista com Marcel, Chestov e Lavelle e a materialista com Sartre, Beauvoir, Camus e outros.

Ora, quando as divergências ainda se não notavam claramente no pensamento francês, certo sector da intelectualidade espanhola apercebeu-se de quanto se estava passando e da lição que importava tirar. Xavier Zubiri filia-se entre aqueles que procuraram interpretação e desenvolvimento espiritualistas às novas correntes de ideias postas em movimento a partir do existencialismo.

Seria, porém, erro supor-se que o pensamento de Zubiri se situa todo ele na nova corrente. Em Xavier Zubiri encontramos igualmente os grandes debates da mentalidade espanhola do seu século, assim como as eternas sementes de uma metafísica cristã, perene testemunho de saúde espiritual e de vitalidade trans-histórica.

II

O moderno pensamento espanhol está todo ele dominado por duas grandes figuras que superam em muito todas as outras. Referimo-nos a Unamuno e a Gasset.

Aquele, já desaparecido, continua a actuar na alma hispânica pelo seu enorme poder sugestivo, este, vivendo ainda, perdeu qualquer amplexo sobre o espírito das novas gerações, apesar de haver constituído um salutar exemplo de inteligência universalista.

Cada um a seu modo contribuiu para dar carácter ao pensamento espanhol de ontem. Sem se elevarem a qualquer síntese digna de registo, pelas suas atitudes determinaram soluções diferentes dos vários problemas fundamentais.

A geração que se lhes seguiu não se integra no mesmo tipo mental. Não participa daquela pujança intelectual polimorfa. Revela-se, no entanto, mais perscrutadora, mais reflexiva, mais crítica.

Entre os novéis pensadores particularmente sintomáticos da Espanha de hoje citaremos Julián Marías, Oromí e Zubiri.

Em todos eles se jogam múltiplas influências de Unamuno e Gasset. Mas, ocupam uma posição à parte.

Interessa-nos Zubiri pela sua profunda complexão filosófica, pelo seu poder de contacto com o real.

Professor das universidades de Madrid e de Barcelona, parece que presentemente Zubiri realiza uma vida um pouco afastada do ensino universitário, dedicando-se quase completamente ao aprofundamento das novas perspectivas da metafísica.

A sua formação deve-a em parte a Ortega y Gasset que foi igualmente mestre de Julián Marías. Porém Zubiri não conserva do mestre nem o cepticismo diletante, nem o seu vitalismo ingénuo pretensamente sistemático.

É uma mentalidade católica que não renunciou ao dogma nem às suas imposições, nem às suas consequências.

Nele se trava, num aspecto curioso e original, a luta pela conciliação da filosofia antiga e da moderna, procurando-se a harmonia num esforço por sínteses sempre novas.

Falar de Zubiri é falar, talvez, do pensador mais seguro de si e mais representativo da Espanha actual.

Ele reflecte em Espanha o pensamento fenomenológico alemão que foi para muitos uma via de reconfirmação da fé pelos caminhos tantas vezes divergentes da emoção e da inteligência.

E, todavia, com que independência, com que vigor e com que liberdade não debate os grandes problemas que desde sempre preocuparam o espírito humano!

III

Para o estudo do pensamento de Zubiri servimo-nos do seu grande tratado que intitulou *Naturaleza, História, Dios.*

Dizemos «tratado» não porque o seja na rigorosa acepção do termo, mas tão sòmente porquanto nesse conjunto de estudos, artigos, críticas e comentários se observa a clara preocupação de abordar todos os problemas de forma ordenada e sistemática. É pela vastidão de perspectivas como pela delicadeza de análise, a demonstração de uma autêntica vocação metafísica.

Aí podemos ver, discutidos, comentados ou simplesmente anotados, os grandes temas da metafísica e da filosofia de hoje e de sempre. Desde o problema do conhecimento ao da realidade, desde o problema da posição da física no quadro do saber ao da existência de Deus.

O trabalho de Zubiri impõe-se pelo seu nível intelectual, pela modernidade de informação, pela agudeza da sua problemática.

Não é difícil indicar as preocupações dominantes do pensamento de Zubiri, bem patentes nesta obra. Elas ressaltam da mais breve análise.

Zubiri estuda a crise espiritual do nosso tempo em seu reflexo imediato no mundo da inteligência. E com razão observa que se perdeu o sentido unitário da inteligência humana.

O relativismo chegou a tal ponto que parece não ter sentido pretender-se compreender a realidade a fundo, ou mesmo, determinada questão por ela estabelecida.

Neste aspecto ele realiza um esforço semelhante ao operado por Aristóteles, um empreendimento para o domínio da realidade do objecto.

Interessa dum modo especial a este pensador a questão de o que é a inteligência, em face do quadro anárquico das ciências humanas na época presente.

Na opinião de Zubiri, o primeiro passo para a compreensão do problema da inteligência é reconhecer-se que o sistema de perguntas que ela estabelece é dado com a própria situação e só

se resolve com um sistema de respostas adaptadas a essa situação espiritual.

Mas, o problema da inteligência está profundamente ancorado ao de uma ciência universal e ordenadora.

Assim surge a ideia de filosofia no pensamento de Zubiri, da necessidade de uma solução para a crise intelectual do nosso tempo.

Abordando o problema da filosofia, começa Zubiri por reconhecer que uma das novidades da posição actual da filosofia é ter-se convertido em problema, isto é, ter assumido sentido a questão de se a filosofia tem alguma razão de ser, o que noutras épocas pareceria descabido.

Zubiri põe em evidência que a filosofia pode ser tomada em várias acepções:

1.º — Como ciência teorética das essências;

2.º — Como saber orientador da vida;

3.º — Como forma de vida pessoal.

Pronuncia-se por este último conceito de filosofia, fazendo notar que a filosofia teve o seu início com Sócrates e está ligada a uma tradição e a uma experiência humanas.

Daí o facto de a tradição filosófica se revestir em Zubiri do mais alto significado, pois doutro modo não se compreenderia a filosofia como realidade do pensar. A tradição mostra-nos a base de toda a filosofia e a riqueza e variedade das suas possibilidades.

Dentro desta tradição filosófica valoriza Zubiri extremamente a especulação dos gregos à frente dos quais coloca Aristóteles e a dos germanos com Hegel.

Quere-nos parecer que a sua super-valorização do pensamento grego e do de Hegel corresponde mais a um entusiasmo romântico do que ao resultado duma análise ponderada.

Ao lado da tradição, segundo Zubiri, importa colocar o esforço pessoal. O valor da filosofia como sistema explicativo não está nas fórmulas mortas, mas naqueles esquemas ou naqueles conceitos pelos quais se pode apreender a realidade viva e esses só podem ser obtidos pelo esforço do pensar filosófico.

Mais importante do que a história da filosofia só o próprio filosofar.

Fica deste modo aberto o caminho que fará da filosofia mais do que uma ciência, um modo de existência do ser humano.

É a filosofia uma ciência transcendental, uma ciência que procura ultrapassar o problema posto pela inteligência da limitação da sua situação vital. Procurando o transcendental, a filosofia estará naturalmente orientada para a realidade e para o ser.

À primeira questão que se põe no princípio e no fim de toda a metafísica importa estabelecer uma reserva — é que não devemos pretender identificar realidade com aquilo que pode ser conhecido. O problema da realidade é muito diferente e talvez mesmo oposto ao do conhecimento.

Havemos de admitir que a realidade pode não poder ser conhecida. Realidade e cognoscibilidade não se devem confundir.

Quando, pois, perguntamos — que é a realidade?, admitimos que não haja resposta para esta pergunta, ou, melhor, que a não possamos dar, ou ainda, que seja mera indicação mal adequada. Só assim começaremos por compreender toda a profundidade e responsabilidade da pergunta.

Desde logo Zubiri faz notar ter Kant efectuado um progresso notável ao distinguir na realidade, os «númenos» e os «fenómenos», sendo estes o modo de revelar-se das coisas e aqueles, o modo de ser delas.

Não segue Zubiri a Kant nas suas conclusões ulteriores mas vai observando que a realidade deverá ser procura-

da no conjunto de todas as coisas e nas coisas em particular.

A diferença entre «númenos» e «fenómenos» reflecte-se na diferença entre «cosmos» e «totum», ou «mundo».

O «cosmos» é o conjunto do real organizado e ordenado, o «totum», o mundo, o conjunto da experiência objectiva.

«*Mundo,* diz Zubiri, *es estructura objetiva de fenómenos ; cosmos, ordenación real de realidades*».

De se não atender a isto resulta a confusão que se estabelece entre filosofia e ciência. A ciência não ultrapassa o mundo dos objectos fenoménicos, a filosofia, como a «episteme» dos gregos, pretende atingir o conhecimento da realidade última.

Tanto a «episteme» como a ciência procuram a causa das coisas, mas enquanto esta se contenta com um como, a primeira vê o «quê» para além da causa, investiga que ser se encontra sob a forma de causa do real.

A ideia zubiriana de filosofia precisa-se ao enunciar a necessidade de se encontrar o fundamento do ser para além da realidade.

Qual, então, o seu conceito de realidade?

A filosofia de Zubiri não reflecte as ideias de nenhum dos grandes sistemas conhecidos; pretende abrir caminho por si, ser também o resultado de uma experiência pessoal.

Em boa verdade, caminhamos para aquilo que se pode chamar o núcleo dessa filosofia, a sua noção de existência religada.

IV

No presente estudo temos como principal objectivo analisar e esclarecer a noção de «existência religada» em Zubiri.

É essa noção, sem dúvida, uma das mais curiosas e profundas das que nos surgem na sua especulação e também, de certo modo, a chave do sistema que na sua infatigável investigação intelectual terminou por criar.

Nem para o problema da realidade nem para o do conhecimento, quando estudados de per si, à luz do pensamento já efectuado ou do seu comentário, encontrou Zubiri, no seu labor inicial, soluções admissíveis.

Na luta e na hesitação entre o realismo e o idealismo, o que o relacionou mais directamente com o objecto próprio da filosofia foi uma reflexão sobre o sentido da existência.

Deste modo, o seu ponto de partida é semelhante ao de Heidegger, senão aquele mesmo que Heidegger havia estabelecido como preliminar no início de toda a especulação.

Todavia, as conclusões de Zubiri não correm no mesmo sentido.

Em vez duma metafísica de interpretação ambígua, dessa reflexão tira Zubiri uma metafísica de carácter positivo, cristão e católico.

A maneira, de resto, como a questão nasceu foi totalmente outra. Tratava-se para Zubiri de justificar a possibilidade do problema de Deus, ou, melhor, de estabelecer as condições prévias da discussão desse problema.

Para Zubiri parecia desde logo completamente impossível que a existência de Deus pudesse ser considerada como um *factum* no domínio dos factos e como tal afirmada ou negada, sem anteriores ou posteriores considerações. E assim é que ele relacionou o problema com o da existência humana e mais pròpriamente ainda, com o problema da existência dum modo geral o que o levou ao encontro daquele elo entre realismo e idealismo susceptível de lhe oferecer o ponto de partida da filosofia.

Em Zubiri como em Heidegger, é a

analítica da existência a ciência primeira na ordem da investigação filosófica.

Seguindo, neste ponto, Ortega y Gasset, ele pensa que não podemos dissociar o ser do pensamento, a realidade, do sujeito.

«Eu sou eu e a minha circunstância» dizia Gasset.

Na existência estão já dados os elementos antinómicos da realidade. Só a analítica da existência nos coloca no terreno firme do dado inicial.

Que é, porém, a existência?

«A existência é uma realidade que consiste em encontrar-se entre as coisas e fazer-se a si mesma, preocupando-se com elas», assim o ensina a escola existencialista.

Zubiri pergunta pela razão da deficiência ontológica que faz do ser da existência humana um simples estar lançado entre as coisas. Procura esclarecer a relação entre o homem e a totalidade das coisas e da existência. Põe o problema da possibilidade de uma análise abissal da existência humana.

Entrando na sua investigação, pergunta: que pode ser a existência?

Principia então a verdadeira analítica da existência de Zubiri.

Não está bem clara nos seus momentos. Todavia não será muito difícil descobrir nela duas fases fundamentais.

Numa primeira fase reconhece-se que o ser está implantado na existência como algo de inexplicável e, numa segunda fase, que a transcendentalidade da vida se baseia, em última análise, na realidade da pessoa.

Já na analítica de Heidegger se acentuava que o ser se encontra no mundo *(in der Welt Sein)* e isto, longe de representar um facto, significa uma forma constitucional do próprio ser.

Zubiri exprime uma ideia semelhante quando diz que o ser é sempre ser-com. O ser-com, ou a conjunção ôntica do ser, faz parte da estrutura do ser da existência.

Mas, o ser da existência não tem o seu ser de si mesmo. O carácter transcendental da vida indica-nos uma «direcção para» e esta «direcção para» é também o que nos faz viver e portanto, razão da existência.

Enquanto que à maneira de Heidegger a existência é dado que tem em si a sua razão de ser (quando mesmo essa razão se encontra num objecto transcendental), em Zubiri, a existência é o que carece de razão substancial, razão substancial que significa o que nos faz ser o que faz que haja existência — *ens fundamentale.*

Além da existência há pois o que faz que haja, o que traz à existência. E isto não é, de modo nenhum, um «*factum*», mas uma dimensão da existência, a dimensão do seu ser.

Por aquilo que faz que seja fica a existência humana religada a uma causa que não o é na acepção de outro ser, mas na de fundamento de ser, supra ser. E assim surge uma nova perspectiva metafísica da realidade.

Tal como o mundo não agrega à existência um novo facto (erro de Kant), Deus também não é um facto a agregar à existência. O mundo e Deus estão gnoseològicamente já no homem, o qual nada ontològicamente é sem eles.

Não se trata de três realidades ligadas, mas de dimensões constitucionais descobertas a partir da análise da existência humana.

«Somos e existimos em Deus» na opinião da mística de todos os tempos. É esta uma verdade que a nova perspectiva vem iluminar.

Se a existência do homem se explica assim, a partir duma fundamentação divina, a do mundo, relacionada íntima e formalmente com a humana, encontra também em Deus a sua origem.

Mas, até aqui não se vê claramente como se justifica a noção de uma existência religada.

Importa esclarecer que no pensamento de Zubiri a existência humana não está apenas ligada à realidade divina pela sua origem, enquanto impulso vital implantado, mas igualmente pela sua mais profunda finalidade, enquanto objectivação da consciência.

A religação põe em evidência a fundamentalidade da existência humana para a qual fundamento significa não só raiz, mas igualmente, apoio.

Há uma profunda diferença entre o dirigir-se para as coisas e o dirigir-se para Deus. Naquele caso estamos em face de uma verdadeira exterioridade; neste, de um reconhecimento prévio da fundamentalidade divina, do que faz que haja. Desta forma, o dirigir-se para Deus é já um deixar-se conduzir por Deus.

Interessante pela sua novidade, a concepção de liberdade humana em Zubiri. Integrando a existência humana no ser, a sua metafísica concede ao homem um máximo de liberdade. Não teria liberdade o homem se fosse mais uma coisa «arrojada» entre as coisas. Como pessoa, implantada no ser, participa da liberdade divina.

O ser do homem não tem liberdade apenas na religação. Não é livre de estar ou não religado, pois que a religação pertence à sua constitucionalidade ontológica. Mas, pela religação obtém o homem a liberdade máxima, a que o pode levar até negar a sua existência e a fundamentalidade dela.

Com isto surge na metafísica de Zubiri o problema do ateísmo.

Uma das determinantes da formação do seu sistema, não se compreenderia que não resultasse intimamente relacionado com a noção de existência religada. A religação mostra-nos que para além da existência e sempre presente nela há o seu fundamento, sem o qual ela não existiria e o homem não realizaria o seu sendo.

Negar o fundamento não pode, portanto, nunca, significar mais do que uma atitude da pessoa que utilizando a sua liberdade se coloca contra o seu fundamento existencial.

Nenhumas consequências de aí advêm para a verdade das suas afirmações. Verifica-se complementarmente, que mesmo quando nega a realidade divina, o ateu não deixa de participar pela sua liberdade, dessa mesma realidade.

Simplesmente, a sua posição é um contra ser de um ser contra o seu fundamento. A existência humana está de tal modo religada que a negação de Deus arrasta como consequência a suposição da sua realidade.

Ponto altamente importante desta metafísica de Zubiri é o que se refere às relações entre o ser e Deus. Entende Zubiri que existe uma diferença profunda entre ser e existência, visto que há muitas coisas que não podem entrar na simples categoria do ser e entre elas precisamente, o que faz que exista e que no entanto, não existe, no sentido comum.

Para a solução deste problema de saber se Deus que é fundamento, (o que faz que exista) pode ser integrado de qualquer modo, numa ideia de ser, começa Zubiri por fazer notar que o nosso conceito de ser está viciado pela preponderância marcada das coisas no domínio do conhecimento. Já o nosso ser — ser do homem —, se não integra fàcilmente, na ideia de ser forjada por Aristóteles.

Para uma compreensão perfeita da ideia de ser seria preciso um regresso à análise da verdadeira ideia de ser, tendo em consideração não só o ser da coisa como o ser do homem. O mesmo se pode dizer no que se refere ao conceito de Deus que seria fundamental

determinar para a elaboração da ideia geral do ser.

E, então, a Deus caberia melhor a noção de supra ser.

V

Quando consideramos o pensamento de Zubiri não podemos deixar de nos sentir impressionados pela sua densidade filosófica.

Neste sentido, a obra de Zubiri nada fica a dever à dos grandes pioneiros do pensamento filosófico espanhol deste século e talvez as ultrapasse, tanto pela sólida preparação como pela profundidade de análise.

Pensamento espanhol e dos mais característicos é o de Zubiri, já pelo seu amplexo metafísico, já pela sua plasticidade na contemplação do cósmico, já pela segurança e firmeza com que conclui.

Há em todo o pensamento de Zubiri uma noção, — a de existência religada — particularmente interessante e verdadeiramente original. Ela justifica e fundamenta todo o seu sistema.

E, no entanto, cabe agora a vez de perguntar pelo destino possível deste sistema e pela segurança daquela noção básica.

Não haverá a possibilidade de uma análise e de uma crítica que ponham em perigo uma e outra coisa? Até que ponto podemos nós acompanhar aquilo que na obra de Zubiri aparece como resultado, e assentar nas suas afirmações capitais?

Reconhecer o valor muito notável do pensamento de Zubiri não significa fechar os olhos a todas as dificuldades e objecções que esse pensamento é susceptível de levantar.

Parece-nos do nosso dever, feita, nas suas linhas gerais, a exposição do sistema, assinalar aqueles indícios pelos quais se verificará estar cheio de potencialidade criadora e aqueles outros, também, pelos quais lhe poderá surgir no futuro, uma crítica de valor formal incontestável.

Se compararmos o esforço do pensamento de Zubiri com o que se passa em muitos outros sectores do próprio pensamento espanhol, dessa comparação não poderá senão resultar uma sua valorização suprema. E essa valorização só tomará mais alto significado se tivermos em consideração que ele indicou um caminho dentro da própria atmosfera e do ambiente intelectual do pensamento filosófico europeu do dia de hoje.

Não há exagero na afirmação de Julián Marías, em *San Anselmo y el insensato* de que *En torno al problema de Dios* de Zubiri é «*un espléndido ensayo*», «*lo mas importante que ha dicho la filosofia acerca del problema de Dios, desde Graty hasta hoy*», «*un paso decisivo en la filosofia*».

Todavia, é preciso não esquecer quantas dificuldades se podem levantar às suas concepções mais elementares.

Em primeiro lugar, o seu sistema não se esquiva à objecção apresentada contra todos os congéneres: a de que sob uma forma sub-reptícia, não pretendendo começar por introduzir a noção de ser, principiou por admitir a de existência que, de certo modo a supõe.

Não é desconhecido de ninguém que a passagem de Husserl a Heidegger representou a transição de um essencialismo neutro a uma ontologia renovada.

No fundo, tratava-se de um regresso à preeminência da teoria do ser como ainda há pouco o pôs em evidência, no seu livro *L'existencialisme*, Paul Foulquié.

Também nos parece que este regresso é absolutamente justificável, sem no entanto, deixarmos de reconhecer que há nele qualquer coisa de apriorístico, de racionalmente indemonstrável.

Dir-se-á que é essa uma objecção demasiado geral, mas, objecção possível, apesar de tudo.

A argumentação de que é preciso começar por algo tem nítido carácter de resolução. A justificação de que importa colocarmo-nos desde logo numa visão directa do ser conduz no sentido dum ontologismo com os seus perigos.

Mas, admitimos perfeitamente, a posição inicial zubiriana. Aqui as nossas observações limitam-se à determinação de um campo de possíveis objecções.

Há qualquer coisa no pensamento de Zubiri que levanta mais funda crítica. É precisamente a sua noção de «o que faz que haja».

Por ela a ontologia existencialista se, por um lado se completa e fundamenta, por outro ultrapassa as suas condições noéticas.

Deixa de ser um existencialismo para se transformar num «factorismo», porque então o que marca o traço essencial já não é a existência, mas sim o que traz à existência, o «*ens fundamentale*», do qual os próprios existentes participam através da liberdade.

Isso seria o de menos importância. Mais grave é que a realidade do «*ens fundamentale*» fica numa situação metafísica regional equívoca entre o existente e o não-existente.

Se é o que traz à existência, não existe. Mas, como é que o que não existe pode determinar a existência?

Se pertence ao domínio de uma existência de conceito sublimado, que devemos nós entender por super-existente?

Como Souriau demonstrou em seu último trabalho *Les différents modes d'existences*, todas as vezes que procuramos dar uma justificação racional de um super-existente, ultrapassamos as realidades da existência e entramos em pleno mundo do subjectivismo e do mistério.

Na determinação de o «*hay*» o problema zubiriano não fica esclarecido, porque, embora o autor procure evitar a solução de um super-existente, o «*hay*» tem nítido carácter existencial.

Por outro lado, também o autor se recusa a reconhecer no ser de «o que faz que haja» um conceito definido, limitando-se a afirmar que importa descobrir para este efeito, nova «*ratio entis*».

A declaração, muito natural, deixa todo o sistema em suspenso.

Sobre o «*ens fundamentale*» que o autor induz da própria analítica da existência, haveria também a dizer alguma coisa. Parece, pelo menos à primeira vista, que o autor pretende tirar uma consequência, daquilo que arbitràriamente começou por estabelecer.

O ser implantado na existência é um conceito, aparentemente cheio de arbitrariedade. De facto, não se compreende mais fàcilmente as coisas, separando ser e existência para depois os unirmos sob a forma de uma implantação.

Seria mais fácil admitir que a existência é apenas «um modo de revelação do ser» como o fez ainda recentemente, Louis Lavelle, no seu livro *Introduction à l'ontologie*.

Se estabelecemos que o ser está implantado na vida, como na ideia de implantação há uma projecção e uma relacionação com raiz originária, não será depois difícil verificar que necessàriamente existirá uma raiz originária para se justificar a implantação do ser.

O que importaria porém, seria uma análise da própria ideia de implantação e uma justificação racional da sua atribuição à existência.

De facto, como podemos afirmar que o ser se dá na existência, numa forma e sob um aspecto em que o que pretendemos provar de certo modo se encontra já incluído? Trata-se de uma intuição ou de uma argumentação racio-

nal? Se é pura concepção, qual a sua garantia e como pode a reflexão provar a sua verdade?

Numa palavra, como se funda o valor da concepção de que o ser está implantado na existência?

Um aspecto nos parece admissível e quase indiscutível na ampla meditação zubiriana — o da necessidade de se rever o conceito de ser, à luz do ser da coisa, do do homem e do de Deus. Conceber-se abstractamente a ideia de ser e depois atribuir-se o ser às realidades sentidas, intuídas ou pressentidas, não parece caminho seguro. Há que estudar o aspecto existencial e ontológico do ser para nos podermos elevar a uma concepção do ser mais alta em que se incluam as últimas «*rationes entis*». Mas Zubiri não evitará, nesse caso, as dificuldades que resultam da sua atribuição a Deus não de um ser, mas de um supra ser. Como se justificará depois a ideia de supra ser?

Neste último sentido, de uma justificação racional de «o que faz que haja» e de o «supra ser» trabalha actualmente a metafísica zubiriana.

Não duvidamos de que possa chegar a uma ordenação ontológica aceitável.

O carácter mais ou menos transitório de todas as fórmulas metafísicas não nos levará à desistência do pensamento cuja especulação se elevará sempre de novo em cada caminhada, até Deus, suprema finalidade da existência humana e sumo anseio.

J O S É   G A R C I A   D O M I N G U E S

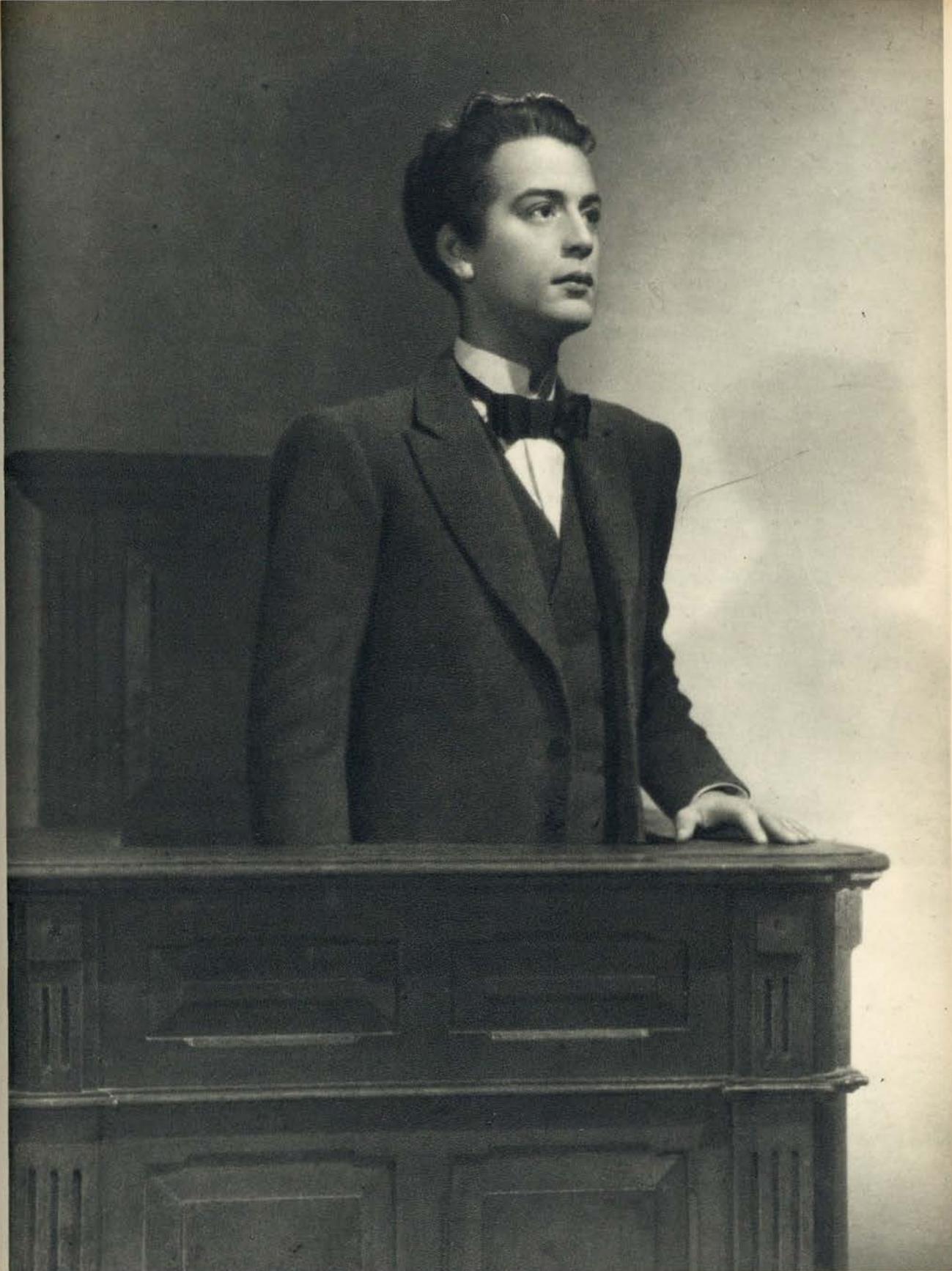
CASTRO ALVES NO CINEMA

Aos 15 anos, Castro Alves recita no Ginásio Baiano. E a criança alucinada e genial, cuja vida interior assombra já, colegas e mestres.

Aos 23 anos — num arrabalde de São Paulo, vencido pelo "vendaval" da sua vida fulgurante, fatigado das transbordantes boémias e das violências dum amor infernal — o de Eugénia Câmara — Castro Alves caminha para a Morte.

A criança e o jovem — órbita de oito anos apenas — são os pontos extremos da vida que o filme vai narrar. Não os pormenores anedóticos duma existência fulgurante, mas as grandes linhas que interessam à História: o caso social, o caso amoroso. O grande caso literário, esse, resulta daqueles dois, sem ser preciso sequer pôr em evidência quaisquer questiúnculas locais de azedume ou emulação.

Uma biografia? Não: um espectáculo!

LEITÃO DE BARROS

CASTRO ALVES EM 1861

(Interpretado pelo actor brasileiro Paulo Maurício, no filme de Leitão de Barros: «Vendaval Maravilhoso»).

UMA MULHER QUE PASSA...

Havia já um bocado que vinha a segui-la, um pouco a distância, *sem ainda lhe ter visto a cara,* a segui-la (como o faria com outra qualquer), mordido subtilmente pela fascinação daquele corpo magro, elástico, vibrátil, que um vestido preto embainhava com uma positiva voluptuosidade, colando-se-lhe aos mais expressivos pormenores da estátua, numa aderência espásmica, retininte de Desejo.

Só a reconheceu quando, a evitar um automóvel, que quase a apanhava, ela se voltou, aparecendo-lhe de frente...

O seu grande «interesse sentimental» de havia uns trinta anos!...

Todo o seu sistema nervoso, todo o seu esquisito indivíduo sensível lhe estava absorvido, empapado, entoxicado, diríeis, por esse «interesse».

Era uma obsessão confiscadora de cada minuto, de cada instante acordado, continuando-se-lhe, prolongando-se-lhe na especiosidade dos sonhos...

E uma certa manhã aconteceu-lhe isto: verificou que *ela* caíra da sua existência, tão naturalmente e despercebidamente, como uma luva se nos escapa da mão, onde a levávamos, de companhia com o seu par, junto a uma brochura, ou a um jornal qualquer.

Já pra nada nos serve a que ficou, e o que temos a fazer, então, é atirá-la prò fundo duma gaveta, onde há velhos papéis, «recortes» amarelecidos do que nos impressionou há quantos anos!, talvez uma fita puída, dum azul gasto, desbotado...

Às recordações, que uma e outra vez o assaltavam, — daquele enlevo de tanto tempo, acabou ele por dar um destino igual: arrumou-as *pra sempre* num escaninho *morto* da memória.

...O seu «interesse sentimental» de havia uns trinta anos!...

Não se mexeu de onde se encontrava, e foi-a seguindo com os olhos, sem se explicar bem com que género de alvoroço, até que desapareceu numa esquina de rua, como uma réstia de sol crepuscular, de cujo extinguir se desagregassem para as coisas de em volta os primeiros pressentimentos das sombras, a prepararem em surdina a «tocata» magoadíssima da Noite.

Andou uns passos... Estava no cruzamento da Rua da Prata com S. Nicolau. Meteu por aí, direito à Rua Nova do Almada, e, enquanto caminhava, uma espécie de informulado remorso vinha a afligi-lo, com

o fremir de asa, ao mesmo tempo, brando e enervante, do seu *rappel à l'ordre*... — Porque é que lhe não fora no encalço?

Dava tudo, nesse momento, pra que ela lhe aparecesse outra vez...

Lusco-fusco... O primeiro alvorecer nervoso das luzes... Vulto de mulher magra, em *toilette* preta, que surgisse, destacando-se das demais, e avançando em sentido contrário ao da marcha, em que ia, taque!, punha-o num instantâneo suor de sobressalto.

Porque hesitara? Porque não soube evitar que o perfil, bem-querido nesse passado, tão longe!, um indiferente, um casual ângulo de rua sobreviesse e lho escondesse, lho arrebatasse, — desviado para uma rota impura de bem sabia que cobiçosas sobreexcitações, o traço de aprazimento, finamente tocado de curiosidade sensorial, que deixara impresso no seu plexo de Artista.

Ao passar na *Férin*, a lembrança da pesquisa, em que andava empenhado desde meses, insinuou-se-lhe na memória, desfazendo o palimpsesto desse pungitivo esmoer de «porquês?», que estava a corroê-lo... — Que bom que era se encontrasse ali o volume há quanto apetecido, dum dos mestres da sua altivez de sòzinho!

Antes de fazer a pergunta: — Não tem o livro de Remy de Gourmont: *Lettres d'un satyre?*, pôs-se a debicar cos olhos na sucessão de tomos, que preenchiam o comprido escaparate da frente, logo à entrada.

Eram as brochuras de sempre, onde enlanguesce um amaleitado duende: o previsto.

Achegou-se o caixeiro: — O que desejava o freguês? — ...Remy de Gourmont? Não, não tinham nada agora desse autor... — Muito obrigado. Desculpe, e se me dá licença...

Continuou fariscando por aqui e por ali, e, de pescoço espetado, soletrava fileiras altas de lombadas. Numa delas, dando a esquerda a *isso*, de Paul Adam: *Le vice filial*, pôde ler: Péladan: *Pérégrine et Pérégrin*.

Sentiu-se compensado um pouco por não ter encontrado as «Cartas». Com a «compra» debaixo do braço, atravessou a rua.

A subir devagar pela borda do passeio, abria o romance, nesta e naquela página, ao acaso, saboreando o encanto instantâneo, encandeando-se na rápida cintila dum termo justo, vívido, impressivo; prelibando a delícia da leitura atenta de depois, quando este e aquele nome, que lhe eram agora nada mais que alinhavos informes de vultos num avesso de tapeçaria, etiquetassem para o seu conhecimento da «intriga», a embruxada latinidade desses «perfis» bruxos da decadência...

Por via dum *quidam*, que só por um migalho o não desequilibrou, esborrachando-se-lhe diante, decidiu fechar o livro. Cortou o empedrado, para prosseguir rente aos prédios, na altura do fotógrafo, antes do «Salão Neuparth».

A velha casa de artigos de música fora sempre um dos seus pontos de paragem. Debruçou-se para a montra. Um busto de Brahms poisava sobre um caderno de «canzoni in voga». Um luzidio de ocarina disparatava o seu lindo *désuet*, junto dum riso claro, argênteo, de «harmónica». Discos de gramofone. O «Barbeiro de Sevilha», contra o lado esquerdo da parede, e do outro lado, no azulejamento do seu cartão, um quadrilátero pernalta com o *Jardim sob a chuva*, de Debussy...

...O *Jardim sob a chuva*, de Debussy... Oh, curioso! Aquela música, toda repassada duma onomatopeia branda de folhas molhadas, donde se desprendem minúsculas irisações de grumos de água; reflectindo grisalhas suavíssimas de céus, *necessàriamente* outonais; construída, dir-se-ia, de murmúrios e pressentimentos; de silêncios cismáticos de áleas, que toucassem duma graça hierática matizes escarlate-e-oiro de antigos crepúsculos; da tristeza, ao mesmo tempo solene e humílima, de bancos musgosos, impregnados de luares e meias-vozes confidentes, — aquela música, desde que tempos se habituara a ouvi-la!

Tocava-a *ela*, nos começos do seu romance a «duo». Levara-lha, uma tarde, em comemoração do primeiro aniversário desse romance. Depusera-lha no regaço, de parçaria com um ramilhete de amores-perfeitos...

Voltou a tomá-lo a *scie* da estrídula silhueta, timpânicamente embainhada de preto... Mas desta vez determinou pra si que a obsessão exultante lhe servisse apenas de ponto de partida para regressar a *esse* passado de enleios doces e demoradas pressões de dedos, numa salinha tépida, sob a luminosa cumplicidade dum candeeiro de suspensão...

A salinha tépida do borralhoso terceiro andar, pròs lados de Santa Isabel! No espelho de parede, a que uma cercadura de oiros delidos limitava a fria água pálida, — reflectiam-se pormenores do aparador; um trecho da mesa do centro, em cujo losango um jarro de cré cabeceava o seu diálogo enfático com dois búzios que lhe assentavam próximo e um álbum de capa de tartaruga, túmido de retratos familiares...

Num ângulo da quadra, junto à janela, o piano, tendo na estante, entre molduras a missanga, folhas avulsas, com «barcarolas» e «modinhas», duma brasilidade ingénua e cediça; coisas de «selecção» e «estudos» pra duas mãos... Em frente, o canapé das visitas, e, perto, rente à porta do corredor, a cadeira larga, «género austríaco», onde o papá,

com o mantéu nos joelhos, e a sua tosse, esculpido em osso, de bigode e pera «à terceiro império», engonçava o símile, de que se orgulhava, com o vencido taciturno de Sedan...

Que saudades da «gravura» lindíssima, dum século dezoito inglês, que era a sugestão da *sua* figura, sob a luz caída do tecto, a «detalhar», atenta e comovida, os incidentes do «bocado» melódico!

Compreendia, então, bem o significado deste termo: nimbo, com tudo o que ele implica de claridade e de pacificação, de ternura eficiente, de quase ascese...

A perecível criatura humana, resplandecendo de todos os persuasivos amavios da adolescência, que estava ali, dobrada no seu afinco de intérprete dos mistérios esbeltos da Música, — não se sabia que *preconceito* de perenidade lhe sobrenaturalizava os traços, afinando-lhe a escultura da cabeça, duma como que sublimação extrafísica de linhas...

Sentia um prurido vago de quedar-se a ouvi-la de joelhos, como se fosse a madona propiciatória dum rito medievo de religiosidades.

Vinha desses serões de ronrom passional e mansuetude, cheio duma felicidade, que como que o desorientava pelo excessivo.

Não se lembrava já por que razão os moradores do terceiro andar borralhoso, a Santa Isabel, foram ter, num lugarejo nortenho, uma estadia de anos.

Durante o primeiro escrevera-lhe todos os dias. Era um jogo de águas da imaginativa mais fervorosa, desentranhando de cada motivo universos de comoção mística, que trazia o «objecto amado» numa sarça de deslumbramentos.

— Eu o que sou para que me queiras tanto?, retrucava-lhe ela, turbada no seu ritmo lógico de rapariga como as outras...

Isso principiou quando uma noite, ao querer evocá-la, não o conseguiu duma maneira completa. Tinha todo o desenho da fronte e do nariz, mas o recorte da boca e o *sítio* dos olhos eram borrões indistintos...

Dois dias pralém, à hora costumada da manhã, sentava-se para lhe escrever, *e não lhe ocorreu coisa nenhuma*. Verificou, então, que ela caíra, de facto, da sua vida, como se nos escapa da mão a luva que levávamos, descalça, com o seu par...

Lisboa, Março de 1947.

C A R L O S   P A R R E I R A

ROMANCE DOS EMIGRANTES

Voltaram do Mar Coalhado
os que foram à ventura,
cada qual traz sua rosa,
queimada, junto do peito.
Cada qual traz sua rosa,
que só viu água de choro,
mas que espera reverdeça
e torne às cores que fugiram.

Rosas são de várias cores,
as de noiva brancas são,
as de mulher são vermelhas,
são as de mãe rosas-chá.

Voltaram os emigrantes,
um por mil dos que partiram,
e mal que enxergaram terra
nasceu-lhes dentro uma estrela.

Ai tristes dos que voltaram,
antes o mar os bebera,
Os traçasse um tubarão,
os esganara uma cobra!
Cada qual traz sua rosa,
mas entre mil, ai, só uma,
uma só reviverá.

De mil estrelas nascidas,
só uma nasceu deveras.

Por mal os das rosas brancas
lhes guardaram fieldade.
Vinham secas e bem secas,
a outros deram o cheiro,
e também os das vermelhas
vinham também enganados...

As rosas-chá, essas sim,
até ao fim que esperaram,
mas veio Deus e colheu-as,
ai dos que passam o mar!

MENINA DESSA JANELA

Menina dessa janela
para onde ninguém olha,
menina dessa janela
da mansarda pombalina,
mais perto da luz da Lua
que da luz do candeeiro...

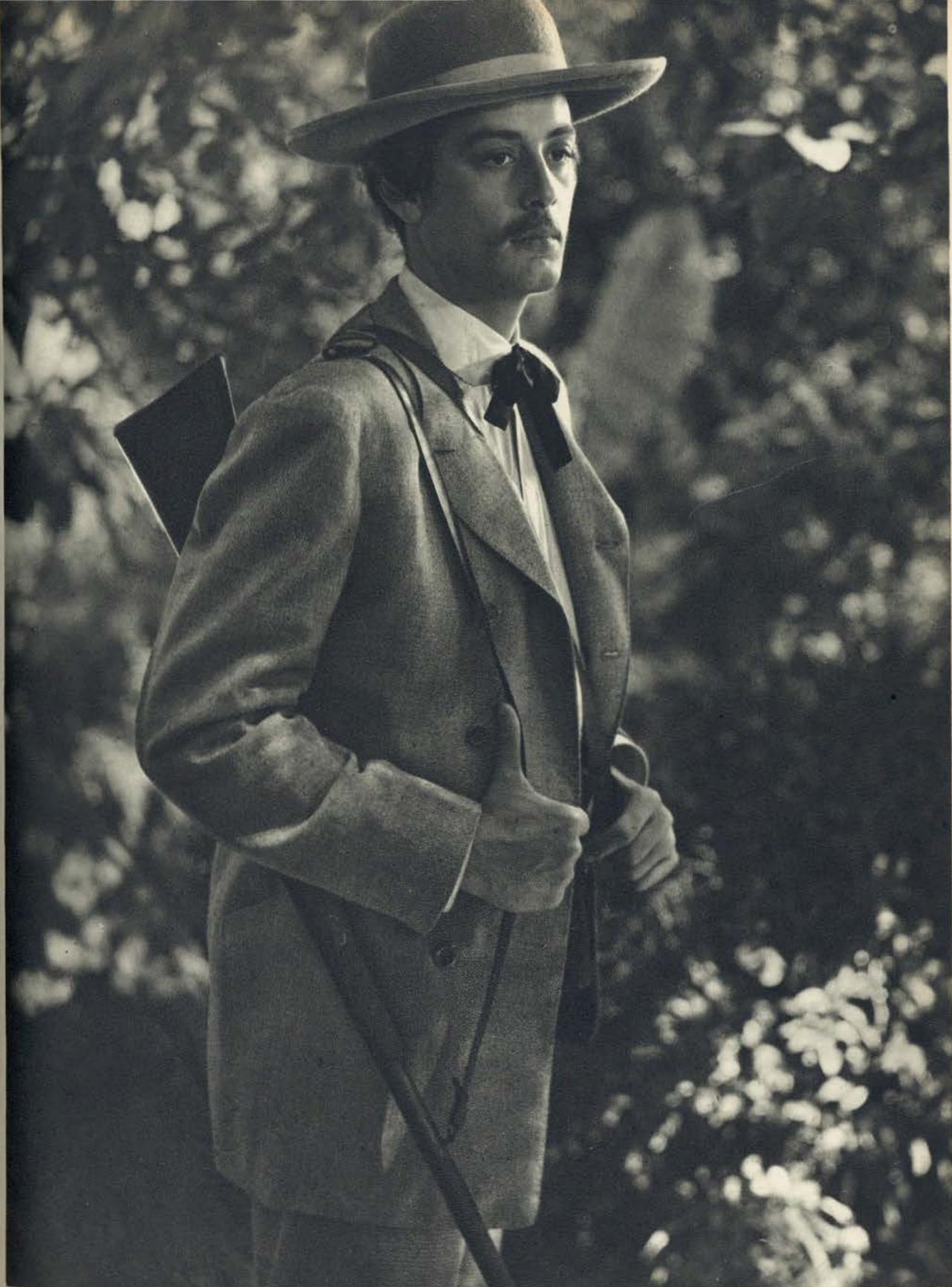
Inútil pintares a boca
e ondeares o cabelo
e olhares tão cheia de pena...

Para cima ninguém olha,
a não ser algum poeta
e o cego do acordeão,
mas o poeta não conta
e o ceguinho de que serve?...

Perdes a melancolia
e as ondas do cabelo,
assim à espera que olhem,
assim à tua janela!

Ai menina, a quem o tempo
irá tomando nos braços!
Ai menina, que menina
cada vez vais sendo menos!

Se alguém pretendes que diga,
que diga : — «Que linda é !»,
ouve, escuta : fecha os olhos,
e que te vistam de branco,
e que te deitem, já sabes,
menina, já sabes onde,
e que te cubram de flores. . .

TOMAZ DE FIGUEIREDO

CASTRO ALVES EM 1869

(Interpretado pelo actor brasileiro Paulo Maurício, no filme de Leitão de Barros: «Vendaval Maravilhoso»).

Menino Precoce e Excêntrico

(DAS «MEMÓRIAS DE ZÉ CUNHA»)

A professora D. Aurélia, da instrução primária, impressionava, de repente, por ter carita de boneca insossamente bondosa, insossamente correcta — e por calçar botinas altas, com atacadores encruzados, muito lustrosas, do lustro que José estimaria puxar a tudo quanto o circundasse, fora dali, por mania dos sentidos, acuminações de esteta irrevelado: preparou imediatamente planos de engraxaduras impecáveis para quando tirasse os sapatos novos, lavasse os pés, variasse de piúgas e refrescasse nas sandálias cor de diospiro. Fora plenamente encarregue pela senhora (— «*Senhora?!*... daquilo que era dela!...» — saltava-lhe em recordação a troça de Maria Bárbara, a todas as fúfias de meia-tigela, passantes da saia e blusa ao «*chaspelinho*»...) de copiar, para avaliação da caligrafia, umas linhas do «*Livro da 3.ª*» — *daqui até aqui*, fincado à unha talhadinha, sugerindo amêndoa rosada — em que se louvava incerto menino Frederico, muito arrumado, muito cuidadoso com a caixa dos lápis, cadernos, restante material de estudo, fatos que escovava, roupas que trazia limpinhas e não era preciso arrecadarem-lhe na cómoda, volumes que encapava para resguardo, manchas de tinta que não deixava cair nos papéis — e mais umas parcelas do total de perfeições modelares, que no seu íntimo Zé Cunha ia reduzindo a banalíssimos predicados, inócuos, de pequeno singelamente bem comportado, mas bem menos provido do que ele em exigências singularizadas de requintes ou insatisfações consigo próprio. (Nem os *exemplos* escapavam, no cotejo!). Ele, a poder de auto-auscultações e mordaças de vida isolada num povoado sem a dispersão fácil das praias ou de outros sítios nomeados em «bons ares» para caravanas de estiolados lisboetas chegados a descansar debaixo dos pinheiros... e, pelo contrário, negadores da higiénica intenção por culpa da grafonola com discos de dança trazidos e gastados em quotidianos pífios piqueniques e salsifrés, gáudio de estouvadinhas provincianas médias motivadoras de não desaparecer a pontita de febre ou a tosse nos esgotados, — refugiara a sua não plenitude de imaginativo, quase desde o desmamar, em ver ilustrações dos almanaques *Hachette* e *Bertrand*, em distinguir o Anselmo Braamcamp, o Arrobas e o Fontes na colecção encadernada do «*António Maria*» bordalesco, a perguntar, perguntar, perguntar..., a dar por si capaz de ler, escrever, «*dialogar*» e «*colorir*» § *(v. 1.° capítulo...)*, discernir e dar sentido desviado, inédito, aos curiosismos de bebé que encara

a vida logo poetizada e difícil, na intercalação duma sensibilidade enigmática, capaz de receber recados e desejos, das desafinações da Tuna local em noites serenadas, das acácias e tílias, dos moinhos no rio, dos cravos, das caixas de aguarelas, da tinta de impressão em todos os empregos no papel... Na senda das anormalidades e tinetas para além da sua idade, marginaram-se estacas do Bem e do Mal: e se, das primeiras, rebentaram gomos de conhecimentos, mais escaninhados que gerais, por ninguém indiciados, interesses por tudo, colagens em cadernos secretos — tão admiráveis como assustadores... — de quanto recortava das publicações, legendando miùdamente: do jornal número tal, de tantos de tal (oito voluminhos, inefáveis do amarelo da goma resineira, com doseamentos criteriosos de escrita azul e encarnada: «*Teatro*», «*Cinema*», «*Música*», «*Circo*» e «*Sport*» ! ! ! — desde o Rossini e a Mistinguett, aos campeões de luta greco-romana ou livre, nos torneios do Coliseu de Lisboa !...), sabedorias milagreiras de quem escreveu os «*Contos do Tio Joaquim*», o «*Hamlet*», o «*Filho do Saltimbanco*», «*Os Dois Garotos*», a «*Rainha Santa*», o «*D. Jaime*», e os «*Crimes de uma Associação Secreta*», com retentivas visuais de gravuras ou vinhetas a cada um ligadas, músicas restadas no ouvido por trauteamentos distraídos da Família, acordes desenfastiados do piano às mãos do Pai ou da tia Elsa — falecida no Freixoso, em tristezas de ver parcelada a mansão, pela venda do que cabia a Ricardo, e que fora inaplicada «virtuose» — ou bandolim nocturno, ou baile de roda coreado (— «Quem foi que fez ?... Quem foi o autor ?» — alvos de respostas nunca mais esquecidas, mesmo quando negligentes, ou de ignorâncias confessas, logo seguidas de tentativas de suprimento pelo investigador dum número dígito de anos — nem na «idade escolar»... ! — em repositórios eventuais, às vezes sem relação nenhuma com o assunto, mas consoladores por darem espontâneamente a saber coisas não rebuscadas)... — das colheitas antecipadas lhe proveio também o estigma desgraçador do Ansioso, do algoz de si próprio, insatisfeito, inventor de tormentos, marcador de empreitadas, com insónias por não ter colado um quadradinho de papel, adiando o passeio até concluída a superstição piedosa de beijar todos os santinhos domiciliados entre folhas do seu «*Jóia da Alma Piedosa*» ou a estatificação dos joguetes de corda que lhe ofereciam e ele preferia quietos, manìacamente dispostos, como presépios mecânicos intangíveis «até ao fim do mundo» (Túmulos de Pedro e Inês em Alcobaça: Desenho no «*Archivo Pitoresco*»... Durante muitos meses pronunciara «*Arxivo*»... !). A Mãe individualizava única aprovação à faceta do cismático que se resolvia em arrumar, dobrar, desenrugar, encher caixinhas de ninharias, poupar extraordinàriamente as coisas, adiar avaramente a estreia de atavios — embora,

isso era verdade, relampejassem crises de futebol bravio, sem dó pelo calçado a desengraxar-se e a perder solas, ou inércias mudas, quietude de nirvana, desatenções ao que se lhe dizia ou pregava, prenúncios estes, em geral, de doencitas de intestinos ou constipações, com o termómetro logo a arribar, num exagero alarmante, os cimeiros riscos da escala. Ficara sempre «*arrèladito*» (Madrinha e Maria Bárbara...) desde a icterícia e a língua nunca «limpava» apesar da frequência dos laxantes. Convalescendo, pedia as abundantes colecções de bilhetes postais ilustrados — reproduções de telas, séries anedóticas, poses de vedetas parisienses, troças aos «boches» durante a Guerra, catedrais, casinos, paisagens, pormenores da Capela Sistina e interpretação da cançoneta «A Pulga»... — rescaldo das passadas de Ricardo no mundo, das retribuições de abraços a distância. Todos lhe atiravam para o entendimento deslumbrado a moeda duma noção ou duma curiosidade, a aclarar depois, mas logo enceleirada em esboço. Equivalentes recolhas exumava dos álbuns de retratos, dos «*Je Sais Tout*», dos «*Le Monde Moderne*», sorvidos pelos olhos, bem fundos na magreza e na atenção, achando-se nos preliminares prometedoríssimos de traduzir francês, espanhol e italiano, por um sexto-sentido, comparte do divinatório e do confrontante, que lhe vinha do Pai, encantado explicador quando de pachorra. Sentado na cama, ilha vulcânica de apetências no meio de maravilhas das letras e figuras, seguia pelo pensamento para muitas ausências e nunca impacientava pressas de erguer-se, nem o médico lhe beneficiava alegria nenhuma ao dar-lhe licença para tal.

As chavetas fugazes, de cabriolagens e abulias, que se abriam em tenaz no seu peito medonho de excepcionalismos, paixões e «*morbidezzas*», deveria D. Gabriela, se houvesse alguém capaz de psicologia suficiente para esgaravatar aquele poço, originá-las nos efémeros desejos de parecer-se com «*os outros*», e na timorata análise das desvairadas angústias que lhe barricavam — para *mais* ou para *menos?* — essa ambicionada, dormentíssima, qualidade de mimetismo, capaz de satisfazê-lo consigo, com o que lhe faziam, com o que lhe davam a fazer, e que era nada, precisando de empurrar-se, ele, para a *invenção de tudo* em cúpula de *tudo o já feito* e inajustável sem retoque a todo o mortal que desta condição se esquece porque a sua Ânsia lha denega, mal liberto do berço e da chupeta, até que o mogno queimado da urna ou as tábuas do esquife tenham só minutos de espera, para o virem buscar...

...Que esses quietos ânimos dos imitados sem sucesso, dos *em-série*, rapazinhos e meninas povoadores das carteiras e dividindo-se apenas em «aplicados»-papagaios, cerceados à pauta do horário, às exigências taxativas do programa para exame —, «cábulas» irresponsáveis, e «estúpidos»

sem remissão, preenchidos pelos funambulismos do berlinde e idolatrias à «Associação Académica» de Coimbra, quando não ao «Sporting» de Lisboa ou ao Foot-Ball Club do Porto (qualquer das três ordens de educandos, desapossada de ambiente caseiro capaz de municiar culturinhas involuntárias, gerais, tão naturalmente ressumadas como a água contida em boa talhada de melancia) — se servissem da ronceira moralidade que o sensatão «Frederico» da cópia pretendia irradiar! Porém ele, Zé Cunha, disporia de muito especiosas e exigentes capacidades para retocar, emendar, se valesse a pena, os bonacheirões santinhos jovens que os compêndios de leitura exaltavam e, vistos bem, não passavam da cepa torta... endireitada por decreto do catecismo e do bom-senso, nunca, como em si, — julgava — por iniciativas recônditas, transes de ardida alma, quase psicoses nobres...

(Claro que o pequeno não lupava escabichadamente, nem com a impossível retórica aí explicadora, o seu caso de diferenciação superior... Tinha 9 anos... Certezas de menino pequeno... Toda a vaidade racional se lhe traduzia em, acabando a cópia das chatices frederiquinas, sacudir sobre ela um vingativo, intencional e alegórico enorme borrão estrelado de tinta azul, espessa de sarro!)

— «A letra é boazinha...» — Os adestrados olhos de Aurélia, judicativos de relance, esvoaçavam rápidos, à pesca de reforços a este instantâneo elogio — «Não há distracções, troca de letras, faltas de sílabas... Está bem... Obedece aos parágrafos... Foi pena este borrão. Deve ter cuidado!... Bom: mas foi o primeiro a entregar...» (Abafou a simpatia da atenuante, que ia gerando suspensões de ingénua inveja admiradora, em desorbitações de alunos, lavradores emperrados das primeiras linhas, — o estreçoilhar de levante unânime, porque entrava, perfumado e rápido, o Director).

Quando a mestra ainda arrastava para trás o *fauteuil*, no erguer empenado da mesura, já o lépido sacerdote carregava, com amenidade igual às dos sorrisos nos dois, os seus ombros, a sentá-la:

— «Por amor de Deus!...»

Cumprimentaram-se. Ela deixou-lhe, depois de sentada, ensejo para outra amabilidade que pertencia ao ritual diário daquele momento: mostrar-se contrariada de vê-lo usar a cadeira do lado e não a sua, que «presidia»; na generosidade da recusa, reparou no discípulo, deixando-o logo sério tal enxovalho, tal maranha de cabelo...

José não pestanejava; vinha de desfrutar remotinho gosto, apesar das suas íntimas resoluções de indiferentismo ordeiro, disciplinado, por lhe ter calhado estar de pé, à entrada do director, para não ter de pôr-se

em pé, em respeito a isso... Não ouvira, por esta distracção saborosa, o principiar da fala simpatizante, tom velado:

— «...a caligrafia é bonita...» —

— «Curiosa no ponto de vista grafológico. Não parece dum rapazinho pequeno...» — Aproveitou para um gracejo, a que muitas correspondências da assistência satisfizeram: — «Pequeno... e tão mal amanhado!» No balanço do agrado obtido, esmerilhou sátira mais subtil, dirigiu-a só à senhora: — «Lembra-me um poeta boémio, desprendido da vida...» — Mais baixo ainda: — «Da vida... do dinheiro e do sabão!...» — Aurélia parecia ter, lá dentro, gargalhadas enroscadas como cobras, que a asfixiavam e lhe davam cócegas, ao mesmo tempo. Almada, a disfarçar a morte dum riso em sardonismo de supérfluo respeito devido pelos poderosos às crianças, transitou de tom e pediu a José a análise gramatical dum pedacinho da prosa copiada. Sem um erro, mas também sem um acelerar armadilhando brilharetes, Zé Cunha foi dizendo... A audiência dos dois árbitros não era, entretanto, das mais íntegras... Por *coquetterie*, a professora intervalava de frouxos risonhos, como irreprimíveis, a gravidade; e o *dandy* de sotaina fitava-a, desvanecidamente entretido de puerilidades inocentes, — a deitar, disfarçando por formalismo, cavacos na fogueira: — «Mas não é assim?! Um poeta famélico... Um Bocaginho!» — Abandonava-a ao embaraço do riso e punha no petiz a superficial orelha de quem escuta a conferência, a reparar nos «perdigotos» do conferente...

— «Bem. Sim, senhor... Não está mal de todo...» — Sorriso rebelde, consagrado aos arrancos serôdios da outra... Mudança para o sério: — «Já agora, só para experiência, vejamos a análise lógica. Queira dividir as orações nesse período do fim».

Propícia — uma ocasião não abre costume... — a José, a sina acidental quisera que o interrogassem no seu forte, num dos seus *fortes* (tão demarcados como as suas inabilidades) e merecesse impressionar a favor. Se o ajuizar começasse pelos números ou pelo desenho...! Seria então possível nem tudo lhe ocorrer pèssimamente no péssimo celeiro onde o entulharam com joios? Uma divergência surdiu, a propósito de «complemento circunstancial». O cónego, nas suas 7 quintas, humorizou:

— «Tem a certeza?...» —

Tinha. Contudo, a convicção do director — mais à vontade nas maçadas de que era especialista, decerto... — esperou, para dar terminal concordância, que D. Aurélia, discreta, abundasse na opinião do pequeno, a medo na voz mas segura na ideia.

— «Vá para o seu lugar. Continue...» — E, quando José obedecia, para ligação com a bem sucedida jocosidade de aparentá-lo à parece que

risível poesia, perguntou: — «O senhor sabe versos de cor?» — Aceno afirmativo, logo repeso. — «Hoje é sábado; à noite há sarau...» — Em aparte: — «Ainda não conhece o que são os nossos sarauzinhos dos sábados...» — E, como quem confia em desprezar mais ociosas descriminações: — «Cada um que tem um préstimo, exibe-o: uns tocam, outros cantam... Vêm famílias. — O senhor pode recitar.»

Havia companheiros a mirá-lo, tácitas considerações inesperadas... Mas o *Tota* zombava, todo dentes; e os mais juntos dele tapavam na boca efeitos da zombaria! Quisera desdizer-se, recusar... Deixá-lo. Imaginava nos circunstantes uma incompreensão que, a si, também ocupava: sabendo e sentindo uma abundância de ciênciazinhas e impressões, por ninguém exigidas à sua pequenez, porque não aprendera, ainda sem ninguém lha ensinar metòdicamente, a corriqueira forma de vestir-se e endonar-se, cortar as unhas e apartar o cabelo? — Pela mesma causa temperamental que o avessava à taboada e aos riscos geométricos? — Talvez não. Preferentemente: porque o mais insignificante «menino Frederico» descrito em livros de estudo, ou corporizado, adjacente, no loirito «externo» seu companheiro de banca, era capaz de tal aprendizagem; e ele bem se reconhecia difícil de amesendar em todo o alcançável pelo vulgo. Confortado neste aristocracismo esotérico, louvou-se, no íntimo, da maltrapilhice de «Charlot» que, além de várias distinções, ajudava a distingui-lo. E iniciou o cortar de papel para um caderno, à imitação de um do vizinho, preso como diverso Narciso à imagem, no físico feia, amarela, amarga e esmagadinha, do seu eu — que por muito poucos seria capaz de permutar... Feliz ou infeliz — nunca saberia bem ao certo... Mas sabia bem ao certo que, se a mor parte praticasse um exame semelhante, havia de, em consciência, definir-se logo muito inferior, muito infeliz, em seguida, embora superiorizando-o bonitezas, colorações de faces, rijezas de pulso e acréscimos de tamanho — pechisbeques estes de cotação intrujona, nos pátios dos colégios e no assalto à Vida.

R O D R I G O   M E L O

CÍRCULO

Nascemos, morremos, tornamos a nascer
Em cada sonho, cada ideia, cada gesto.
Cada dia que chega é flor que se abre ao sol
Com novo cheiro, nova cor, nova beleza.

Nossos desejos são asas que se elevam
Cruzando o céu da vida em voo largo...
Mas nunca chegam, nunca param
Enquanto corre o sangue e a vida cresce e rola.

O fim dum sonho é o começo doutro,
Cada horizonte outro horizonte aponta
E uma esperança morta outra esperança aquece.

Há mágoas, alegrias, desesperos...
E a gente, insatisfeita,
Enquanto ri ou chora ou canta ou fica triste,
Vai nascendo, morrendo e renascendo
Cada dia, cada hora, cada instante
Noutra vida, noutro sonho, noutra esperança.

MÃE NEGRA

A mãe negra embala o filho.

Canta a remota canção
Que seus avós já cantavam
Em noites sem madrugada.

Canta, canta para o céu
Tão estrelado e festivo.

É para o céu que ela canta,
Que o céu
Às vezes também é negro.

No céu
Tão estrelado e festivo
Não há branco, não há preto,
Não há vermelho e amarelo.
— Todos são anjos e santos
Guardados por mãos divinas.

A mãe negra não tem casa
Nem carinhos de ninguém...

A mãe negra é triste, triste,
E tem um filho nos braços...

Mas olha o céu estrelado
E de repente sorri.
Parece-lhe que cada estrela
É uma mão acenando
Com simpatia e saudade...

AGUINALDO BRITO FONSECA
(CABO-VERDIANO)

REENCONTRO

PARA onde fugira o tempo das correrias pelos campos e dos lanches de pão e uvas comidos com apetite à sombra fresca do carvalho grande? Onde estava agora a menina do laço sempre desfeito nas brincadeiras, e saias sempre a encurtar com o crescimento do corpo? Onde teriam ficado os longos jantares em que, ouvindo o capitão Lourenço filosofar, ele e ela, cada qual em seu lado da mesa, trocavam olhares maliciosos, pronta a risota para estalar à mais pequenina coisa? Onde?... E onde o caramanchão de glicínias em que ele a tornava senhora dos seus grandes sonhos por que se sentia tão orgulhoso e superior? Ondina escutava-o muito séria, e os seus olhos, que andavam sempre inquietos, como que procurando reter da vida a mais breve imagem, paravam então, sôfregos, perante as palavras que ele lhe dava a honra de confiar. Onde parava agora a grinalda de flores que lhe entrançara nos cabelos; onde o barco guerreiro, feito duma casca de noz, com que ambos, pondo-o a navegar sobre a água do tanque, sonhavam as viagens fantásticas que haviam de aventurar? Onde o barco e a grinalda de flores; onde o caramanchão e o carvalho grande; onde os lanches de pão e uvas, as confidências, as correrias, os castelos inexpugnáveis e os pacíficos jantares com a janela aberta sobre o campo? Onde o capitão Lourenço, a tia Matilde e a velha caseira de lenço aos quadrados, que sabia tantas histórias maravilhosas? E Ondina? Onde?...

Tudo isto lhe acudia agora defronte da casa tão egoìstamente esquecida, das janelas fechadas, do portão escancarado, e do mato cerrado que tudo invadia...

Hélio sentiu então um aperto estranho na garganta: pois pudera estar tanto tempo longe, esquecido, como se não fosse já o menino que ali havia vivido, feliz e cheio de sonhos? Como pudera durante tantos anos ignorar a casa e a quinta, teatro dos seus risos e choros, das suas brincadeiras e contrariedades de pequeno déspota, que tudo quer sem admitir obstáculos?

Não sabe sequer o que está a sentir... Revivescência de tudo, a infância sepultada pela ambição sob a dureza de que se revestira.

O sol começava a declinar no horizonte, tingindo de vermelho rubro o céu puro de verão, e ele ali encostado ao portal ferrugento e des-

mantelado, sem ânimo para o transpor... Que era então feito do homem forte, que tudo sacrificara para um triunfo falso?

Sentia-se dominado por uma sensação de melancolia que lhe embaraçava os movimentos, mas procurou reagir e entrou na quinta que antecedia a casa. O mato tomava conta de tudo: as ruas estreitas, outrora tão bem tratadas, estavam invadidas por cardos e ervas que lhe davam um ar sombrio e triste em contraste com o céu límpido de verão. Arbustos abandonados entrelaçavam-se entre si, formando quase um bosque opaco. Hélio, sem quase saber como, encontrou-se a procurar caminho entre eles, e de repente surgiu-lhe o que talvez inconscientemente andasse a procurar: o velho caramanchão! Mas uma tristeza dolorosa o tomou: onde o caramanchão de glicínias? Ante os seus olhos estava um esqueleto de caramanchão, seco e invadido pelo mato... Onde a menina do laço sempre desfeito e cabelos ao vento? Sem querer, voltou a ser o menino de outrora, menino ingénuo, de sonhos e fantasias... Ali era a cerejeira da tia Matilde, onde ele trepava às escondidas para apanhar cerejas, que atirava com ares de conquistador mas com o coração aos pulos, para o avental que Ondina abria em leque, de olhos brilhantes e faces em brasa pela emoção do perigo. Quando ouviam passos, largavam a correr, entornando as cerejas todas pelo caminho, prova concreta da ida à cerejeira, mas a que fechava os olhos a boa tia Matilde, que estava mais que farta de saber daquelas proezas. Mas agora a cerejeira estava seca, toda pendida para o lado, ainda como que a pedir misericórdia.

Mais adiante, o tanque sem água, cheio de ervas no fundo. Só bem perto de casa, o carvalho se erguia a dominar tudo, cingido de plantas estranhas, mas vivo e sobranceiro como sempre. Hélio olhava-o com ternura, e num gesto que não saberia explicar acariciou-lhe o tronco longamente, como a agradecer-lhe a sensação de paz que o invadira ao fitá-lo.

Que seria feito dos habitantes da quinta? Já não morariam ali? A esta ideia sentiu-se mal, mas defronte de si a casa velha e silenciosa, de janelas cerradas, era quase a confirmação dessa suspeita. A última vez que vira Ondina fora pela morte da tia Matilde e abertura do testamento, pouco depois de ter anunciado que estava noivo — havia uns dez anos, contava ela dezassete e ele vinte e três. Fora chamado à pressa, e ele que há quatro anos os não via, tornou a encontrá-los durante as vinte e quatro horas que se seguiram. Ondina continuava a ser a mesma de sempre, apenas mais magra e com um ar cansado e triste que atribuíra ao desgosto da perda da tia. Haviam conversado pouco; ela estava alheia, e ele, muito preocupado com o exame de licenciatura, depois do qual poderia casar com Fernanda. Que seria feito de Ondina e do capitão,

depois desses dez anos? Órfãos os dois, ela duma irmã da tia Matilde, ele duma prima do capitão, sem ninguém que pudesse garantir-lhes o futuro, haviam sido acolhidos pelo casal sem filhos que os tinham criado como se o fossem de verdade. E abandonara-os pela ambição, que o tomara, de um futuro brilhante! Seria isso razão para um tão ingrato esquecimento? Era certo que a quinta ficava longe, retirada, e ele viajara quase todos esses anos, mas nem assim se justificava o seu silêncio. De começo, ainda escrevera umas cartas lacónicas, informando-se da saúde deles, anunciando o casamento, mas mesmo isso havia acabado. A sua vida fora tão agitada, tão cheia, que as cartas do capitão, em resposta às suas, perdiam-se como num mar tumultuoso.

Onde estaria agora Ondina, a companheira de brinquedos, que teimava sempre em beber a água da fonte e se molhava toda? Onde estaria aquela menina a quem uma vez, fazendo-a mirar-se na água do tanque, entrelaçara uma grinalda de flores, e a quem declarara que um dia, depois de realizados os seus sonhos, viria buscar para as viagens fantásticas, enquanto o pequeno barco de casca de noz vogava pelo tanque?

As viagens tinham sido feitas, mas que diferença dessas que ambos fantasiavam! Haviam sido feitas, sim, mas com outra... Era como se tivesse praticado uma traição.

A porta de casa estava encostada; abriu-a com o coração a bater, tal como outrora ao subir à cerejeira: tudo na mesma; os móveis nos seus lugares, o quadro grande que representava a cena duma caçada, e que tanto os impressionava, a ponto de Ondina ter pesadelos com ele... Lá estava no seu lugar, como se dez anos não houvessem decorrido... Na verdade, Hélio sentia um vácuo profundo nesses dez anos, e voltava a viver o rapazinho que partira, cheio de saudades, para acabar o curso que ali era impossível continuar, com Carlos Silva, o professor velho que o levara anos sobre anos ao exame final — o professor amigo e condescendente, que morrera pouco depois. Voltou a ser o rapazinho de dezanove anos, sincero e expansivo, e voltou a procurar Ondina. Onde estaria a menina de treze anos, de cabelos sempre despenteados, e de voz suave e lenta? Onde estaria essa menina que, embora muito mais nova, era a confidente de todos os seus sonhos? Onde, onde estaria essa que, no dia da despedida, muito séria e senhora de si, lhe dissera com os olhos brilhantes de lágrimas heròicamente contidas: «Volta depressa, Hélio; quando vieres, só se eu não puder, tudo estará na mesma...»? Onde, onde aquela que ficara a dizer-lhe adeus até a carruagem se perder na curva da estrada?

Mas, de repente, a porta do salão abriu-se, e a velha Augusta entrou arrastando as pernas. Hélio sentiu um choque... Quantas tardes havia passado, com Ondina, a ouvir as histórias maravilhosas, sempre novas, que Augusta sabia contar? Augusta era a mulher do jardineiro, Hélio lembrava-se bem. Mas como estava velha e alquebrada! Ela reconheceu-o e abraçou-o, numa admiração contida:

— Como está homem, o menino Hélio! Se o senhor Capitão fosse vivo!

Jorge sentiu uma vertigem... «Se o senhor Capitão fosse vivo!» Morrera, e ele lá longe, sem saber nada, esquecido...

Mas a mulher continuava, sem se aperceber da sua transformação:

— Vê? Está tudo na mesma! Ordens da menina, está claro... Só o jardim é que não pudemos conservar! O meu homem está paralítico de todo, coitado! Alembra-se dele?

E a mulher continuava:

— Agora a casa, essa, tenho-me esforçado por cumprir o que me disse a menina: «Tenha tudo na mesma, Augusta, peço-lhe! O Hélio pode voltar de um momento para o outro e quero que veja tudo na mesma. É muito triste, quando se regressa, ver tudo mudado...» A minha querida menina!

Hélio bebia-lhe as palavras.

— E Ondina?

A pergunta saiu-lhe espontânea, quase como um grito.

Augusta olhou-o espantada:

— Mas o menino, perdão, o senhor Doutor não sabia? Não? A menina morreu faz agora um ano! O verão passado! Coitadinha... sempre só, desde que o tio morreu, e sempre à espera do menino... aquele anjo! Dizia-me sempre, quando perguntava por si: «Está bem, está bem! Ele virá um dia, tenho a certeza: é questão de esperar».

Mas Hélio mal a ouvia: uma dor enorme alastrava pelo seu peito, e deixou correr as lágrimas sem vergonha, mesmo defronte de Augusta que, muito aflita, não sabia o que havia de fazer.

Ondina morrera, morrera a esperá-lo, a ele, que tudo esquecera, e sofria por não ter chegado a tempo... Se tivesse vindo três anos antes! Ondina morrera a pedir que conservassem tudo como estava para que, se ele voltasse, visse tudo como deixara e não sentisse o tempo! Cumprira a sua promessa até poder, como lhe havia dito, e depois deixara a alguém essa incumbência como a sua última vontade. Ondina, portanto,

nunca deixara de acreditar que ele voltasse! «Era questão de esperar» — como havia dito a Augusta...

Este pensamento deu-lhe nova energia: Ondina adivinhara a sua vida, as razões do seu esquecimento, mas sempre acreditara no seu regresso!... Tinha agora a certeza de que nunca duvidara disso, porque Ondina o conhecia melhor que ele próprio.

Ondina enchia-lhe todo o ser, e agora relembrava-a na última vez que a vira, pela morte da tia Matilde, muito magra e cansada, já mulher feita, e tão bonita, dessa sua beleza tão fora do vulgar, feita de qualquer coisa que se não apreendia!

O encanto de Ondina enchia a casa toda, pairava no ar... e Ondina vivia pela força da recordação!

Hélio sentia que tinha atraiçoado Ondina e que toda a sua vida, depois, fora uma traição. Via agora como ela o amara, mas o mais estranho é que sentia que também a amara sempre, e que ela não havia morrido assim como as suas recordações! Apenas havia estado sufocada, dentro dele, pela maré de paixões que o avassalara. Encontrava-a de novo, reencontrando-se a si próprio.

ISABEL DE CASTRO

ESTRELA FARIA — «*Alentejo*»

(Pintura mural no Museu de Arte Popular).

S I N A L +

Meu sinal *mais* da álgebra da vida,
Minha asa de luz num céu cinzento,
Minha insatisfação, doce tormento
De chegar, mesmo antes da partida.
Minha nuvem de sonho: ergue-te ao alto,
Enche a estrada dos astros com o meu nome!
Tenho fome de espaço! O amor é fome!
E eu amo o espaço ao longo do meu salto!

Oh! meu eco sem grito,
Dor que fluis em prazer!
Contigo, voz que soas no infinito
E vibras
Nas mil fibras
Do meu ser,
Contigo, sinal +, vou renascer,
Contigo, hei-de vencer-me e hei-de vencer!
E ultrapassando-me a mim próprio na corrida,
Insatisfeito, insatisfeito, insatisfeito,
Hei-de alcançar um dia o cimo da subida
E inundar de distância a arca do meu peito!

M I G U E L   T R I G U E I R O S

APENAS UMA PALAVRA...

A minha mulher, coitada, está ainda na cozinha a lavar a loiça. Os meus filhos estão já deitados. Oxalá eles não me odeiem tanto como mereço...

A casa está cheia de silêncio. Posso, enfim, escrever sossegadamente. Silêncio, porque sabem que eu não poderia tolerar o menor barulho, porque aprenderam a conhecer-me, e têm medo de mim.

Medo de mim! Acabo de reprimir uma espécie de gargalhada amarga, feita não sei de que sentimentos a quererem escapar-se. Medo de mim! De mim, que gosto tanto, tanto! da minha família, que tenho uma ternura, um amor tão grande pela minha mulher e pelos meus filhos... Temem-me ou odeiam-me? Mas não, não, eu não sou um monstro, eu sei, sinto que não sou um monstro. Neste momento as minhas mãos tremem, o meu coração aperta-se, os meus olhos embaciam-se. Nada de perverso: apenas tristeza e desespero, a agitar os meus nervos tensos.

Eu não sou nenhum monstro, sou um homem sem solução. Não devia ser odiado, devia ser lamentado. Não devia ser temido, devia ser chorado.

Se eu tiver a coragem que me falta para dar um tiro na cabeça ou para tomar um veneno, quero que todos saibam o que tem sido o meu tormento. Talvez julguem simplesmente que eu estava doido, talvez não acreditem que uma vida inteira pode ser arruinada em nome duma ideia, e que esta foi a maneira mais cómoda de justificar a minha maneira de ser. Quero, no entanto, que tomem contacto com o meu sofrimento actual, que me despedaça aos poucos, corpo e alma, matéria e espírito. Sofro, sim, sofro como eles nunca tiveram, sequer, ocasião para sofrer. O meu sofrimento é maior do que eu: cobre todos os homens e todo o universo. É uma nova cruz, e eu não sou um novo Cristo. A cruz é pesada como o mundo; eu sou fraco como o mais fraco dos homens. Piedade para um homem cansado e infeliz!

Tudo começou da maneira mais ridícula e mais inocente. Foi um princípio grotesco que eu, no entanto, não quero renegar nesta hora de confissão. Durante a guerra, a palavra «liberdade» andou em todos os jornais, em todos os documentários e filmes de propaganda, em todos os programas dos partidos políticos. Liberdade, para os povos! Liberdade, para os oprimidos! Liberdade de palavra! Liberdade de religião! Devo dizer que, nos primeiros tempos, eu não pensava muito, e nisso, não fazia

mais do que ser um homem normal. Emitia opiniões correntes, expunha pontos de vista vulgaríssimos. Pouco a pouco, todavia, a ideia de liberdade, posta no plano em que era posta foi tomando vulto dentro de mim. As películas de guerra e os jornais exerciam sobre o meu subconsciente um trabalho subterrâneo e traiçoeiro. A evolução foi lenta, tão lenta que nem cheguei quase a tomar consciência da modificação. À mesa dos cafés, em casa, em rodas de amigos, passei a ser, insensìvelmente, um dos mais exaltados no ódio aos inimigos da liberdade. Fui feroz, absoluto, violento. Deixei-me obsecar completamente. Cheguei, a certa altura, a um máximo difícil de ultrapassar. O mundo já sorria, quando eu me lançava numa discussão. O mundo não sabe apreciar o excessivo, o que não está dentro dos meios tons. Dir-se-ia ter atingido um cume, porque daí em diante, desci-o quase vertiginosamente. Porquê? Não o sei dizer ao certo. As causas escapam-me. Foi como uma luz, a indicar-me outro caminho, a ensinar-me qualquer coisa que não tinha ainda pressentido. A evolução, desta vez, foi mais rápida, mas durou, também, algum tempo. Na sua fase crucial, pode sintetizar-se em três ou quatro frases, as três ou quatro frases que me martelaram a cabeça, ao ponto de me deixar insensível e indiferente: a liberdade não existe, a liberdade é um mito, e combate-se, afinal, em nome de uma mentira. Nos Estados Unidos, que lutavam pela liberdade dos povos, não era verdade, que existia o preconceito racial contra os negros, traduzido em ódios e perseguições? E os «trusts», e as grandes empresas, e a tirania do capital? Na Rússia, não era verdade que existia um totalitarismo implacável, com os seus requisitos habituais, denúncia, espionagem e campo de concentração?

Não, não, a guerra não se fez em nome da liberdade — fez-se em nome dos interesses dos países beligerantes. Desapareceram, como por artes mágicas, todos os ódios políticos. Passei a achar-me superior a essa divisão do mundo em partidos agressivos, a essas questiúnculas que incorriam todas nos mesmos erros. A liberdade não existia, e tudo, factos, acontecimentos, leituras, vinha confirmar a minha gelada indiferença pela política internacional. Era uma palavra vazia, um instrumento de guerra mais decisivo do que a espingarda ou o tanque — uma abstracção inventada e atirada, como ópio ou narcótico, à ingenuidade e ao desespero do homem.

Foi então que comecei a transportar o conceito de liberdade do plano internacional para o plano individual. Como membro de uma comunidade, o homem não era, não podia ser livre. Por outras palavras, no plano da vida vista no seu conjunto, o homem tinha de se submeter a leis, a tradições, a imposições sociais. Nalguns países, ou nalguns aspectos da

vida desses países ia-se mais longe, e a privação de certas liberdades tomava um carácter mais brutal e tirânico. Era uma questão de maior ou menor falta de liberdade — não de maior ou menor liberdade.

Mas, abstraindo da liberdade neste plano «horizontal», seria possível a liberdade num plano humano?

Paro um momento de escrever. Estou cansado. Não sei com que fim, esforço-me por escrever correctamente, por expor as minhas ideias com toda a clareza. Estarei eu já, inconscientemente, a compor um documento para ser achado depois da minha morte? A ideia horroriza-me, pelo que implica de cabotinismo, pelo que implica de desejo de apiedar os outros, de pedir desculpa aos outros.

Fecho os olhos, e deito a cabeça em cima da secretária. Não sei porquê, lembro-me de uma cantiga ouvida não sei onde. Modulo-a baixinho. Procuro em silêncio as notas que me escapam. Busco as circunstâncias em que a ouvi pela primeira vez. Experimento assobiar. Na casa silenciosa, o meu assobio é um outro silêncio.

Não sei quanto tempo passou. Releio o que escrevi. Abro a gaveta e olho o revólver. Pego nele, encosto-o à orelha. Sinto o frio do aço. Parece-me estar a viver um sonho. Era capaz de disparar, sem ter grande consciência do que fazia. Afago-o, toco no gatilho, imagino o quadro: a detonação cortando o sossego desta casa, o sobressalto, os passos apressados, os gritos, o sangue no tapete, o meu corpo imóvel, e no entanto palpitante de mistério e loucura. Abro os olhos. Escrever, é um dever que qualquer mola oculta me impõe.

Recomeço, sem entusiasmo: era eu um homem livre, entre os meus amigos e a minha família? Podia eu exercer livremente a minha vontade? Podia eu fazer tudo o que desejasse? Procedi a um cuidadoso auto-exame, e verifiquei que me andava a privar, há anos, de certas coisas que me apeteciam. Impedia-me o amor de minha mulher, a amizade, a dignidade, o respeito, mil factores insignificantes. Tudo isto trabalhava, dentro de mim. Então, quando se formava na minha vontade, o desejo de realizar um determinado acto, eu não o realizava por estar preso a uma questão puramente sentimental? Então eu, eu mesmo, eu que penso, e sinto e vivo e sou o centro do universo, eu, estava inibido de praticar a minha vontade? Eu não era livre?! Que tremenda injustiça! Vivíamos amarrados aos nossos sentimentos, aos nossos instintos, à capacidade das nossas inteligências. Amarrados uns aos outros, mordaças uns dos outros! E não havia nada a... Mas não!

Eu revoltava-me. Eu seria, a todo o preço, custasse o que custasse,

um homem livre. Havia de provar a mim próprio que podia, se quisesse, ser inteira, completa e indestrutìvelmente livre.

Dominaria os meus sentimentos, derrotaria os meus instintos e inibições, quebraria todos os laços.

Delineei um vago plano de batalha, deixando a maioria dos pormenores ao acaso. Prometi ser firme como a rocha. A primeira medida que tomei, consistiu em dormir numa cama à parte de minha mulher. Depois, sem explicações, deixei de falar ao meu melhor amigo. E a seguir, comecei a realizar todos aqueles nadas que me proibia a mim próprio até essa altura. Passei a chegar tarde para almoçar e jantar, a sair quase todas as noites, a dar as respostas mais inesperadas.

Esta primeira parte foi como que um exercício de vontade. Era tudo pensado, intelectualizado. A facilidade com que eu me desempenhava do meu papel foi, no entanto, um indício. E pouco a pouco, quase sem dar por isso, resvalei, no caminho que me tinha imposto, passei de actor a personagem. Por outras palavras, perdi o domínio de mim próprio. Quando me embebedei pela primeira vez, foi conscientemente, para entrar em casa a cambalear e a cheirar a vinho. E foi no dia seguinte, que lhe bati. Por nada. Por me ter feito uma referência amargurada à minha atitude da véspera, dei-lhe uma bofetada com força. Tive, enfim, a noção da liberdade. Dentro de mim havia mágoa secreta, mas também orgulho.

Tinha feito o acto que me tinha apetecido, sem que nada me prendesse: nem o amor, nem o ódio. Tinha-lhe batido naturalmente, quase com despreocupação, como simples resposta.

E a segunda vez, seria capaz? Tornei a bater-lhe, repeti várias vezes a experiência com os meus filhos, e realizei-a no escritório com um rapaz amável, que eu apenas escolhi por ser amável, e por ocupar posição idêntica à minha, na hierarquia burocrática. Tornei-me diferente, adoptei uma nova personalidade, talhada segundo as normas do mais feroz egoísmo. Até que me considerei satisfeito. Tinha conquistado um bem precioso, a liberdade, embora o tivesse feito à custa dos seres a quem mais queria neste mundo de ilusões. Quando fechava a luz, à noite, e repousava com os olhos fechados, era com desespero que passava revista aos meus actos. Não os tinha feito com prazer, pelo contrário. Todavia tinha ganho, enfim, a paz interior.

Faziam-me falta o amor, a amizade, a confiança, a ternura, a intimidade do nosso pequeno mundo em que os olhares e os gestos eram os símbolos de uma silenciosa compreensão e afectividade mútua. Tinha

provado que podia ser livre: era de cabeça alta, que podia voltar à minha escravidão anterior. Era livremente que escolhia a escravidão.

Qualquer coisa me ficou, porém, da experiência cruel.

Voltei a falar ao meu melhor amigo, e foi ele que não me respondeu. Agarrei-o pelo casaco, a rir, obriguei-o a parar, e contei-lhe uma mentira bastante verosímil. Olhou-me com estranheza, com piedade, como se não me conhecesse, deu uma desculpa qualquer, e voltou-me as costas. Cheguei a casa com presentes para a minha mulher e para as crianças, mas receberam-nos sem alegria, meio caladas, com uns sorrisos interrogativos. Sorri-lhes, falei, como quem não quer a coisa, em excesso de trabalho, mas apenas li nos seus olhares medo e inquietação. Durante o resto do dia procurei comportar-me como dantes, mas não me foi possível. Alguma coisa tinha morrido neles. Alguma coisa tinha morrido em mim. A certa altura, o meu filho mais novo deixou cair uma grande nódoa na mesa, e olhou-me com pânico, à espera de uma bofetada. Senti uma grande irritação crescer-me no sangue, por causa daquela falta de cuidado. Uma irritação real, involuntária. Não lhe bati, mas custou a dominar-me. A experiência tinha conseguido modificar-me. Eu era outro. Outro, mas pior, com alguma coisa de perverso e inexplicável. Algo da minha atitude artificial era, agora, bem viva e permanente.

O que é, afinal, a vontade? pergunto agora.

Estou sossegado, calmo. A casa continua quieta.

Dentro da gaveta, o «revólver» continua a atrair-me. Abro-a, e fecho-a logo a seguir. Tenho medo. Um automóvel passa na rua como uma mensagem de vida e de miragem. Penso com imparcialidade.

Revejo os resultados a que cheguei. E o que representa este «eu», a quem imolei o meu outro? Para satisfazer uma aspiração inteligente de liberdade, sacrifiquei os meus sentimentos — tal como sacrificava a minha inteligência no altar dos sentimentos e dos afectos. Antes e depois nunca fui, no fim de contas, um homem livre! Não me libertei: transferi a minha não-liberdade duma para outra região do meu ser. Compreendo agora a falsidade desta ideia abstracta, e a razão por que nunca me senti satisfeito comigo próprio.

A minha vontade de hoje difere da minha vontade de há um ano. Nem sequer a vontade de liberdade foi livre. Foi-me imposta pela guerra, pelos livros que li, eu sei lá! A experiência dura por que passei não me serviu para nada?!

Qualquer coisa me diz, no entanto, que não escrevi tudo o que sinto, ou melhor, tudo o que pressinto.

Não falei, por exemplo, em Deus. Se eu fosse crente, como tudo

seria simples e confortável! Não fui atingido ainda, porém — infelizmente! — pela experiência religiosa. Quero aqui deixar bem expresso que não tenho culpa da minha areligião. Falei já com muitos eclesiásticos, li muito, e durante um grande período, cerca de dois anos, frequentei regularmente a missa, à espera de qualquer inspiração divina. A minha boa vontade não está em dúvida, neste ponto. Todos os argumentos que me apresentaram, chocaram contra uma muralha: a ausência de fé. Dessa fé, que é uma dádiva de Deus, segundo os padres católicos, e que Deus não me deu. Qual o princípio, então? Não sei: não sou teólogo nem profeta, nem tenho culpa da minha incapacidade religiosa.

Este parêntesis, contra o que possa parecer à primeira vista, foi necessário. É que eu me contentaria, se adquirisse a certeza da existência de um Deus, princípio e fim de todas as coisas, em ser um homem sem liberdade. Teria um senhor: Deus. Mas assim, nem essa desculpa possuo. A falta de Deus em mim, devia naturalmente conduzir-me, ao contrário, a uma afirmação de liberdade.

Creio estar a agarrar um raciocínio inconsciente que me fugia, e que limitava a clareza do pensamento. Sem um princípio anterior e superior a mim, eu não seria livre? No meu sangue e no meu coração, pareceu-me que sim. Nada me escravizaria, eu não seria obrigado para com coisa alguma, nem princípios éticos, nem religiosos, nem políticos. Eu seria, lògicamente, um ser livre. Esta, como que dedução íntima, produziu-me os piores efeitos. Julguei-me perto da vitória. Redobrei os esforços. Tornei a querer provar a minha liberdade.

Pobre de mim! Reconheço hoje que, em certa medida, tinha razão. Eu era livre em face do universo inteiro. Nada de exterior me obrigava, nada de exterior me impunha grades de qualquer espécie.

Meu sonho de Deus! Que me importa esta liberdade metafísica?! Que me importa saber que o mundo não me pode escravizar, se eu me escravizo ao mundo. A causa difere: o efeito é o mesmo. Os princípios, as estruturas ideais não me podem atingir. Mas como eu lhes estou amarrado, como eu os necessito! O passado morreu, mas como está vivo em mim! Os homens nada podem, mas eu não posso viver sem eles! A prisão está em mim, em mim. As grades não têm conta, as cadeias multiplicam-se. Sentimentos, instintos, circunstâncias, inteligência, vaidade, orgulho, amor-próprio, eu sei lá, outros tantos grilhões a manietarem-me! Uma só conclusão possível: não sou livre...

E aqui estou eu, sentado a escrever, numa angústia enorme, sentindo-me só e abandonado, triste, desesperadamente triste e com a consciência exacta da minha escravidão — da escravidão de todos os homens.

Nem dar um tiro na cabeça provaria a minha liberdade, porque isso seria uma imposição da razão das circunstâncias da minha angústia. Gostaria de chorar, mas não tenho lágrimas. Gostaria de ser consolado, mas não tenho quem me console. A minha angústia é grande como o universo. Que fazer? Viver? Continuar, como dantes, a amar, a comer, a trabalhar? Teria a sensação de estar a representar uma farsa cujo espectador seria eu próprio, de ser um fantoche movido por cordelinhos invisíveis.

E no entanto, é o que me resta. Embora sabendo que cada acto, que cada palavra, que cada sentimento, que cada desejo me é imposto, vou tentar reconstruir a minha vida.

Agora vou fechar estes papéis à chave para sempre, na minha gaveta, vou para junto da minha mulher, vou beijá-la, vou dormir, depois vou trabalhar, comer, viver. Vou representar a maior comédia e o maior drama que podem ser representados, anseando desesperadamente por uma inconsciência, por um esquecimento que tardarão a vir. É meia noite menos um quarto. Boa sorte, pobre homem!

A N T Ó N I O   Q U A D R O S

UMA NOVA GERAÇÃO BRASILEIRA

AINDA há surpresas na vida literária! Junto com os habituais pacotes de livros, remetidos do Rio pelo editor José Olympio, trouxe-me o correio um pequeno volume contendo o terceiro número de uma revista literária intitulada «Orfeu». Dentro, vinha uma carta manuscrita em que se me tratava afectuosamente por «Caríssimo» e se me dirigia um apelo: «Desejamos — nós, a nova geração da poesia brasileira — ser divulgados nos suplementos literários portugueses, prometendo-lhe, desde já, de em troca divulgarmos os poetas portugueses mais novos ou os mais desconhecidos». E depois de dizer o que têm feito e projectam fazer para divulgar no Brasil os poetas portugueses modernos, de mistura com um crítico pretensioso, esses jovens acrescentavam: «Solicitamos-lhe que se interesse por este movimento, que parte de nós, de Orfeu, como em Portugal em 1915». A carta terminava com a efusão natural em moços brasileiros: «Aqui lhe deixamos um grande abraço». Abraço colectivo, pois que, em vez da assinatura de qualquer dos directores, a carta trazia esta firma: «Orfeu», talvez por esses rapazes esperarem, assim, demonstrar melhor que constituem um movimento.

Como porta-voz de um movimento se apresenta a revista, cujo terceiro número abre, como é próprio de novos, por uma afirmação: «Através de suas próprias revistas, as novas gerações brasileiras já testemunham, em movimento crescente e perfeitamente estruturado, as suas aspirações e propósitos, o complexo de elementos artísticos e vitais que, em suma, enfeixam o que se poderia chamar de sua *mensagem*».

Pouco conheço dessa nova geração brasileira por não estar ao par das revistas em que ela manifesta as suas tendências, e não ter ela, ainda, produzido os livros em que há-de fixar os seus ideais estéticos ou humanos. Das revistas, antes de me chegar às mãos este terceiro número de «Orfeu», só conhecia uma outra, despreocupadamente chamada «Joaquim», que em Curitiba, fora dos grandes centros literários do país, se ergue como a antena de um posto de rádio de amadores, dedicado à Arte e à Poesia em meio do tumulto publicitário das grandes emissoras. Livros, só um dos poetas dessa geração: Lêdo Ivo, os tem publicado. Só dele, pelo menos, ouvi falar, quando, há um ano, procurei informar-me dos novos valores poéticos do Brasil junto dos que pertencem, como eu, à «classe conservadora» da literatura — para usar a expressão com que «Orfeu» designa os «que vieram antes».

Esses mesmos que «Orfeu» quer julgar («queremos julgá-los, a estes que vieram antes»), falaram-me do jovem Lêdo Ivo como de uma nova voz poética digna de ser escutada. Infelizmente, ainda não me foi dado ler, desse poeta, mais do que as suas crónicas na imprensa diária. Acredito, no entanto, que a sua poesia seja muito superior. Os dois sonetos de Lêdo Ivo, que «Orfeu» publica, exprimem um poeta, mas serão a expressão de uma nova poesia?

Anuncia «Orfeu» a edição de um «Panorama da Jovem Poesia Brasileira» — antologia, organizada pelo poeta Fernando Ferreira de Loanda, do «movimento poético da nova geração brasileira», «reunindo os poetas que surgiram depois de Vinícius de Morais». Com este poeta terminava uma «Pequena

Antologia da Moderna Poesia Brasileira» que há poucos anos se publicou em Portugal. Haverá uma nova poesia no Brasil, posterior a Vinícius de Morais?

Há, sem dúvida, novos poetas, e alguns excelentes, como Lêdo Ivo e outros que «Orfeu» nos revela. Mas a verdade é que os dois sonetos de Lêdo Ivo poderiam figurar em qualquer antologia que incluísse Manuel Bandeira, o mais puro Mário de Andrade, e Carlos Drummond, e Cecília Meireles, e Augusto Frederico Schmidt, e o Jorge de Lima, ainda inédito, de «Mira-Celi», e Murilo Mendes, e Vinícius de Morais, e Mário Quintana, e esse consagrado de trinta anos que «Orfeu» alberga: Alphonsus de Guimaraens Filho. E isso não só quanto à essência poética, mas quanto à forma, pelo que diz respeito a uma boa parte das poesias de Bandeira e de Schmidt, à poesia quase toda de Cecília, aos sonetos de Quintana e de Alphonsus de Guimaraens Filho.

Um articulista de «Orfeu», depois de demonstrar que na poesia modernista «a revelação do *substratum*, da essência, era mais importante do que os versos brancos e sem rima», declara: «Nos nossos dias, vinte e seis anos depois do modernismo, é bem diverso o carácter da revolução, que se pressente, já, nas actuais manifestações e tendências dos poetas mais novos do Brasil. O problema, sendo ainda de procura de soluções *essenciais* para a poesia, é, também, um problema de forma».

Não vejo inconveniente no facto, que se verifica, de «os poetas modernos, os mais modernos», estarem «voltando ao soneto metrificado e rimado». Há nisso, talvez, alguma vantagem, pois que a poesia moderna tinha desprezado as regras da poética até ao ponto de abolir a forma, como a prosa quase aboliu o estilo. Não esqueçamos, porém, que o conselho, senão o exemplo, da volta à técnica partiu do revolucionário Mário de Andrade — o qual, com a sua incomparável agudeza de espírito, explicou que não entendia «por técnica do intelectual simplòriamente o artesanato de colocar bem as palavras em juízos perfeitos», pois que da técnica participam, «não sòmente o artesanato e as técnicas tradicionais adquiridas pelo estudo, mas ainda a técnica pessoal, o processo de realização do indivíduo, a verdade do ser, nascida sempre da sua moralidade profissional».

A volta a um certo rigor formal pode prejudicar a realização do indivíduo, que é, a meu ver, a finalidade da obra de arte. Não se verificará isso, por enquanto, nos poetas da geração de que o novo «Orfeu» é um dos órgãos, pois andam todos, segundo julgo, à roda dos vinte anos. Pode ser, mesmo, que o perigo que antevejo para eles seja ditado, apenas, pela prudência de quem é muito mais velho. Prudência que talvez disfarce a inveja de já não poder ter a ilusão dos vinte anos, que em todas as épocas consiste em julgar ser, a nova geração, portadora «de um novo espírito e de uma nova mensagem».

Aliás, não será das menores ironias da história literária, esta de poder ser tomada como atitude conservadora a defesa da liberdade poética. Creio, porém, que a nova revolução de que estes novos poetas brasileiros se consideram agentes, não passa de uma reacção. Nem por isso lhes negarei a divulgação que desejam e que merecem, não só pelo autêntico valor que revelam, mas por serem portadores dessa coisa maravilhosa e comovente que é uma ilusão.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

DONZELA TEODORA

Menina tristonha
Com livros na mão,
Por ti sonha, sonha,
O meu coração.

Que modos antigos!
Já tens quem te valha:
Enchi-te de figos
Um chapéu de palha,

Pintei-te nas tranças
Dois laços de cor
E criei crianças
De ti ao redor;

No lago dos patos
Do jardim comprido
Molhei-te os sapatos,
Sujei-te o vestido.

Vais em passo lento
Como quem desmaia?
Logo chamo o vento
Que te leve a saia.

Dão-te as bibliotecas
Suspiros amargos?

Aqui tens bonecas
Para os teus afagos.

Menina que pensa
Não sabe brincar
— A maior doença
Na vida: é pensar.

Assim me convença
Que podes sarar.

1-7-48.

ANTÓNIO MANUEL COUTO VIANA

PAULO FERREIRA — «*Lisboa*»

(Pintura mural no Museu de Arte Popular).

AS MENTIRAS CONVENCIONAIS DE UMA GERAÇÃO

I

ESTE artigo, que não passará de uma nota crítica a um livro (1) sem mérito intrínseco nem estrutura formal, tem por fim mostrar e analisar um exemplo do procedimento dialéctico usual nas novas gerações literárias.

Num país de cultura bem disciplinada, nunca chegaria a ser objecto digno de estudo especializado um volume constituído de prosas elaboradas no decurso de dez anos. É por uma excessiva transigência do editor e por tolerante moleza do nosso público que acontecem entre nós casos assim frequentes de publicação de volumes onde se conpendiam escritos tão heterogéneos e díspares que parecem propositadamente constituídos para obscurecer e desorientar os leitores ingénuos e confiantes.

Reparemos, antes de mais, que o livro se intitula «Por um novo humanismo». Logo no frontispício a preposição indica o intento de propaganda de um humanismo que, por novo, deveria ser resultante das mais recentes aquisições da antropologia filosófica; mas, pelo contrário, deparamos, ao volver com enfado as páginas do volume, a muito velha imagem do humanismo retardatário e ateu.

No panorama da cultura portuguesa, os aspectos que as páginas deste livro descortinam são os mais longínquos e os mais ultrapassados, e através deles o autor esforça-se por encaminhar uma tese peregrina que, em resumo, afirma a originalidade da sua geração. O início da actividade desta geração é datado de 1938, termo da guerra civil espanhola e começo da guerra mundial. Já anteriormente a essa data, nas folhas do «Sol Nascente» e da segunda fase de «O Diabo» e nos «Cadernos Azuis», haviam sido propagados o neo-positivismo e o materialismo dialéctico. Por essas revistas e esses cadernos se tornaram conhecidos em Portugal os representantes do marxismo francês, especialmente N. Friedman, autor de «La crise du progrès» e H. Lefèbvre, autor de «La Conscience Mystifiée». A divulgação deste último livro reflecte-se no abuso do termo «mistificação» que é como que o santo e a senha por que mùtuamente se reconhecem os escritores marxistas.

O «novo humanismo» seria a doutrina que, em literatura, reagiu contra o subjectivismo da «Presença» e formulou o neo-realismo; que, na teoria da história, reagiu contra a interpretação romântica e iniciou o trabalho de explicação materialista da política portuguesa; que, na filosofia, reagiu contra o positivismo da «Seara Nova» e adoptou o materialismo dialéctico.

Ora, este «novo humanismo», que não é mais do que um pseudónimo do materialismo dialéctico, nenhuma novidade traz à cultura portuguesa que, na estação propícia, importara já essa doutrina.

Basta ler as páginas de «Os Modernos Publicistas», de Sampaio Bruno, para não mais permanecer na ignorância das primeiras ondas de propaganda socialista sobre Portugal. Basta ler os

inúmeros volumes que, entre nós, provocou a difusão das utopias socialistas — a libertária e a comunista —, para não considerar como nova uma doutrina que já em Portugal foi difundida, discutida e refutada.

E não só em jornais, hoje amarélicos, e nas páginas de livros, hoje olvidados, se encontram exposições do materialismo dialéctico; também escritores mais nomeados, como Oliveira Martins que, em «O Socialismo», se refere longamente ao materialismo histórico, se entregaram à meditação das teses marxistas.

Rodrigues de Freitas aprendeu alemão para ler Karl Marx e inclui, no seu «Compêndio de Economia Política», a discussão de «O Capital»; o escritor P. de Lima, antes do aparecimento em França do 2.° volume de «O Capital», procurou extrair os corolários dos princípios contidos na primeira parte daquela obra; o movimento da «Internacional» estabeleceu representantes no nosso país, dentre os quais se distingue pela celebridade o poeta Antero de Quental; os socialistas portugueses fazem-se representar no Congresso de Haia da «Internacional»; em 1896, Silva Mendes, no livro «O Socialismo libertário ou Anarquismo», expôs com tanta notabilidade as doutrinas do anarquismo e do comunismo que aquele livro, pouco tempo após ter sido editado, era traduzido para francês; Benoit Mâlon, um dos principais opositores franceses da filosofia da história dos marxistas, era de tal modo conhecido em Portugal que prefaciou o livro de Magalhães Lima «O Socialismo na Europa», e veio a ter uma obra, «O Socialismo Integral», traduzida para português por Heliodoro Salgado; introduzindo-se na Universidade, o materialismo dialéctico foi discutido em cátedra na Faculdade de Direito de Coimbra.

Assim tentando penetrar em Portugal na época propícia — na época em que ao socialismo marxista se podia aplicar a, hoje retardatária, denominação de «novo humanismo» — o materialismo dialéctico foi batido pelas reacções coetâneas e pelas parceiras doutrinas anarquistas.

A mentalidade culta portuguesa, dentre a secura hebraica de Marx e Engels, o tradicional providencialismo de Benoit Mâlon e o entusiasmo jovem do anarquismo amoral de Guyau, optava pelos dois últimos. «Na universidade — informa Silva Mendes — os lentes que se dizem socialistas, são autoritários e acostam-se, geralmente, ao providencialista Benoit Mâlon. Os estudantes, porém, que perfilham o socialismo, são, na maior parte, anarquistas» (2).

Nas classes incultas, no próprio operariado, o marxismo era repelido. O mesmo Silva Mendes nos informa: «O operariado de Lisboa, Porto, Coimbra e outros centros industriais, vai pouco a pouco abandonando as tendências marxistas para se lançar no anarquismo» (3).

Se estivesse na índole deste artigo traçar a história do destino do socialismo em Portugal, acabaríamos por verificar que a vitória veio a pertencer ao positivismo. Tal como qualquer dos socialismos, ontem como hoje, fazia depender o seu predomínio na cultura de um predomínio na política, foi o positivismo que, fazendo causa sua a da implantação da República, com a vitória política alcançou a direcção de um pensamento que vinha descaracterizar.

Perante a vitória dos positivistas, o marxismo só vem a reaparecer muito mais tarde, o que não acontece com o anarquismo que mantém a força suficiente para inspirar a Confederação Geral do Trabalho. Após 1917, como é natural, deu-se um recrudescimento

do marxismo mas, no nosso país, só depois de uma cisão na Confederação Geral do Trabalho, se formou a Comissão Inter-Sindical Vermelha e começaram a aparecer semanários para a propaganda do marxismo leninista. Este recrudescimento, por seu carácter apenas político, não obteve, porém, partidários entre os intelectuais, e só por volta de 1928, com a divulgação das traduções francesas das «Éditions Sociales Internationales (ESI)», as teorias do marxismo começaram a infiltrar na mentalidade culta portuguesa.

O fundo deste infiltramento tem como marco a excomunhão que a «Seara Nova» proferiu, com a assinatura de três dos seus directores, sobre o escritor José Rodrigues Miguéis que imprimia à sua colaboração naquela revista um cunho marxista, inadmissível por uma publicação que, apesar de tudo, tem mantido uma fiel subserviência ao positivismo.

Dentre outras provas do interesse dos nossos intelectuais pelo marxismo recrudescido com a revolução russa, merece ser distinguida a série de artigos que Raul Proença publicou na «Seara Nova» sob o título de «A Rússia ao Léu», à qual devemos associar, por ocorrência da lembrança, o livro de Leonardo Coimbra «A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre».

É, pois, longa e velha a aventura do materialismo dialéctico em Portugal. E quando uma geração nova vem repor a doutrina velha, a impune atribuição de originalidade só se explica por um fenómeno cultural em que a ignorância predomine.

Com efeito, é a ignorância uma das características do período, hoje no fim de seu decurso, da nossa cultura, período em que, por ser dirigido por literatos, só é permitido conhecer, do nosso omnímodo pensamento tradicional, as figuras e obras, raramente notáveis e comummente medíocres, de poetas e romancistas; tal ignorância tem encoberto e levado a esquecer obras e escritores que, na graduação dos nossos valores intelectuais, se encontram a par e até acima dos nomes e obras a que é atribuído o mais alto valor. Esta observação mostra-se especialmente precisa para o século XIX, que tem a sua história e a sua classificação feitas pelos positivistas e pelos literatos e exige, portanto, a revisão que, de uma perspectiva nacionalista e autêntica, denunciará o escândalo da apreciação imperante de uma época em que os mais altos valores não são, decerto, os que favoreçam ou não contradigam a estreiteza rígida dos positivistas e a ambiguidade fácil dos literatos.

Compreendemos que não convenha aos materialistas dialécticos de hoje a referência aos pensadores portugueses contemporâneos de Marx. Já não compreendemos, porém, que os nacionalistas de hoje não imponham a atenção a um período cultural em que as doutrinas marxistas foram abundantemente discutidas e refutadas. O esquecimento propositado dos primeiros, é erro ingénuo dos segundos. E quando aqueles, numa falsificação conveniente, recorrem aos últimos produtos do marxismo francês, estes vão buscar argumentos ao, também francês, anti-marxismo.

II

É uma afirmada influência na literatura que o «novo humanismo» considera como o melhor resultado da sua propaganda. Produto de tal influência teria sido o chamado «neo-realismo», corrente literária simétrica do «realismo», como o «neo-positivismo» assim também se situa perante o «positivismo».

Que haja, em filosofia, uma distinção possível entre o positivismo e o neo-

-positivismo, não transita, por isso, tal distinção para, em literatura, o realismo e o neo-realismo. Se, como mostraremos, para afirmarem a originalidade da introdução em Portugal do materialismo histórico, os «novos humanistas» sabem conveniente não a relacionar com as suas formas anteriores, já, para a originalidade do neo-realismo, a sabem fazer depender da situação temporal imediata, que era o anterior movimento da «Presença».

Efectivamente, os «presencistas», à míngua de um pensamento construtivo, dissolvem-se em polémicas estéreis porque negativas; como não tinham formulado uma doutrina e, consequentemente, não haviam suscitado continuadores e epígonos, passaram a opor-se a todos os escritores novos, viessem eles donde viessem, numa total incompreensão do fenómeno juvenil. Por isso podem hoje afirmar os neo-realistas, aliás como todos os que vieram após a «Presença», que «abriram o caminho para a literatura nova» (4).

Esta questão é meramente literária e, portanto, de diminuto relevo na nossa perspectiva. De facto, a «Presença» nunca teve significação filosófica, pois a colaboração de Delfim Santos, de José Marinho ou de Martins de Carvalho não lhe pode conceder essa significação por, além de esporádica, se não integrar dentro dos interesses de um grupo constituído apenas por poetas e romancistas, ao qual, por isso, é fácil acusar, como procedem os marxistas, de laborar em arte pura.

Apenas observamos que tal «arte pura» é censurável, não por suas consequências supostas não sociais, mas antes pela ausência de fundamentos filosóficos como o seria, por exemplo, a teoria do belo.

Advogado pelo Dr. António Ramos de Almeida nos «Cadernos Azuis», o neo-realismo não conseguiu, até hoje, mais do que medíocres produtos poemáticos e novelescos, sem pensamento e sem gramática, que, por esses defeitos, se distinguem das obras da literatura realista do século passado. Aliás, basta compará-las para as ver idênticas na intenção, que não na expressão, as doutrinas do realismo e do neo-realismo. E tem interesse verificar, àqueles que não vão atrás do primeiro rótulo que encontrem, como os melhores textos dos chamados «realistas» não demoram a denunciar uma índole muito diversa da rotulada e doutrinada literatamente, quando submetidos a uma análise filológica como aquela a que procede o Prof. Costa Marques sobre textos de Fialho de Almeida e de Eça de Queiroz, no livro «Problemas de análise literária».

Não podemos, portanto, deixar de manifestar o espanto que nos provoca a *mistificação* ou, correctamente, a *sofismação* de um grupo político quando nos diz: «Esta é talvez a maior influência que a geração de 39 exerceu: ter lançado a semente ideológica, e criado as condições de ambiente indispensáveis a uma séria renovação da nossa literatura» (5).

III

Em «Por um novo humanismo», encontram-se abundantes referências aos estudos históricos; neste domínio da cultura, a originalidade da estudada geração ter-se-ia manifestado num sentido coerente com a restante doutrina que adopta. Sendo o «novo humanismo» a reposição do velho materialismo dialéctico, sua teoria da história deverá ser o materialismo histórico.

À cultura nacional tem faltado, e ainda falta, uma teoria portuguesa da história que permita decifrar o especial segredo que sempre permanece na existência autárquica de um povo.

O século XIX é o século da história, e logo no início, é assinalado, em Portugal, pela polémica travada entre Herculano e os tradicionalistas. Depois, a obsessão historicista procura aplicar à enigmática existência do nosso povo as teorias que, sucessivamente, iam sendo, no estrangeiro, quer deduzidas da história de povos mais ou menos afins do nosso, quer extraídas de uma doutrina sociológica. Entre estas últimas, conta-se a do materialismo histórico.

Por esta teoria houve, entre nós, especial interesse, motivado, não pelo valor intrínseco dela, mas porque, em argumento contra a sua universalidade, foram os seus opositores, tendo à frente o escritor francês Benoit Mâlon, buscar, precisamente, o exemplo de Portugal. Neste exemplo, o materialismo histórico era incompatível com os característicos eventos da nossa história.

Para a propaganda do materialismo histórico junto de outras culturas, poder-se-ia ver, no exemplo português, apenas um argumento contrário, que outros, favoráveis, viriam equilibrar. Mas, na nossa cultura, tal argumento seria, e foi, decisivo. Ao entrar em Portugal, o materialismo histórico trazia apensa a crítica antecipada que o invalidaria.

Houve, decerto, hoje ignorados comentários e exposições da concepção marxista da história, e, entre eles, devemos distinguir as páginas dispersas de Sampaio Bruno, cujo talento filosofal procurou formular, em «O Encoberto», uma teoria romântica que decifrasse o segredo da «existência deste povo português» que «tal como ele tem sido, sempre até agora, constitui um problema científico cujo tentador mistério ainda não foi convenientemente aprofundado» (6). Tentador mistério era esse que, em mais acentuada e demonstrada impossibilidade do que as restantes teorias (a tradicional; a de Herculano, desmitificante; a de Oliveira Martins, voluntarista), o materialismo histórico não aprofundava.

Após este, antecipadamente, global fracasso de introdução em Portugal, o materialismo histórico reaparece entre nós trazido pelo crítico António Sérgio, — quatro anos depois da implantação da República e vinte e três anos antes da aparição do «novo humanismo» —, em forma de polémica travada com o poeta Teixeira de Pascoais que então exercia uma das mais belas missões de renascença nacionalista que a nossa cultura conta. A concepção da história de Pascoais filiava-se na obra de Bruno e contra ela António Sérgio opôs um critério de determinantes descoloridos e secos que veio a desenvolver na sua interpretação económica dos descobrimentos.

Hàbilmente, aproveitando a lição do anterior fracasso do materialismo histórico, António Sérgio precedeu à imposição deste por ínvio caminho. Uma vez demonstrada, em Portugal e no estrangeiro, a incompatibilidade do destino da nossa história com a tese marxista, o moralista António Sérgio começou pelo trabalho de afeiçoar os acontecimentos à veste que, queria, lhes servisse.

As descobertas, além de marcarem o cume da evolução histórica, eram tomadas como a chave do segredo dessa evolução. Por aí, António Sérgio começou a sua obra e, invertendo a ordem, colocou no princípio o que estava no fim, dando como factor a consequência económica das descobertas.

Esta viciação foi exposta pelo Prof. Mário de Albuquerque no seu admirável livro «O significado das navegações»; sobre este livro caiu a campanha segura e hipócrita do silêncio, e a viciação da nossa história continuou e continua, através das obras de escritores prosseguintes, como Magalhães Godinho.

Era neste ponto que se encontrava, em 1937, a idosa aventura do materialismo histórico em Portugal; de então para cá, nenhuma tese nova estabeleceu nem fortificou a posição conquistada. A originalidade, neste aspecto, do novo humanismo, não passa, pois, de uma *sofismação* da actualidade cultural.

IV

Em filosofia, o «novo humanismo» se considera, não só a doutrina própria do nosso tempo, mas ainda a doutrina que, no pensamento português, representaria a posição mais avançada.

Quanto à primeira consideração, sua global falsidade é evidente quando, — após o «novo humanismo» se nos mostrar como a reposição, em outras palavras, do materialismo dialéctico dos longínquos tempos de Marx —, nós verificamos ter ele sido refutado na época propícia e não contar, hoje, com qualquer lugar dianteiro no pensamento europeu, embora tenha milhões de sequazes inconscientes.

Com efeito, as principais correntes filosóficas deste século, sejam o neo-tomismo, o neo-positivismo, a axiologia ou o existencialismo, desdenham desse pretenso sistema filosófico que só satisfaz a, e é amparado por políticos de irresponsabilidade intelectual e sedentos de domínio.

Bem poderão os «novos humanistas» apelar para obras momentâneas como o foram, em celebridade e em valor, as de um Friedman ou de um Léfèbvre, depressa esquecidas na tumultuosa política do nosso tempo; bem poderão para eles apelar que, ao marxismo, vê-mo-lo cair sob os golpes dos agrupamentos existencialistas nos países onde a tradição escolástica não fora bastante para refutar uma posição de pensamento de grau e hierarquia inferiores a Platão e a Aristóteles. Bem poderão os «novos humanistas» interrogar: «porque se não há-de mostrar e remostrar, ensinar, divulgar e repetir que as conclusões actuais das ciências do homem e da natureza constrangem inelutàvelmente a aceitar o materialismo dialéctico?» (7), bem poderão assim interrogar com tal abundância de verbos, que a pergunta não passará de uma grosseira sofismação, fàcilmente desmentida pela ausência de representantes do moderno pensamento antropológico e natural entre os epígonos de Marx.

Uma das colecções que na moderna mentalidade portuguesa mais influência exerceu — tal que encontrou entre nós um reflexo imitativo na colecção «Studium», de Coimbra — sendo, precisamente, uma colecção de obras do nosso tempo, a «Biblioteca de Ideas del Siglo XX», da editorial espanhola «Espasa Calpe», não inclui quaisquer textos de Marx, Engels ou sequazes que eram publicados nas bibliotecas de ideias do século XIX. Os autores escolhidos por Ortega y Gassett foram: Spengler, Uxküll, Rickert, Born, Bonola, Wölfflin, Hertwig, Adler e Hellpach (8).

E se nenhum destes conceituados autores aceitou o materialismo dialéctico, que todos ***eram inelutàvelmente constrangidos a aceitar***, também o ultrapassado «novo humanismo» representa, em Portugal, não a posição mais avançada, mas, antes, uma posição retrógrada e estranha.

Expondo a questão com clareza, a verdade ressalta do significado das datas. O momento culminante do novo humanismo é afirmado estar entre o termo da guerra de Espanha e o início da 2.ª guerra mundial; sendo a sua doutrina de essência política e de ausência filosófica, — pelo que, em referência à filosofia, só pode adoptar uma atitude negativa —, o materialismo dia-

léctico tornava dependente do destino político a razão que lhe assistiria.

Foi-lhe contrário o destino. E, com efeito, o pensamento nacional manifestou-se com permitida liberdade.

Assim, falecendo, por volta de 1937, as mais representativas personalidades da filosofia portuguesa do nosso século — em 1935, faleceu Fernando Pessoa; em 1936, faleceu Leonardo Coimbra —, os caminhos da cultura portuguesa, durante os últimos dez anos, foram inteiramente diversos dos que eram previstos com esperança e ainda são afirmados com comicidade pela propaganda marxista. Efectivamente, como sempre em tais casos acontece, foi consequência da morte de Leonardo Coimbra e Fernando Pessoa a revisão das suas obras, e disso resultou o haver-se formulado a problematização da filosofia portuguesa.

Um artigo «novo humanista» dedicado ao pensamento de Leonardo Coimbra, depois de acusar, nos discípulos do filósofo, para além dos quais «estão os jovens que se consagram a estudos filosóficos» (9), a incapacidade de compreenderem a obra do mestre, termina por nos asseverar que «o pensamento filosófico de Leonardo Coimbra encontrará na jovem geração o crítico capaz de o integrar na história da nossa ideologia» (10).

Ora a nossa ideologia, ora a filosofia portuguesa foi exactamente afirmada, depois de ter sido problematizada, por esses mesmos discípulos de Leonardo Coimbra. Como, pois, podem vir esses que são «como se diz, e em parte é verdade, tributários da cultura francesa» (11) dar-nos a palavra luminosa sobre a obra de um filósofo que é, na expressão e no pensamento, genuìnamente português?

A questão, porém, não se limita ao estudo e interpretação da obra do eloquente filósofo, nem, a esse estudo e interpretação, se reduz a actividade filosofante de seus discípulos. No mesmo passo em que se estuda e interpreta, vai-se desenhando a figura total, complementariza-se a obra de Leonardo Coimbra. Com a de Fernando Pessoa, por um lado; com a de Sampaio Bruno, por outro lado; com o pensamento que subjaz, dela se deduz e extrai, na obra poética e discursiva de Teixeira de Pascoais; e se só nos referimos a estes três escritores, é por só querermos falar nos três mais belos estádios da alma portuguesa no ciclo decorrente. Assim se complementarizando o pensamento de Leonardo Coimbra, vem resultando a imagem já esboçada da filosofia portuguesa.

Ao percorrermos o decurso dos últimos dez anos, o que se nos depara de original não são as, há muito ultrapassadas, atitudes de defesa e propaganda de um redenominado materialismo dialéctico; nem os últimos resultados de uma obra, iniciada em 1914, de interpretação descaracterizante da nossa história; nem as relíquias de um positivismo, ou «racionalismo idealista», que, neste decurso, começou a sofrer os golpes imparáveis de uma crítica justa; nem a importação, mais ou menos literata, da última palavra de além-Pirinéus. O que se nos depara de original e, por original, de autêntico, é a afirmação, feita através de uma campanha em que os argumentos contrapostos se desfazem por sua mesma debilidade, daquela característica filosofia que, subjacente em uma já caracterizada poesia, em uma já caracterizada literatura, em uma já caracterizada sucessão de eventos, solicita, necessàriamente, sua definida expressão. O génio português, manifesto em poesia, há-de, forçosamente, também o estar em filosofia, e, se naquela foi já definido, também nesta terá que o ser.

É com dois adjectivos que a probi-

dade científica dos «novos humanistas» caracteriza o pensamento nacional; assim: «mesquinha e retrógrada filosofia portuguesa» (12). Contudo, o órgão de propaganda do marxismo, a revista «Vértice», abriu um inquérito acerca do problema, inquérito a que não foi convidado a depor nenhum filósofo e que, decerto por impossibilidade de satisfazer a intenção com que foi iniciado, se encerrou após o segundo depoimento.

A convicção da necessária existência de uma filosofia genuína do nosso povo já ultrapassou o estádio em que era discutida a problematização das filosofias nacionais. Ultrapassou esse estádio em termos próprios à nossa cultura. Mas assim o não tivesse, embora, ultrapassado, que aqueles, sejam os novos humanistas, que «como se diz, e em parte é verdade, são tributários da cultura francesa», não teriam dúvidas quanto à autonomia das filosofias nacionais que a França foi a primeira a afirmar.

Nada, pois, o novo humanismo, também em filosofia, trouxe de original para a cultura portuguesa dos últimos dez anos. Contudo, em sua obscuridade de doutrina ultrapassada, terá o materialismo dialéctico de algum modo, negativo ou afirmativo, contribuído para o esclarecimento ou para o obscurantismo da mentalidade portuguesa no último decénio?

É forçosa a resposta negativa.

Em primeiro lugar, o materialismo dialéctico não produziu qualquer obra de valor intelectual, pelo que confessa ter sido na literatura, onde a gratuidade do gosto e do desgosto permite as mais arbitrárias, portanto falsas, conclusões, que exerceu maior influência.

Depois, as causas que defendeu foram causas perdidas. Opôs-se, num modelo de incompreensão, de mediocridade e de advocacia, ao pensamento de Unamuno; porém, o existencialismo encontra cada vez mais adeptos nos nossos meios cultos. Opôs-se ao positivismo, de cujo patrono, Augusto Comte, é a sentença célebre de que «o materialismo explica o superior pelo inferior». Porém, a revista «Seara Nova», que reafirmou o seu positivismo ao defender, há poucos anos, o «círculo de Viena», veio manifestar a sua discordância perante o materialismo dialéctico pela pena de Joel Serrão.

A defesa de posições opostas às das gerações antecedentes não prova que elas sejam novas; pelo contrário, elas correspondem a estádios de pensamento já ultrapassados no século XIX mas que agora reaparecem com palavras diferentes. De modo que, ao afirmarem a originalidade das doutrinas que adoptam, os «novos humanistas» não fazem mais do que esconder a estéril repetição em que se exprimem as suas intrínsecas mediocridade e impotência.

V

Concluindo, há-de o leitor connosco pensar que a pretensão de formular um novo humanismo, seja ou não seja ela autêntica, sincera e radical, de qualquer modo é pretensão de encontrar uma doutrina que decifre o enigma da situação do homem e, portanto, que formule as relações do homem e de Deus.

Assim sendo, connosco há-de o leitor observar que, afinal, a geração estudada é directamente impelida, em sua acção e reacção, pela obra vasta do poeta José Régio que, como o mostram seus livros, não só nos títulos — «Mas Deus é Grande», «As Encruzilhadas de Deus», etc. — mas substancialmente, exprime a ansiedade e a esperança do homem perante a divindade.

Finalmente, há-de o leitor connosco

concordar em que seria benvindo um humanismo novo, um humanismo que, reconhecendo o pensamento ateísta, indagasse e definisse uma nova e original filosofia redentora.

Mas, ao vir reafirmar uma doutrina que se esboçou no signo do ateísmo e se quedou numa imagem do passado, o apelidado «novo humanismo» mostra bem a mediocridade dos seus adeptos.

O R L A N D O   V I T O R I N O

N O T A S :

(1) Rodrigo Soares. «Por um novo humanismo». Livraria Portugália. Porto. 1947.

(2) Silva Mendes. «O socialismo libertário ou anarquismo», pág. 343.

(3) Idem, idem, pág. 169.

(4) Rodrigo Soares, obra citada, pág. XIII.

(5) Idem, idem, pág. XIII.

(6) Sampaio Bruno. «Os Modernos Publicistas Portugueses», pág. 151.

(7) Rodrigo Soares, obra citada, págs. 32 e 33.

(8) Basta, de facto, lançar os olhos sobre os livros escolhidos pela «Biblioteca de Ideas del Siglo XX», em que foram reunidos os escritores mais representativos do pensamento coetâneo, para verificar que os temas preferidos e os estádios alcançados deixaram muito para trás os temas simplistas e erróneos do materialismo dialéctico. Efectivamente, na lista dos autores da «Biblioteca de Ideas del Siglo XX», podemos, pelo menos, encontrar as três seguintes linhas gerais:

a) Desaparecimento da hegemonia das ciências físico-matemáticas sobre a filosofia, decadência do mecanismo, (Born, Bonola).

b) Predomínio da biologia no conhecimento do homem, dos povos e da história (Uxhull, Hertwig, Adler, Spengler).

c) Oposição entre as ciências da natureza e as ciências do espírito (Rickert).

(9) Rodrigo Soares, obra citada, pág. 120.

(10) Idem, idem, pág. 120.

(11) Idem, idem, pág. 36.

(12) Idem, idem, pág. 118.

V Á R I A

O «pobre homem» Gomes Leal

Não sei como se criou a superstição duma fatalidade, inerente a certas profissões.

Está neste caso a balda de se ser poeta. Creio que poucas famílias, pelo menos das que, nesta pulverização de todos os redutos morais, que marca os dias de hoje, — vivem ainda os *modos* convencionadamente bíblicos do *outro tempo*, — poucas famílias, sim, podem esquivar-se à apreensão de terem entre *os seus*, algum, com a mania dos versos.

Esse, é logo reprovado, posto no *syllabus* dos desdéns gerais, e de tal modo, que até o gato doméstico, quando ele passa perto do desenho airoso do seu *far niente*, logo lhe assopra, como que a significar que pressentiu inimigo...

Não me parece, no entanto, que essas famílias tenham razão no que apreendem.

A má sorte nada tem que ver com este, ou aquele género de actividade, seja social, evidente, catalogada: a dos engenheiros e caixeiros de praça, por exemplo; seja interior, nervosa, ideativa: a dos que compõem odes e sonetos... nada tem que ver, nem isso lhe importa. Para ela não contam designações civis. O que lhe interessa é o particularíssimo «caso» pessoal, o «indivíduo em si», como é curial dizer-se, com o seu feitio diverso de nariz, seu gosto pelas calças cor de flor de alecrim, ou pela discreta, pela aprimoradora andaina preta; seus pânicos e manias, suas exultações e impossibilidades; *ele*, enfim, determinado, no que delibera, e no que não faz, pelo facto de ter *saído* loiro, ou moreno, em obediência a uma corriqueira causal de pigmento.

Cada um de nós, pois, (e porque nos *calhou ser assim*) é que é desgraçado, ou venturoso, independentemente da contribuição, que os seus actos possam trazer, para que se verifique o primeiro, ou o segundo signo...

Gomes Leal, como no soneto de Antero, temos de afirmar que «para tristezas, para a dor» nascera...

As luvas claras, retinintes de petulância; a sumptuosa flor, sempre a escabeleirar-se-lhe na botoeira; aquele jeito de cabeça, em deliciosíssimo desafio às cosmogónicas conjuras, e em que a iluminação dos olhos *dizia* o hábito constante de combinar quimeras com substâncias puras de sonhos e esquírolas de imprevidências; os punhos de goma espelhando luzidios janotas; a bengala impertérrita, que traçava no ar toda a sorte de parábolas de vitoriosa plenitude, e até as fulgurações do génio poético, — nada, nada disso o conseguiria salvar da derrota misérrima dos seus últimos tempos; do sujo, do quase ignominioso inextricável, a que lhe resvalou a vida, nos crepúsculos derradeiros do seu estro, acamaradando, fulminado de inconsciência, com quem quer que estivesse, em salitrosos malcozinhados, o caso era saldarem-lhe o custo da bebida...

Foi, na verdade, o *vate*, estigmatizador de desmandos e protérvias, e encontrando, para o azorrague de suas cóleras de patriota a sério, fios do melhor aço, temperado na chama, que alumiou os sarcasmos de Juvenal.

Ritmos de tumulto, todos sacudidos de esbeltos frenesis, e escórias da vulgaridade mais aflitiva; instantes emotivos alcandorando-se aos cimos de oiro, do sublime, de mistura com pobres imagens de rimador canhestro; soluços de arcanjo banido, a sucederem-se a um estralejar de pragas..., — destes elementos eram compostos os seus versos, na contextura de cuja ilógica, de cuja absurda heterogeneidade, não há critério de justa medida, que não embote, desorientado, encegueirado por esse caos de relâmpagos e cisco, de sumptuosidades e maravalhas, por essa núpcia bárbara do tudo e do nada...

Um tal *dualismo* pode-se dizer que foi a marca de sempre, de toda a sua existência.

Investiu contra os sátrapas, inchados de mando; perseguiu com seus doestos cruentos os poderosos da terra. Temiam-no. Era o rebelde, o inconformista, embrulhando-se, estranhamente, num mantéu carmesim e oiro, de mefistófeles; e, como o Tasso, (consoante a expressão de já não me lembra que troveiro ingénuo), «ergueu», também, «os olhos a um trono», sentiu nos nervos todos, possessiva, confiscadora, a sedução duma rainha, altívola e impossível, no seu especioso encantamento de ruiva.

Blasfemo e estridulamente racionalista, pespegou rabo-levas em tudo o que repre-

sentava para ele preconceitos divinos, exteriorizações de credos, e havia de acabar balbuciando as alvoroçadas orações dos que, triturados, embora, num gral de desditas, esperam ainda que mais os *experimente* Deus, para melhor o merecerem.

Os que puderam ver o autor das *Claridades do Sul*, a poucos anos do seu fim, notavam-lhe o ridículo chapèuzinho de palha, crestado de sóis, com o rebordo empenado das chuvas; sorriam da obsoleta sobrecasaca no fio, e onde *teimava*, apesar do desconcerto do resto, qualquer franzino donaire de flor; compadeciam-se, talvez, daquela enxovalhada ruína de *dandy*, daquela carcassa irrisória, aos tropeços, mal segura numas «gâmbias» de aranhiço valetudinário e grotesco.

Ah, tinha, de facto, de ser assim...

De resto, já Fernando Pessoa o disse, ao escrever sobre ele o admirável soneto:

Sagra, sinistro, a alguns o astro baço.
Seus três anéis irreversíveis são
A desgraça, a tristeza, a solidão.
Oito luas fatais fitam no espaço.

Este poeta, Apolo em seu regaço
A Saturno entregou. A plúmbea mão
Lhe ergueu ao alto o aflito coração,
E, erguido, o apertou, sangrando lasso.

Inúteis oito luas da loucura
Quando a cintura tríplice denota
Solidão e desgraça e amargura!

Mas da noite sem fim um rastro brota,
Vestígios de maligna formosura:
É a lua além de Deus, álgida e ignota.

Solidão e desgraça e amargura! Desgraça, senhores!, que ainda para além da morte, havia de persegui-lo, com o entremez comemorativo (senhoras espasmando versos e melharucos retóricos, em roupas de *soirée* sentenciando) do seu centenário de nascimento...

CARLOS PARREIRA

Edmundo Correia Lopes, cientista e escoteiro

Sempre de caminhar desengonçado e à pressa, como se lhe estivesse por um fio a tolerância de «ponto» ou correra, já atrasado, a qualquer encontro de negócio, a hora certa, — este homem que o vulgo continuará a ignorar, só pela sua singularidade de passante, dava nas vistas varando as ruas da Baixa. Se calhava, — e o jeito era-lhe frequente, — olhar por cima das lentes, esses olhos de exacerbada miopia, dum desbotado azul, davam-nos a impressão de irromperem em espanto, da adormecida profundidade do *subjectus*. Conheci-o assim em 1944, de modos agrestes, intempestivo, manifestamente à margem de pragmáticas e disciplinas. Nada de estranho, pois, que resultassem desagradáveis suas primeiras aproximações. Esse feitio pessoal não podia senão desmerecê-lo para toda a sorte de sociabilidade, ainda a mais ligeira e solta, qual a da frequentação de cafés-cenáculos e das portas das livrarias, que dão ares. Vindo à rua, seu rumo diário repartia-se pelo Tombo e a Biblioteca Nacional, em pesquisas e decifrações eruditas, e pelos amigos que muitas vezes achava na ocupação de seus ofícios. Esta circunstância importava-lhe mediocremente. Instalava-se num *maple*, dizia... Compreendia o trabalho como uma das impiedades do destino. Entretanto, por sua parte, sem relutar, afizera-lhe os ombros, e, assim, até o último dia viveu numa exemplar dignidade de proletário. Parecia marchar sobre um caos... Estava na lógica da sua intratabilidade que viessem a contar-se pelos dedos os seus amigos. Passou, por isso, quase a vida inteira só, à maneira epictética: a solitude no meio da Roma, dos parentes, dos vizinhos, duma multidão de escravos... Desdenhava-se. Ninguém acreditou menos nele do que ele próprio. Veio naturalmente a desdenhar também a crítica... Que tinha a crítica que ver com ele? E que importava ele aos mais? Não denegria ninguém... Quanto às glórias, que elas continuassem a rutilar no seu sistema solar... Nada interessavam esses sóis, ao seu niilismo... Não era, entanto, nunca foi um irreverente. Jamais tentou medir a altura desses astros... Ele passava... Verdadeiramente, era uma sombra que passava, seguindo seu inverosímil destino...

Licenciara-se já em Letras e havia publicado o *Cancioneirinho de Fozcoa*, primícia de suas predilecções folclóricas, quando em 1927 embarcou para o Brasil. Provàvelmente, não saberia bem ao que ia. De resto, o Brasil entoou sempre a nós, portugueses, o canto da sereia. Levava, cheirosa a fresco, a paixão pelo nosso folclore. A eminente romanista Carolina Michaëlis atentara no escolar e, na sua autoridade, dispensou-lhe os benefícios da sua simpatia e do seu louvor. No Rio, essa predileção da sua mentalidade exuberou-se em conferências e escri-

tos. Não pára, porém, na Capital Federal, que (preocupado já nessa altura pelas questões do afro-brasilismo) lhe deve ter parecido por demais cosmópolis. E, assim certo dia, tomando um dos comboios da Central, vencida a muralha planáltica, descia em pleno lar bandeirante e jesuíta, de São Paulo. Ainda aí não se fixará, posto que venha a demorar. Como na Guanabara, na capital paulista recorrera ao piano para se sustentar, dando recitais. Não reservou o teclado ùnicamente a interpretações bethovenianas ou a *lieder* de Schubert. Sobre o marfim das teclas passaram canções e bailos do nosso folclore. Novas andanças, volvidos dois anos. Estabelece-se, então, em Vitória, onde põe um colégio e tenta um periódico. Falho porém do jeito indispensável para administrar, uma e outra empresa falharam-lhe por completo, e em 1931 um barco de cabotagem levava-o à Baía. Professa o latim, dá lições de piano, volta aos seus recitais. Ia-lhe já crescido o cabedal de conhecimento etno e folclórico afro-brasílico. Compara aquisições. Na Baía leva mãe Andreza, em mais de um escrito aparecida, a desfiar «coisas» de maravilhoso no seu terreiro. Colige apontamentos musicados. Transplanta letra de tocadas negras à claridade da nossa fonética. Apesar desta laboriosa cata em que se absorve, feliz, e da sugestão dos cenários de São Salvador, remanescentes da era colonial, que a propiciam, não logra fixar-se, ainda dessa vez, de vez. Sucessivamente, armou tenda em Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Pará, Ceará e em Manaus. Alcançava terras amazónicas. Seu piano acordava na modorra de seus sertões, cidadezinhas e vilas caboclas, sùbitamente animando-as duma nota sensacional e de gosto. Por seu lado, franqueavam-lhe elas os sésamos do seu maravilhoso. Suas batidas folclóricas terminariam no sul e, em 1937, mais pobre, abastado ùnicamente de materiais de estudo, fazia-se de volta à pátria.

No ponto de vista livresco foi-lhe 1944 um ano particularmente activo. No Porto, Figueirinhas editava-lhe *Brasil — terra e gente*, apresentado a leitores portugueses por Nuno Simões, num prefácio, bela acção literária e de amizade, a explicar o autor ignoto e a alta finalidade política da obra. Publicava-lhe a Agência Geral das Colónias, também, o magnífico ensaio de estatística histórica, *Escravatura*, que qualquer estudioso sério do assunto, jamais poderá dispensar-se de incluir numa bibliografia atinente. Principiava a apetecer-lhe ir à África. A África, complemento de suas especulações afro-brasílicas. Como suspeitávamos, alguns, de seu vigor físico, desairado rispostava, uma vez, em epístola das Pedras Salgadas: «A incredulidade que você manifesta a respeito da minha viagem, partilhada por esses ociosos que frequentam o seu gabinete, embora seja a brincar, revela da parte de todos um desconhecimento lamentável da minha resistência, tanto mais que, se bem me lembro, falei-lhes duma descansada passeata, sem lance algum de relevo». Lances dessa natureza esperavam-no nas duas missões etnográficas a terras do Barroso, que lhe cometera António Ferro, Secretário Nacional da Informação. Contando-me, depois, dos resultados da primeira delas, escrevia: «Etnogràficamente a viagem foi bastante vazia. Apenas recolhi duas canções que valem não só a viagem mas a volta ao mundo, a pé». Algumas vezes o ouviríamos entoar essas serranilhas, através de ingratidões da glote. Com a mesma cansada indumenta, que trazia, saindo à rua, passava ao Barroso — caso de descuidamento, ou de insuficiência de pecúnia... Por todo o equipamento, apenas umas brutas botas que não lhe faziam senão obstáculo à marcha, — às suas grandes e desoladas marchas de caminheiro solitário: «...para diante são os 30 quilómetros de Pitões ou os 40 de Tourem, provàvelmente a pé, descida pelo Gerez onde as sombras cavernosas dos despenhadeiros servem de relógio de sol aos pastores, até Venda Nova, o ponto da minha entrada há uma semana, em Barroso, para ir depois até o Vidago, a pé». Apoiava-se nessas lonjuras de marcha a um cajado que historiava assim: «saudosa recordação duma velha pastora com quem tive uma manhã etnográfica ao abrigo duma carvalha». Suas caminhadas escoteiras continuavam com peripécias, ora burlescas, ora tirando ao patético. Exemplo de patético: «Ante-ontem empreendi de Covas um trajecto de 15 quilómetros para Boticas, sem guia, perdendo-me várias vezes e sempre no pavor de caminhos incríveis. «Em Covas assentara também, noutro tempo, o santo arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires; os caminhos que assustavam o pioneiro de agora deveram de ser os mesmos que os do séquito do prelado bracarense, praticavam, o abismo a cada lado, «um tras outro e com assaz pavor e, como dizem, com o Credo na boca», no dito de Frei Luís de Sousa.

À conta da Fundação da Casa de Bragança empreendeu investigações arquivísticas em diversas partes do país. Nenhuma dessas andanças, porém, o desporfiava de ir à África. A Guiné obsediava-o. Aplicava-se, do mesmo passo, ao estudo de certa língua-chave, falada na região de Zanzibar — o

Ku-Sahali, «... *que estudio aún con pasion»*, escrevia ele, de bom humor, em castelhano. Não conseguiu que na Escola Superior Colonial erigissem cadeira ao efeito que ele professasse. Só mais ao diante lhe aproveitaria o mérito e a obstinação, o governador da colónia da Guiné, comandante Sarmento Rodrigues, confiando-lhe uma missão de estudo aos falares guineenses. O destino aziago não permitiu, afinal, que nem um nem outro vissem bem sucedido o comum empenho. Efectivamente, em Butaque, povoação que, segundo o *Anuário da Guiné*, apenas conta três vizinhos europeus, decorrendo o dia 7 de Junho, o cientista, por virtude dum colapso cardíaco terminava seu fado. Longe, ficava o governador que o compreendeu e foi o seu derradeiro amigo. Cerraram-se-lhe, assim, seus olhos entre bárbaros, que por ventura o chegaram a estimar. Um séquito de infiéis, levou depois sua pobre carcassa a enterrar fundo — bem fundo, por causa da hiena. Imagino um rápido fim de tarde. E uivos vindos do mato próximo... E, tombada a noite, estrelas aparecendo como a velarem a primeira noite dele, na cova... A alma — essa partira à nova aventura do Sobrenatural... Deus condoer-se-á do recém-chegado da vida, até ao fim tristemente vivida...

AMADEU CUNHA

N. da R. — As duas cartas de Edmundo Correia Lopes, que neste número Atlântico *publica, tinham sido escritas para uma revista que não chegou a aparecer. Ainda depois de morto, Edmundo Correia Lopes oferece testemunhos inéditos do seu espírito singular.*

Saudação a Augusto Frederico Schmidt

(lida por José Osório de Oliveira ao microfone da Emissora Nacional)

Poeta:

Talvez você não possa estar a ouvir-me, por ir a caminho de algum lugar de peregrinação. Pouco importa que os seus ouvidos corporais não escutem as minhas palavras. A sua alma de poeta, de grande poeta de língua portuguesa, de poeta lusíada, captará a onda da fraternidade, da qual me sirvo para transmitir esta saudação. Somos muito diferentes, não por você ser gordo e eu magro; não por você, além de poeta, ser homem de negócios, e eu não passar de um homem de letras condenado à burocracia. Há quem lhe leve a mal a capacidade revelada na vida prática, que fez de você uma figura do mundo dos negócios, no seu país, como se houvesse alguma incompatibilidade entre a direcção de empresas industriais e a poesia. Já disse, uma vez, em São Paulo, e tenho repetido, sempre que aos paulistas me refiro, que o industrial é, essencialmente, um homem de imaginação, que não se conforma, como o agricultor, com os limites da realidade que se lhe oferece, para criar novas realidades. A essa capacidade de conceber prodígios e de realizar quimeras, no campo material, se deve o progresso de São Paulo. Basta lembrar o nome daquele nosso comum amigo: Roberto Simonsen — industrial e economista, homem de acção e de cultura, construtor e ideólogo, cuja morte recente não foi só uma perda para o Estado de São Paulo, como, também, para o mundo do espírito.

Não é, pois, o facto de você ser um homem prático que o diferencia de mim, mas, pelo contrário, a circunstância de você ser poeta até ao âmago, e eu não passar de um prosador, obrigado a discutir ideias, a analisar sentimentos e emoções, por não saber cantar. E estou cansado de analisar — tão cansado que, em vez de fazer a crítica da sua obra, prefiro dizer, simplesmente, que livros como «Canto da Noite», «Estrela Solitária» e «Mar Desconhecido» são autêntica, pura e grande Poesia, daquela que, desde já, se integra no comum património lírico de Portugal e do Brasil.

Que você é poeta, prova-o, ainda, o seu último livro: «O Galo Branco», — espécie de diário, livro da vida vivida, em que essa fatalidade da prosa, que é a objectividade, não impede que a Poesia se manifeste com a mesma insistência que faz dos seus livros de versos um cântico grave e profundo. Sei que você ama Charles Péguy, e só com ele, fora da nossa língua, o posso comparar, quer pelo processo estilístico da repetição, quer pelo espírito religioso — espírito que você aplica aos sentimentos e às ideias, mesmo que seja o sentimento de amor humano, por «Luciana», por «Josefina» ou por Yêda, mesmo que sejam as suas ideias sobre o Mundo. Estranhará a comparação com Péguy quem se lembrar do ascetismo heróico que foi a fórmula de vida do apóstolo francês do nosso tempo. Mas comparo obras; não comparo pessoas. Aliás, o que importa, neste momento em que você próprio reco-

nhece, na última página de «O Galo Branco», que a tristeza não basta, que é necessário o espírito trágico; o que exclusimente importa, nesta hora, é saber-se que, graças a você e a mais uns tantos, *a Poesia não está abandonada*. E isso é suficiente para que me sinta seu irmão e lhe envie, pelo ar, esta saudação fraterna, embora você realize aquilo que, em mim, é desejo impossível, aspiração nunca satisfeita e nostalgia incurável.

Sobre a morte de Óscar Lorenzo-Fernández

Quando acerca de um ano os meios musicais do Rio de Janeiro festejaram com brilho excepcional os cinquenta anos de Óscar Lorenzo-Fernández, estava-se longe de esperar que, passados poucos meses, viríamos lastimar a perda irreparável de tão grande artista. E estes meses que decorreram de Novembro de 1947 até agora, foram bem fecundos para o grande maestro e compositor, demonstrando a plena exuberância do seu talento, a pujança do seu poder criador e a perfeita compreensão dos seus compatriotas.

Óscar Lorenzo-Fernández faleceu na madrugada de 27 de Agosto, depois de mais uma tarde de glória. E nos mesmos jornais onde os críticos noticiavam o êxito grandioso do seu último concerto, a notícia enlutadora vinha alancear os corações que o estimavam e as almas que o sabiam sentir e interpretar. Nada fazia esperar um tão súbito desenlace, quando Lorenzo-Fernández recebia uma das mais calorosas apoteoses da sua vida, ao dirigir ele próprio, com um vigor insuspeito, com um entusiasmo invulgar, algumas das suas obras, que tiveram — a avaliar pelas críticas — uma execução inexcedível.

Morre Lorenzo-Fernández na hora em que, resolvidos vários problemas seus, se preparava para visitar Portugal, onde tanto queria vir dirigir obras suas e dos seus compatriotas. Forçado pela grave doença do seu grande amigo Heitor Villa-Lobos, escrevia-nos há poucas semanas: «só aguardo o restabelecimento do nosso querido Villa-Lobos, gravemente doente e que teve de ir aos Estados Unidos submeter-se a uma séria operação, para poder partir e realizar um dos mais queridos sonhos e... abraçar-te». Substituía Villa-Lobos na presidência da Academia Brasileira de Música e, principalmente, nesse magnífico estabelecimento de formação por ele fundado: o Conservatório Nacional do Canto Orfeónico. Não podia num tal momento abandonar o grande amigo — declarava-nos. Mas o destino fê-lo faltar ao generoso compromisso.

Com Óscar Lorenzo-Fernández perde o Brasil um dos seus maiores compositores contemporâneos, cuja obra perdurará a definir uma época de grande actividade artística e, sobretudo, de busca ansiosa de um sentido bem brasileiro na música do país irmão. De ascendência espanhola, torna-se interessante acentuar que Lorenzo-Fernández tinha o verdadeiro sentido da música do país em que nascera. Impregnara-se de estranha e característica brasilidade, que sabia transmitir nas suas páginas de sólida construção e elevada inspiração.

Óscar Lorenzo-Fernández, servindo-me de palavras de um exigente crítico brasileiro (Eurico Nogueira França, no «Correio da Manhã»), «exerceu verdadeiro apostolado da música brasileira, até o último instante, pode-se dizer, pois esse eminente compositor e mestre ilustre, poucas horas antes de morrer, regera um concerto de suas obras, na Escola Nacional de Música. Sua figura, a um tempo sólida, de grandes proporções e movida com elegância, desenhou-se anteontem, expressivamente, no estrado da regência. Era um homem moço e, dir-se-ia, na plenitude da vida».

Depois, o mesmo insuspeito crítico, de quem há tempo a Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores publicou um substancioso estudo sobre a grande figura do artista, refere-se à última conferência que, integrada na vitoriosa «Semana Folclórica», Lorenzo-Fernández pronunciara alguns dias antes, no Auditório da A. B. I., a ilustrar um concerto de música moderna com características folclóricas e que intitulara: «Flor amorosa de três raças tristes», inspirando-se no verso de Bilac.

Discorreu brilhantemente, o grande compositor e fundador do modelar Conservatório Brasileiro de Música, sobre a sua tese, largamente documentada de modo a provar que «pode-se afirmar, hoje em dia, que a contribuição lusitana foi a mais importante, pois das três civilizações, Índia, negra e portuguesa, esta última era a mais avançada, trazendo para o Brasil vários séculos de cultura europeia. Se o negro contribuiu com a riqueza do seu ritmo, coube ao luso o elemento expressivo, a linha melódica. As canções nostálgicas dos colonizadores e as suas danças de carácter dramático e pastoril, como os «reisados» e as «cheganças», constituíram preciosos elementos plásticos ao extremo, para a fusão com o elemento rítmico trazido pelo escravo africano. A música portuguesa,

em contacto com o novo ambiente, tornou-se ainda mais nostálgica. No entanto, o saudosismo tão característico na alma lusa, cor predominante na sua música, transfigurou-se e enriqueceu-se extraordinàriamente, caldeou-se com o primitivismo do índio e principalmente do negro».

O glorioso autor da ópera «Malazarte» e do poema ameríndio «Imbapara», era um dos grandes entusiastas do 1.º Congresso Luso-Brasileiro de Folclore, em cujos trabalhos o destino não permitiu que colaborasse com a sua vasta cultura, a sua inspiração rica e os seus profundos conhecimentos técnicos.

Não cabe nas linhas de simples e emocionante registo desta tão grande perda, um esboço biográfico da vida e obra de Óscar Lorenzo-Fernández, tão rica e tão bela, tão variada. Aqui fica apenas a nota ligeira de uma pungente saudade, que as palavras mal traduzem.

GASTÃO DE BETTENCOURT

O que nós, portugueses, devemos a Gilberto Freyre

Passou em Lisboa aquele que consideramos o mais autorizado esclarecedor da contribuição portuguesa para a formação do Brasil, isto é: para a formação, nos Trópicos, de uma nação de origem, de índole e de inspiração lusitana — o mais importante elemento, pela extensão geográfica, pelo potencial económico e pelas perspectivas de futuro, de uma virtual comunidade de nações a que se poderá, desde já, dar o nome de Mundo Lusíada. Chama-se esse homem: Gilberto Freyre, e o seu título é o de mestre de antropologia cultural. Nessa qualidade, renovou a história social do Brasil com novos métodos e, sobretudo, com uma visão original dos problemas da miscegenação de culturas. A sua já vasta obra é fundamental para o conhecimento, não só do Brasil como da acção portuguesa no Mundo. Pois esse homem passou no aeroporto da Portela de Sacavém — entroncamento das linhas aéreas mundiais — sem que os portugueses conscientes da sua importância dessem por isso.

Mas saberão bem, todos esses portugueses, por melhor que conheçam a obra do escritor e do sociólogo, quanto lhe devem como portugueses? Mesmo que conheçam o seu livro «O mundo que o Português criou», não saberão a extensão da nossa dívida para com esse homem, se não tiverem lido o seu discurso na Assembleia Constituinte, durante a discussão da nova constituição do Brasil. Penso que nunca, pelo local, pelo momento e pelas circunstâncias em que foram proferidas, se disseram sobre o valor do emigrante português, ou seja : do nosso povo, palavras tão eloquentes, não pela retórica, mas pela exactidão dos factos e pela justeza das ideias. São essas palavras que queremos tornar mais conhecidas, num eco longínquo mas ainda sonoro, mas sempre audível, da memorável sessão parlamentar em que o Deputado Federal Gilberto Freyre manteve na tribuna o que escrevera nos livros — sempre igual a si mesmo.

J. O. DE O.

Creio que o que a Constituição pode consagrar, na parte referente à imigração ou à naturalização, é a situação especial do português no Brasil. Como já salientou em lúcido discurso nesta Assembleia o ilustre deputado por São Paulo, Sr. Aureliano Leite, para os brasileiros, os portugueses não são estrangeiros: são portugueses. Esta é a realidade sociológica que cabe à Constituição consagrar e confirmar no interesse do desenvolvimento das relações entre o Brasil, Portugal e as comunidades neoportuguesas da África, da Ásia e das Ilhas: comunidades que cada dia constituem um bloco transnacional mais forte de cultura e de população, orientadas por tradições e destinos comuns e servidas pela mesma língua também transnacional ou sobrenacional, e por isto mesmo nem nacionalmente portuguesa nem nacionalmente brasileira mas sobrenacionalmente portuguesa.

O Brasil deve preparar-se para receber, em número considerável, nos próximos anos, imigrantes de várias procedências, sem que o lastro de cultura tradicional e comum, que é a de origem predominantemente lusitana sofra depressão excessiva ou perigosa. Ao contrário: no interesse da nacionalização e da cultura brasileira, é que tudo deve ser feito para que esse lastro se avigore, através da maior aproximação do nosso povo com o português e do reconhecimento da situação especial do português em nosso meio.

Daí o aplauso que trago à emenda oferecida pelo nobre deputado Aureliano Leite, no sentido de ser reconhecida pela Constituição essa situação especial do lusitano no Brasil, tornando-se assim possível à lei ordinária dar a essa situação especial a extensão ou a amplitude que as circunstâncias forem exigindo ou indicando. Extensão ou amplitude de que a fase próxima talvez venha a ser considerarmos os cidadãos portugueses que vierem residir no Brasil, enquanto aqui

permanecerem, cidadãos brasileiros com idênticos direitos dos naturalizados.

A compreensão mútua aumenta entre brasileiros e portugueses da metrópole e das colónias, tornando-se fácil a reciprocidade necessária, através de compensações justas, para as medidas de interesse transnacional ou sobrenacional que forem sendo tomadas nesta ou naquela parte da comunidade de língua portuguesa e que visem a unidade, sem sacrifício da diversidade do mesmo grupo de nações. Facilitada aos portugueses a condição de brasileiros, dessa facilidade resultará maior participação do elemento português em nossas actividades, inclusive na nossa lavoura ou agricultura, nas áreas tropicais em que desde já for possível irmos criando uma democracia rural que corresponda não só às melhores tradições do lavrador lusitano como às necessidades imediatas de um Brasil já retardado em suas áreas mais antigas de ocupação, ou antes de devastação agrária, em libertar-se das sobrevivências da monocultura latifundiária e quase-feudal.

Não se diga que o português é por índole refractário à actividade agrária. É um erro. Uma injustiça ao criador desta instituição agrária admiràvelmente bem equilibrada que é a quinta. O Brasil, pelo carácter latifundiário e quase-feudal de grande parte de sua agricultura, é que tem repelido dos campos considerável número de pequenos lavradores portugueses para jogá-los, contra a vontade de muitos, nas cidades, resultando daí o facto de as estatísticas acusarem como principais tendências profissionais dos lusitanos no Brasil, não a lavoura, mas os ofícios ou as actividades urbanas em que eles superam os demais europeus: o de alfaiate (7,48 % sobre o total, que inclui brasileiros), o de balconista (5,31 % sobre o total), o de armazenista (12,13 % sobre o total), o de carpinteiro (19,35 % sobre o total), o de condutor (16,37 % sobre o total), o de electricista (3,18 % sobre o total), etc., segundo dados ainda inéditos referentes ao ano de 1941, recolhidos e organizados por pesquisadores idóneos no Ministério do Trabalho e que me foram gentilmente oferecidos por eles.

Nos Estados Unidos, onde os imigrantes portugueses têm se sentido mais livres do que no Brasil para seguir suas tendências profissionais, seu pendor mais acentuado, logo que juntam algum dinheiro como operários de fábrica de tecidos ou noutras actividades urbanas, é, há dezenas de anos, para a horticultura completada pela posse e exploração de uma ou duas vacas de leite. É para a quinta ou o arremedo de quinta, chácara, sítio, casa com quintal.

Os portugueses são ali considerados mestres numa actividade essencial ao Brasil, sobretudo no Norte: a horticultura, a pequena lavoura, a pequena agricultura, a pequena criação próximo às cidades. O professor Ross destaca que aos imigrantes portugueses deve a América do Norte aperfeiçoamentos notáveis em horticultura. O Sr. Urban Tigner Holmes Jr., em estudo sobre os americanos de origem portuguesa, salienta que os imigrantes lusitanos demonstraram a possibilidade de cultivar-se o tabaco no Norte dos Estados Unidos, isto é, no Vale do Connecticut. O que outros consideravam um sonho foi realizado por eles. Talvez repitam a façanha no Brasil — quem sabe se com o próprio trigo?

Como pequeno lavrador, o português será no Brasil, com seu poder de adaptação aos climas mais diversos, o imigrante ideal para ser distribuído por todas as regiões brasileiras, das mais quentes às mais frias, como valor não só económico como social, ou sociològicamente cultural, de fixação da cultura tradicional, ou básica, que é entre nós a de origem principalmente portuguesa, entre colonos ou populações de outras línguas e de outras heranças culturais. Esperando-se do imigrante português essa função de colaborador do brasileiro na obra de assimilação à nossa cultura básica, dos adventícios de outras origens, não se defende nem promove um estreito nacionalismo cultural, muito menos étnico, cuja mística seria a da lusitanidade. O que se quer defender, resguardar, desenvolver é a cultura brasileira de origem principalmente portuguesa, não como cultura única ou exclusiva desta parte da América, mas como a cultura básica do Brasil, como o lastro comum da nossa cultura nacional — necessàriamente plural ou pluralista — aceita por todos os participantes e colaboradores dessa cultura plural a língua portuguesa como a língua comum ou geral e evitando-se, assim, para uma população étnica e culturalmente heterogénea como a brasileira de hoje e, principalmente do futuro próximo, o destino confuso de habitantes de «casa de pensão poliglota»», a que se referiu uma vez Teodoro Roosevelt. Se me alonguei nestes comentários à situação especial do português no Brasil, situação que deve, ao meu ver e no de ilustres constituintes que já se manifestaram sobre o assunto, ser reconhecida pela nossa constituição, é que sou dos que consideram o problema de unidade e, ao mesmo tempo, pluralidade de cultura, um dos mais sérios que o Brasil terá de enfrentar na época a que se destina a nova carta constitucional.

Para uma antologia brasileira do amor por Portugal

Está por organizar uma antologia brasileira do amor por Portugal ou da simpatia pelos portugueses. A qualquer português ocorreria logo incluir nessa ideal antologia os nomes de João do Rio e de Afrânio Peixoto. Já nem todos conhecerão as páginas admiráveis de Joaquim Nabuco sobre Camões, que pertence ao património comum dos dois povos, mas é sempre pretexto para honrar a matriz do Mundo Lusíada. Os que tenham lido certa antologia dos «Ensaístas Brasileiros», conhecerão o que sobre a excelência étnica de Portugal escreveu Alberto Torres. Mas quem terá lido, entre nós, o livro, tão curioso como documento, de Júlio Belo: «Memórias de um Senhor de Engenho», apesar de prefaciado por Gilberto Freyre e José Lins do Rego? Nesse livro, já em segunda edição, encontrámos três páginas, tão despretensiosas como sinceras e cheias de calor, sobre os portugueses — dignas de figurarem, ao lado das mais ilustres, na ideal antologia. Corroboram, na sua singeleza, o vasto panorama de ideias sobre o povo português, traçado magistralmente por Gilberto Freyre, no livro exemplar que se intitula: «O mundo que o Português criou». Para que os portugueses as guardem, com gratidão, entre os papéis de família, transcrevemo-las a seguir:

— Tive sorte de na vida encontrar em todos os portugueses com que privei, excelentes amigos, desde aquela época longínqua até a actualidade. Nunca me dei mal, aproximando-me de portugueses nas relações de sociedade ou no trato de negócios.

Todos que conheci foram dignas e honradas pessoas, sinceros na estima, agradecidos nos favores. Devo aos portugueses essa espontânea e grata confissão. Não posso dizer o mesmo dos meus patrícios.

Meu pai teve sempre, em seu serviço do engenho, auxiliares portugueses. De todos dizia bem. Lembro-me de dois, ainda que vagamente, na minha infância. Um deles, já velho, economizara no serviço com aquele esforço, parcimónia e perseverança verdadeiramente lusitanos. Obtendo melhor colocação no Recife, para lá se transferiu. Tinha uma filha única, afilhada de meu pai, e antes de retirar-se, casou-a com o outro português aqui nesta mesma casa. Meus pais deram ao casamento desta afilhada um relevo e solenidade em que se patenteou a estima que o seu antigo empregado e compadre lhes merecia.

É preciso que tenhamos o nobre orgulho de sermos portugueses de origem, de sangue, de sentimentos.

Lendo os livros portugueses, meditando sobre a vida, os costumes, as paixões e os defeitos da raça portuguesa é que se sente e admira como aquele pequeno país, de menos de cem mil quilómetros quadrados, pôde integrar-se, prolongando-se nesta nossa imensa pátria, cem vezes maior, quase que nos mesmos costumes, paixões, virtudes e defeitos, sòmente em parte modificados pelas nossas condições ambientes.

Os hábitos, a educação, as tradições, os sentimentos íntimos subsistiram, não sendo quase perturbados, sobretudo no norte do Brasil, pelo cruzamento com outro povo civilizado e impondo-se às raças inferiores.

No fundo de um quarto de hotel do Cairo ou de Alexandria, longe da pátria há meses, no curso daquela sua patusca peregrinação pela Palestina, Teodorico Raposo rejubila-se vendo em mão de um hóspede um diário de Lisboa. Pressuroso, inquieto, aproxima-se e quer logo saber das novidades políticas da «santa terrinha».

Esse gosto pela politicazinha, pelas intrigas dos bastidores governamentais, esse gozo pelo «ouvi dizer» e pelos «canards» das folhas diárias, como ele trai e identifica o nosso sangue português!

Eu quando leio certos livros portugueses, em que as paisagens se patenteiam e os hábitos se descrevem, como que recordo coisas que nunca vi na minha vida.

Isto é quase absurdo: a gente recordar uma coisa que na vida nunca viu! Pois eu recordo. Num imenso esforço íntimo como que tento despertá-las do fundo da memória para melhor e mais carinhosamente vê-las e senti-las. As lembranças são tão obscuras, parece que eu as vi há tanto tempo já, com os olhos dos meus antepassados, que elas se me apresentam indecisas e esfumadas como num sonho. Leio às vezes um incidente, um detalhe, a descrição de uma paisagem, e digo depois a mim mesmo que já vi aquilo, vi há muitos anos, mas vi. Sinto até assim como uma longínqua saudade daquilo que ali se descreve.

Parece que não se pode ter saudade de uma coisa estranha ao nosso passado e à nossa vida: mas sente-se esta saudade e um brâmane talvez explicasse o caso pela metempsicose.

Eu não quero que seja assim. Esta gota de saudade, esta réstea de luz que fica de um tão distante passado, esta lembrança mal definida e quase extinta, é a herança portuguesa do meu sangue. Se os males físicos se transmitem de geração em geração, se as

taras morais se prolongam, por que as lembranças não poderão transmigrar de indivíduo a indivíduo na mesma linha directa para o futuro?! E tanto elas subsistem, essas recordações adormecidas, indistintas, vagas, confusas, nebulosas, que eu as sinto irem se definindo e corporizando no recesso de minha memória como uma coisa muito distante e apagada, um sonho que eu quisesse recordar e de repente se iluminasse com a descrição que o livro delas me faz.

De mim, tenho vaidade de minha ascendência portuguesa.

Gente heróica, apaixonada e terrível nas lutas civis e políticas, não há nenhuma no mundo mais humana e compassiva depois da vitória: o perdão, o esquecimento, a amnistia quase sempre é o halo de misericórdia que coroa todos os triunfos. Não houve nas guerras civis portuguesas, nem no desbravamento e conquista das terras, lutando contra os aborígenes, aquela ferocidade sanguinária do Cura Santa Cruz por Dom Carlos, nem de Fernando Cortez contra o México.

O português arroteou mares e descobriu mundos e resta-lhe de tanta primazia, bravura e sacrifício, quase que apenas a glória imorredoura do feito. Contenta-se com ela sobrepondo-a talvez no seu inefável sentimentalismo, que tanto se trai até no pronunciado gosto pelos diminutivos, a finalidade económica e interesseira que quase toda perdeu. A largueza, a munificência, a bizarria, o amor-próprio, o nobre orgulho, a consciência de sua grandeza histórica se definem nas instruções que seu monarca mais venturoso deu a Cabral, quando ele partiu para as Índias e para descobrir o Brasil. Devia ser moderado, generoso, clemente, humanitário, porque lhe disse Dom Manuel I: «Vós não sòmente sois nem só mercador, mas nosso Capitão e principalmente nosso Enviado».

Seus poetas e trovadores falam à Pátria nos seus versos como um romântico rapaz de dezasseis anos amorosamente falaria à namorada:

Oh minha pátria branquinha
Tu és na graça de Deus
O lenço com que à tardinha
A Terra ao Sol diz — adeus.

Um livro póstumo de Agostinho de Campos:

«Futuro da Língua Portuguesa no Brasil»

Graças a um editor português e a um filólogo brasileiro, foi publicado no Brasil um livro póstumo de Agostinho de Campos, da maior significação para a política espiritual luso-brasileira, ou melhor dizendo: para a consciência da Comunidade Lusíada. Intitula-se o livro: *Futuro da Língua Portuguesa no Brasil*, e compreende uma série de artigos do falecido escritor, tão seguro crítico das Letras clássicas e tão indefectível defensor da boa linguagem. Têm, esses artigos, por vezes, um tom polémico, aguerrido como era Agostinho de Campos quando estava em causa a sua dama: a Língua portuguesa. Pode, um português, ter outra atitude mais aberta em face da ânsia de autonomia linguística por parte dos brasileiros, mas não se pode negar, a Agostinho de Campos, a legitimidade da sua posição, menos por motivos de ordem nacional que de ordem cultural. Aliás, o filólogo brasileiro Serafim Silva Neto, na apresentação do volume, justifica inteiramente a intenção de Agostinho de Campos, na sua campanha pela unidade linguística, quando diz: «como superior produto de intercomunicação, refinado pelos esforços de gerações sucessivas, existe a *língua escrita*, poderoso reflexo de Cultura e mantenedor da Unidade. Ela é, ao mesmo tempo, disciplina e selecção — não pode apresentar-se com a gama infinita da língua falada». É o que Agostinho de Campos diz também, por esta forma: «Falso patriotismo é o daqueles que, tendo herdado com um domínio territorial enorme a maravilha e a preciosidade de uma língua única, factor primacial da unidade política, se empenham em sacudi-la para formarem outra, sem se lembrarem de que a essa só poderiam chegar pela dialectação dispersiva, dissociativa, e perigosíssima, portanto, para a coesão nacional, que fez do Brasil um colosso entre as nações do Novo Continente».

Cultura Portuguesa:

A. de Miranda Barbosa: A ESSÊNCIA DO CONHECIMENTO — Coimbra, 1947.

Este livro, que representa um trabalho sério nas intenções e honesto nos processos, possui também o mérito de estar redigido com sobriedade e lucidez, numa prosa lìmpidamente vernácula, a qual revela o espírito operante de um homem verdadeiramente estudioso. Mais notável ainda do que tão invulgares predicados é um carácter que distingue este livro entre as mais recentes dissertações universatárias: o de não consistir num fácil encadeado de transcrições e de citações de livros estrangeiros, que mal enco-

bre o desdém pelos valores substantivos da literatura portuguesa.

A exibição de extensas bibliografias vale, entre nós, de prova de erudição, e por ela muitos doutores adquirem tal prestígio que lhes consente adiarem a ingrata tarefa de meditar directamente os problemas e a perigosa aventura de defender as próprias opiniões. A reputação de «mestre sabedor» e de «incansável trabalhador» contenta fàcilmente a exigência do público que não ousa inquirir da posição doutrinal que o professor assume perante os alunos e, muito menos, da direcção a que ele subordina o seu contributo para a cultura portuguesa.

A respeito do Doutor Miranda Barbosa não podem os estudiosos formular grandes dúvidas, porque o ilustre professor confessa de maneira significante a sua fé católica, a que subordina o seu labor filosófico, ao acompanhar «as correntes neo-escolásticas que desde o século passado se desenvolvem sob a inspiração tomista».

Toda a gente sabe que a profissão de fé católica não obriga à aceitação da escolástica. Apenas os estabelecimentos de ensino eclesiástico, quer dizer, os seminários e as faculdades pontifícias, são obrigados a cumprir o que foi aconselhado por Sua Santidade nas encíclicas *Aeterni Patris* e *Studiorum ducem*. No entanto, os pensadores católicos que pretendam conformar a «mundividência cristã» com sistemas filosóficos que se encontrem fora da tradição do magistério eclesiástico, incorrem no perigo de ser considerados simpatizantes com a heresia, verificam por vezes que os seus livros permanecem de remissa no *Index* e não logram obter aquela continuidade de transmissão escolar que assegura a vida dos sistemas filosóficos. Será talvez inútil recordar aos eruditos alguns exemplos de escritores católicos que procuraram a concordância do seu pensamento com os sistemas de Descartes, Kant, Hegel, Comte e Bergson, e até dos existencialistas nossos contemporâneos, mas convém, sempre, relembrar o exemplo português de Leonardo Coimbra.

Esta observação pode, porém, induzir no velho e tantas vezes refutado erro de que a Escolástica corresponde a uma idade histórica, à Idade Média, e de que, portanto, os neo-escolásticos apenas laboram numa filologia regressiva em vez de realizarem uma filosofia progressiva. Ora a verdade não é corresponder a Escolástica a um momento histórico, — é, pelo contrário, haver um progresso histórico, uma actualização da Escolástica, a compasso com o desenvolvimento da filosofia. Eis o que torna possível distinguir a escolástica *medieval* da escolástica *moderna*, para bem interpretar as contradições estéreis do pensamento português: uma alma profundamente medieval superficialmente cultivada pelos modernos. O drama continua em nossos dias, na luta entre medievalistas e modernistas, porque só a raros pensadores é dada como evidente a conclusão do ciclo tricentenário da modernidade.

Não podemos, pois, deixar de reconhecer e louvar o mérito da obra do Doutor Miranda Barbosa que nos parece uma tentativa de contribuição para o fundamento da Escolástica *contemporânea*. Com efeito, o insigne autor de «A essência do conhecimento» em muitos lugares se afasta dos neo-escolásticos de Lovaina e de Milão, não se limitando como muitos destes, a uma crítica destrutiva do idealismo gnoseológico de Descartes ou de Kant, mas aceitando, pelo contrário, a problemática que caracteriza a filosofia moderna e a filosofia contemporânea para a tentar resolver de modo inédito, senão original.

Esta notícia, — que não pode ser uma recensão analítica, como a que conviria a uma revista filosófica, — pretende apenas chamar a atenção dos estudiosos para um livro de espécie rara na nossa cultura e promover o estudo de um trabalho meritório, significativo e valioso. Todos sabemos que, no nosso ambiente literário, o livro de filosofia permanece quase desconhecido e não influi, directamente, pela mensagem do que é portador, — quanto mais um livro intitulado «A essência do conhecimento» e proveniente das, justa ou injustamente, descreditadas instituições universitárias!...

A sede de curiosidade que hoje se observa no público leitor não pode ficar satisfeita com um livro de gnoseologia; as questões prévias, por muito interessantes que sejam, não correspondem de modo imediato às mais prementes interrogações humanas; e com tedioso desgosto tem sido verificado que a sucessão de escritos sobre lógica, epistemologia e gnoseologia, provenientes das mais novas gerações universitárias, não contêm sequer a promessa de resolução pertinente dos problemas da filosofia. Efectivamente, o sintoma não é animador...

Presumimos que ao Doutor Miranda Barbosa menos interessa que as suas obras sejam lidas por grande público do que estudadas pelo círculo qualificado dos seus alunos universitários, e compreendemos muito bem a atitude própria de um espírito de escol. Isso não obsta, porém, a que o nosso juízo seja diferente, pois desejaríamos que um escritor a quem Deus concedeu apreciáveis dons, com

eles contribuísse para a obra necessária da filosofia portuguesa.

ÁLVARO RIBEIRO

Erros de Poetas

A pior sorte que pode ter um poeta é a divulgação. Porque sempre o vulgo se fixa no que ele tem de pior. Exemplo: o que *toda a gente* destaca da obra de Fernando Pessoa: uma ideia estilisticamente mal expressa, em versos dos mais desgraciosos, que permitem errada interpretação:

«... *Tudo vale a pena*
Se a alma não é pequena».

O pronome «tudo» significa, na ideia do poeta, o que possa haver de mais extraordinário, mas tem sido compreendido, por deficiência da expressão, como querendo significar todas as coisas. Ora a lição do «Mar Português» parece-me consistir, precisamente, no contrário: que só os grandes empreendimentos são dignos das grandes almas. E toda a nossa filosofia da Vida se resume na indiferença por tudo quanto, por falta de grandeza, não é digno de nós. Só as Índias nos interessam.

Creio que há no Português um raro sentimento de grandeza, que o levou, no Passado, a descobrir mundos, a escrever epopeias e a construir impérios. Passado que não se confina nos séculos XV e XVI, pois que nos séculos XVII e XVIII demos forma ao imenso Brasil, e no século XIX traçámos em África o desenho de novo império lusitano.

Será lícito sub-estimar o nosso sentimento de grandeza em Arte pelo facto de termos gosto pela filigrana? O poeta Carlos Queirós disse aqui mesmo, numa revista que se chama *Atlântico* — o que é sinónimo da grandeza lusíada — :

«*Português e vivo*
É diminutivo.

Só fazemos bem
Torres de Belém».

É verdade que, no «manuelino», o que importa é o ornato, mas é essa a nossa única expressão artística? Se a Torre de Belém não está na escala da acção que comemora—se é apenas uma onda estilizada—não serão *Os Lusíadas* tão grandes quanto é possível sê-lo uma obra literária, a ponto de parecerem vastos como o Oceano?

Mesmo em arquitectura, não será verdadeiramente grandioso o mosteiro de Alcobaça? Gostaremos, tanto como se diz, do ornato, se preferimos ao gótico o austero românico? Mesmo no estilo manuelino, não será grandiosa a nave dos Jerónimos? Porque não aceitar como nossa a carnal grandiosidade de Mafra, da mesma forma que os espanhóis aceitam como sua a óssea grandeza do Escorial? Não será o Terreiro do Paço uma praça rara no mundo pela sua harmónica grandeza? Terá sido mesquinho o traçado da Lisboa ressurrecta, a que chamam «pombalina»?

Foi tão grande o que fizemos no domínio da acção marítima, que não damos valor ao que fizemos depois. Um Eugénio dos Santos, noutro país, seria justamente celebrado como grande arquitecto urbanista. Se não pudessem atribuir-me intenção política — o que está longe dos meus propósitos e do meu feitio mental, — não teria dúvida em citar outro exemplo de grandeza de visão no campo das obras públicas: o de Duarte Pacheco.

Mas não basta, como testemunho da nossa grandeza na realização, termos criado um mundo?

J. O. DE O.